

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO DO TENENTE-PR

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

JUNHO - 2015

JORGE LUIZ QUEGE

Prefeito Municipal

JOÃO PAULO NEGRELLI

Vice Prefeito Municipal

MARILENE APARECIDA HORNICK

Secretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo.

PAULO RENATO QUEGE

Presidente da Câmara de Vereadores

AMILTON FELTRIN

CELSO DE SÁ BRITO

CLINTON IOMAR HUBNER

HENRIQUE KARPINSKI

LINDAMIR APARECIDA WENSKI

LOURENÇO ANTONIO PAINI

MARCELO FILLA

OSEIAS LAZARINI

Vereadores

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CAMPO DO TENENTE

Instituição Comissão Coordenadora e Equipe Técnica com a finalidade de orientar e coordenar o processo de elaboração ou adequação do Plano Municipal de Educação (PME).

COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO COORDENADORA

Marilene Aparecida Hornick - Presidente- Representante da Secretaria Municipal de Educação

Vania Eckermann- Titular- Representante da Secretaria de Estado.

Tereza Bux-Titular- Representante do Conselho Escolar.

Isabel de Jesus Ribas-Suplente-Representante do Conselho Escolar.

Mariza Castanho Mendes Arruda- Titular- Representante dos Diretores das Escolas Básicas Públicas.

Teresinha Frizzo Werner-Suplente- Representante dos Diretores das Escolas Básicas Públicas.

Silvana Maria Arruda-Titular- Representante dos Diretores das Escolas Básicas Públicas.

Maristela Remboski-Suplente- Representante dos Diretores das Escolas Básicas Públicas

Angela Maria Peitruka-Titular- Representante dos Diretores das Escolas Básicas Públicas

Airton Sebastião Maneira-Suplente- Representante dos Diretores das Escolas Básicas Públicas

Clarisse Aparecida Jacomasso- Titular- Representante dos Professores das Escolas Básicas Públicas

Elisangela Francisco Alves- Suplente- Representante dos Professores das Escolas Básicas Públicas

Andrea Aparecida Barbosa- Titular- Representante do Conselho Municipal de Educação

Vera Mai- Suplente- Representante do Conselho Municipal de Educação

Simone Kuhl Alves- Titular- Representante do Conselho do FUNDEB

Sinira do Rocio Veiga- Suplente- Representante do Conselho do FUNDEB

Jaime Moreira dos Santos- Titular- Representante de APMF

Michele Campos Albuquerque- Suplente- Representante de APMF

Henrique Karpinski- Titular- Representante do Poder Legislativo

Lourenço Antônio Paini- Suplente- Representante do Poder Legislativo

Inês Maria Werner - Titular- Representante da Secretaria de Administração e Finanças

Ederaldo Dias dos Santos - Suplente- Representante da Secretaria de Administração e Finanças

Maria Rosana da Silva Zych- Titular- Representante do Conselho Tutelar

Georgia Luana Quege- Suplente- Representante do Conselho Tutelar

ATRIBUIÇÕES DA COMISSÃO COORDENADORA:

- a) Mobilizar a sociedade civil organizada para discussão dos problemas educacionais, tendo como referência o diagnóstico do município e as metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação;
- b) Organizar a consulta pública para debater as propostas do texto-base do PME organizado pela Equipe Técnica;
- c) Elaborar relatório com as proposições apresentadas por ocasião da consulta pública e encaminhá-lo à Equipe Técnica;
- d) Validar a versão final do documento – base.

EQUIPE TÉCNICA

Equipe Técnica constituída pelos técnicos da Secretaria Municipal de Educação:

ANDREA PORTELA

JESLLEN KRAUSE

JOSIANE DE OLIVEIRA ROSA CORRÊA

ATRIBUIÇÕES DA EQUIPE TÉCNICA:

- a) Elaborar proposta de trabalho para a elaboração do Plano Municipal de Educação em 2015;
- b) Estruturar a análise situacional da realidade educacional do município, considerando as metas previstas no Plano Nacional de Educação;
- c) Elaborar o texto-base da proposta do Plano Municipal de Educação e encaminhá-lo à Comissão Coordenadora;
- d) Fazer as adequações no Documento-Base, examinando a viabilidade das proposições da consulta pública;
- e) Propor ao Executivo Projeto de Lei de aprovação do Plano Municipal de Educação a ser analisado e, posteriormente, encaminhado ao Legislativo.

COORDENAÇÃO GERAL
ANDREA PORTELA
JESLLEN KRAUSE
JOSIANE DE OLIVEIRA ROSA CORRÊA

COLABORADORES

CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL – PEQUENOS BRILHANTES
CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL – TIA ESTELA
CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL – TIA SOPHIA
COLÉGIO ESTADUAL VICTOR BUSSMANN
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
EQUIPE PEDAGÓGICA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRA PEICHÓ
ESCOLA HOMERO GREIN NA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL
ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO ELFRIDO FABRASIL
ESCOLA MUNICIPAL JOÃO PAULO II
ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR GUNTHER URBAN
ESCOLA RURAL MUNICIPAL DE LAGEADO
ESCOLA RURAL MUNICIPAL ORACELIS CORDOVA RIBEIRO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
SECRETARIA DE SAÚDE
VITOR LEOPOLDO WERNER
RAFAEL MERLIN VERNILLO
GILSON ANTONIO ARRUDA

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	07
I – APRESENTAÇÃO	10
II – CARACTERIZAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO	13
1. Aspectos Geográficos	13
2. Aspectos Históricos	18
3. Aspectos Populacionais	83
4. Aspectos Socioeconômicos	85
5. Aspectos Turísticos	89
6. Aspectos Educacionais	92
7. Financiamento e Gestão da Rede Municipal de Ensino	118
8. Estrutura do Órgão Municipal de Educação	118
9. Órgãos Colegiados	119
10. Programas Suplementares	119
11. Histórico das Instituições de Ensino	120
III – METAS E ESTRATÉGIAS	148
IV – ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO	188
REFERÊNCIAS	191

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE	Atendimento Educacional Especializado
APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
APMF	Associação de Pais, Mestres e Funcionários
APP	Associação de Pais e Professores
ART	Artigo
CAE	Conselho de Alimentação Escolar
CAE	Conselho de Alimentação Escolar
CAQ	Custo Aluno Qualidade
CME	Conselho Municipal de Educação
CMEI	Centro Municipal de Educação Infantil
CNE	Conselho Nacional de Educação
COHAPAR	Companhia de Habitação do Paraná
CONAE	Conferência Nacional de Educação
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
FUNDEB	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica
IAP	Instituto Ambiental do Paraná
IAPAR	Instituto Agrônomo do Paraná

IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Instituto de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH-M	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	Ministério da Educação
PAA	Posto Auto Atendimento
PAR	Plano de Ações Articuladas
PBF	Programa Bolsa Família
PCCS	Plano de Cargo, Carreira e Salários
PDDE	Programa Dinheiro Direto na Escola
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PIB	Produto Interno Bruto
PME	Plano Municipal de Educação
PNAIC	Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa
PNBE	Plano Nacional da Biblioteca Escolar
PNLD	Programa Nacional do Livro Didático
PNE	Plano Nacional de Educação
PP	Proposta Pedagógica
PR	Paraná
PSS	Processo Seletivo Simplificado
SAEB	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica

SEAB	Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Paraná
SIMEC	Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle
SME	Secretaria Municipal de Educação
SNE	Sistema Nacional de Educação
UF	Unidade Federativa

I – APRESENTAÇÃO

"Uma educação que, pelo processo dinâmico, possa ser criadora e libertadora do homem. Planejar uma educação que não limite, mas que liberte, que conscientize e comprometa o homem diante do seu mundo. Esta é o teor que se deve inserir em qualquer planejamento educacional". (Dalila de Andrade de Oliveira).

Quando se propõe a elaboração de um Plano para com relação à Educação, muitos são os desafios, visto que a educação é um processo em constante modificação de modo a estar contemplando as necessidades de nossa sociedade como um todo.

E esta se torna uma premissa, não somente para com a Esfera Municipal, mas se estende para com as Esferas Estadual e Federal.

Neste contexto, realiza-se a elaboração do Plano Municipal de Educação, o qual possui um prazo inicial de planejamento de dez anos.

Vale ressaltar de forma evidente que este Plano deve ser consolidado com o Plano Estadual de Educação, bem como estar em conformidade com o Plano Nacional de Educação, de modo a estar contemplando a educação nacional como um todo.

Portanto, podemos neste momento descrever, que a elaboração do referido Plano Municipal de Educação se realiza de modo a direcionar as ações da educação do município como um todo, de forma a direcionar seu foco para com a qualidade da educação a ser ofertada.

No entanto, neste momento se necessita registrar a vital importância deste, uma vez que estabelece políticas educacionais, as quais venham a suprir os anseios da população onde não se visa somente o cumprimento da exigência e ou determinação legal, que ressalta a construção do mesmo, sendo que deve ser elaborado para com o período de dez anos, ou seja, uma década, onde se estabeleça as metas e estratégias, as quais nortearão o desenvolvimento educacional como um todo.

Bem sabemos que o Plano Municipal de Educação, não se constitui apenas para com o âmbito municipal, porém se direciona também para com as demais esferas, sejam elas estaduais, particulares e ou filantrópicas que se encontram instaladas no município, de forma a expressar uma política educacional voltada para

com todos os níveis da educação. Para tanto se faz necessário neste momento ressaltar que tais ações devem ocorrer também através de parcerias, as quais são oriundas das colaborações entre a União, o Estado e logicamente, o município.

Como forma de exemplificação trazemos esta parceria que consta descrita na Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014:

Art. 7º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios atuarão em regime de colaboração, visando ao alcance das metas e à implementação das estratégias objeto deste Plano.

§ 1º Caberá aos gestores federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal a adoção das medidas governamentais necessárias ao alcance das metas previstas neste PNE.

§ 2º As estratégias definidas no Anexo desta Lei não elidem a adoção de medidas adicionais em âmbito local ou de instrumentos jurídicos que formalizem a cooperação entre os entes federados, podendo ser complementadas por mecanismos nacionais e locais de coordenação e colaboração recíproca.

§ 3º Os sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios criarão mecanismos para o acompanhamento local da consecução das metas deste PNE e dos planos previstos no art. 8º.

§ 4º Haverá regime de colaboração específico para a implementação de modalidades de educação escolar que necessitem considerar territórios étnico-educacionais e a utilização de estratégias que levem em conta as identidades e especificidades socioculturais e linguísticas de cada comunidade envolvida, assegurada à consulta prévia e informada a essa comunidade.

§ 5º Será criada uma instância permanente de negociação e cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

§ 6º O fortalecimento do regime de colaboração entre os Estados e respectivos Municípios incluirá a instituição de instâncias permanentes de negociação, cooperação e pactuação em cada Estado.

§ 7º O fortalecimento do regime de colaboração entre os Municípios dar-se-á, inclusive, mediante a adoção de arranjos de desenvolvimento da educação.

Outra ressalva que se faz necessário transcrever neste momento, é que o Plano se constitui no cumprimento de 20 metas, sendo que para estas, o município deve elaborar as estratégias necessárias para com o alcance das mesmas.

Portanto, o contexto deste Plano constitui, além das metas e estratégias estabelecidas, uma breve explanação a respeito das características do município de Campo do Tenente, bem como apresenta o perfil das escolas municipais, estaduais e filantrópica, destacando os diagnósticos para cada nível, etapa e modalidade de ensino ofertados e por fim apresenta-se como dar-se-á o acompanhamento e a avaliação do Plano em questão, neste sentido, bem sabemos que o município inicia uma caminhada voltada para alcançar destas metas e estratégias nos próximos anos, tendo como premissa um padrão de excelência que faça jus as necessidades

educacionais e ainda que se oferte realmente uma educação de qualidade para a população como um todo.

II – CARACTERIZAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO

1. ASPECTOS GEOGRÁFICOS

1.1 Localização:

Campo do Tenente situa-se na Microrregião Homogênea de Rio Negro, no segundo Planalto Paranaense, na porção sul-sudeste do Estado, identificado pela vegetação campestre, com relevo ondulado. Com uma extensão territorial de 304,291 km², tem uma área urbana de 5.000 ha e a área rural de 25.200 ha. Tendo uma altitude média de 798 metros do nível do mar, sua Latitude é 25° 58' 41" S, sua Longitude é 49° 40' 58" W.

Abaixo, demonstram-se os mapas com a localização do Município em nosso País, bem como em nosso estado:



Figura 1. Mapa da localização do Município no País.

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Paran%C3%A1>

Acesso em 11 de maio de 2015.



Figura 2. Mapa da localização do Município no Estado do Paraná.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Campo_do_Tenente.

Acesso em 11 de maio de 2015.

1.2 Municípios Limítrofes:

Limita-se ao Norte e Noroeste com o município da Lapa, Nordeste com Quitandinha, Leste com Quitandinha e Piên, e a Sudeste e Oeste com o município de Rio Negro.

Com distâncias de 20 quilômetros de Rio Negro, 30 quilômetros da Lapa e 85 quilômetros de Curitiba, capital do estado, é muito bem servido de rodovias estaduais e federais, com asfalto de boa qualidade.



Figura 3. Mapa da localização do Município no Estado do Paraná.

Fonte: http://leandrobogarim.blogspot.com.br/2011_08_01_archive.html.

Acesso em 11 de maio de 2015.

1.3 Organizações Política-Administrativa:

O Município de Campo do Tenente, Estado do Paraná, teve sua origem através do Desmembramento do Município de Rio Negro, hoje Unidade de Território Nacional, é pessoa jurídica de direito público interno e dotado de Autonomia Política, Administrativa e Financeira, assegurada pela Constituição da República e pela Constituição do Estado do Paraná. A sede do Município é a cidade de Campo do Tenente, localizada no km 02 da Rodovia Estadual PR 427, sentido BR 116 à Lapa.

Campo do Tenente divide-se em área urbana, na qual se encontra as localidades de: Loteamento do Divino, Vila Esperança, Bela Vista, Margens da BR 116 e a área Central, com um total de 4.194 habitantes (segundo dados do IBGE) e para com a área rural, na qual se encontram as localidades de: Buriti, Pau de Casca, Cascavel, Lageado, Morrinho Alto, Vila Ermelinda, Sant'Ana, Rio Vermelho, Serrinha, Rodeio, Capoeirinha, Vila Rural, Rio da Várzea, com um total de 2.931 habitantes (segundo dados do IBGE).

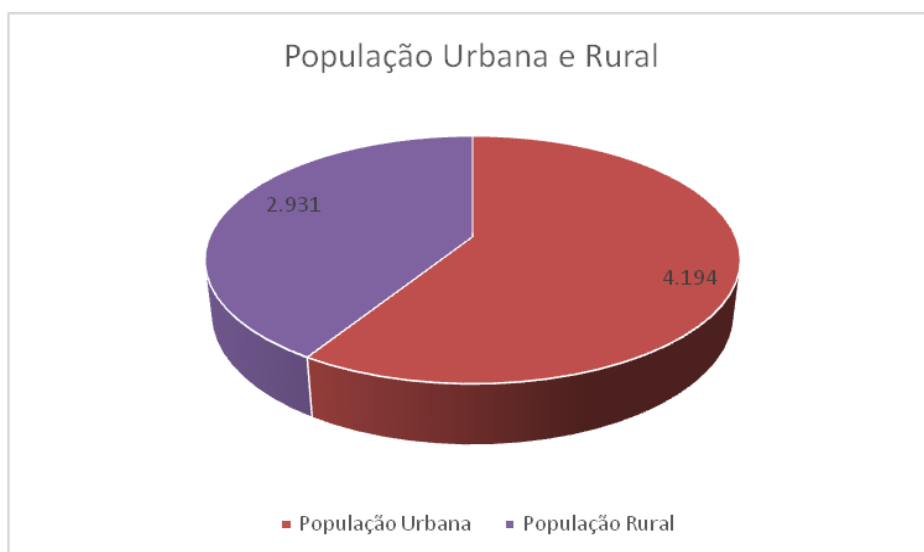


Gráfico 1. População Urbana e População Rural do Município.

1.4 Principais Rodovias de Acesso:

O Município de Campo do Tenente situa-se as margens da BR 116, sentido Sul, fazendo parte da região metropolitana de Curitiba (Paraná), sendo também localizado no Km 02 da Rodovia Estadual PR 427, sentido BR 116 à cidade da Lapa – PR.

1.5 Mapa:

O Município de Campo do Tenente é servido por duas estradas principais, sendo a BR-116 (Curitiba – Porto Alegre) e a PR-427 (BR-277 – Porto Amazonas – Lapa – Campo do Tenente). De Curitiba a Campo do Tenente o trajeto é de 85 (oitenta e cinco) quilômetros e da Lapa até Campo do Tenente o percurso é de 35 (trinta e cinco) quilômetros; ambos os trechos são de rodovias asfaltadas e em boas condições de tráfego.

1.6 Relevo:

Com relevo bastante acidentado, a sede do Município encontra-se aproximadamente a 798 metros acima do nível do mar. Destacam-se a Serrinha que é divisor de águas dos rios da Várzea e Rio Negro (limite intermunicipal Campo do Tenente e Rio Negro, na parte Sul, e na parte Leste a Escarpa divisória dos 1º e 2º Planaltos Paranaenses). O ponto culminante situa-se próximo de uma nascente do Ribeirão, a 991 metros de altitude.

O relevo caracteriza-se pela presença de três unidades bem definidas. A primeira é formada pelas várzeas que se estendem ao norte margeando o Rio da Várzea. A segunda é caracterizada pela presença de maiores declividades, principalmente entre 20% a 45%.

E a terceira forma está diretamente ligada ao recorte do terreno pela rede hidrográfica. A paisagem é marcada por grandes extensões com declividade entre 0% a 10%, com tendências a apresentar maiores declividades próximas aos leitos dos rios.

1.7 Solos Predominantes:

De acordo com o Instituto Ambiental do Paraná – IAP, destacam-se quatro tipos de solos:

- Litólicos pouco profundos e muito suscetíveis à erosão;
- Latossolo vermelho-amarelo com baixa fertilidade natural, onde ocorre muita lixiviação, conforme o regime de chuvas;

- Podzólico vermelho-amarelo facilmente erodível, em função dos diferentes condimentos naturais;
- Cambissolos rasos, drenados e de limitado uso agrícola;
- Os tipos predominantes são: Litólicos e Cambissolos.

Campo do Tenente encontra-se sobre terrenos da era Paleozoica, período Carbonífero Superior, formação Palmeira, camada Continental, composta por filitos, varvitos, coesitos e outros.

Compreende-se em solos resultantes do granito e gnaiss. Nas várzeas contudo, o substrato é formado por aluviões traçados pelos próprios rios e os solos são predominantemente hidromórfico

1.8 Clima:

De acordo com o sistema de classificação de Koeppen e através de carta de classificação climática, traçado segundo dados pluviométricos e de temperaturas médias, em função da altitude e longitude, identificou-se o seguinte:

- Clima subtropical úmido mesotérmico;
- Verões Frescos;
- Geadas Severas e demasiadamente frequentes;
- Sem estação seca;
- A média de umidade relativa do ar está em torno de 82,5%;
- A temperatura média anual é de 17 Graus Centígrados, sendo a média anual das máximas de 21 Graus Centígrados e das mínimas 13 Graus Centígrados.

1.9 Ventos:

Pela ocupação geográfica ocupada, nosso estado normalmente se encontra sobre domínio da circulação do Atlântico, representada pelo Anticiclone Tropical Marítimo – Semi Estacionário – que provocam ventos fortes vindos do leste; isto resulta da destacada dominância, quase que durante todo o ano, de ventos, daquela direção, aos quais devido à conformação do relevo, serra do mar, escarpa devoniana, serra geral e vales das principais bacias hidrográficas, podem em

algumas regiões sofrer uma deflexão ora em tendência para o quadrante norte, ora para o quadrante sul.

Por ocasião da penetração de massas polares anticiclones, polares – migratórias, notadamente no período frio do inverno a circulação é marcadamente modificada por ventos moderados a fortes rajadas, vindas do Quadrante Sul, rondando para o Oeste ou mesmo girando para Leste, dependendo das rotas assumidas pelo Centro de Alta Pressão. Mesmo assim a sua frequência em termos de percentual de horas totais do ano não afeta a dominância da circulação geral, de Leste. No período quente do ano – verão – a formação de chuvas convectivas, esparsas e localizadas pode provocar a formação de ventos de direções variadas, momentâneas, que às vezes assumem intensidades capazes de causarem danos locais.

É das direções Sul, Sudoeste, Oeste e Noroeste que se observa o registro de ventos com rajadas fortes, precedendo-o combinados com intensas precipitações, constituindo-se em temporais ou tempestades, querem por ocasião de chuva convectiva ou intensa atividade frontal. Baseado nos registros de ventos obtidos pelas estações agrometeorológicas administrados pelo IAPAR, no transcorrer destes últimos anos, a primeira direção dominante dos ventos em Campo do Tenente é Leste e a segunda é Nordeste.

2. ASPECTOS HISTÓRICOS

2.1 Colonização:

Remontam ao ciclo do tropeirismo as origens históricas do povo Tenenteano. Do tempo em que se transportava gado dos pampas gaúchos até a Capitania de São Paulo, através do histórico “Caminho Sorocaba-Viamão”.

É fato que nesse caminho, única comunicação terrestre de São Paulo com a parte sul do país, permitiu que a longo de seu trajeto surgisse inúmeras povoações, mais tarde importantes cidades.

Comprova-se a antiguidade do lugar, pela citação de mapas datados a partir do século XVIII:

O Mapa da América Meridional, de Olmidilla, 1775, traça a estrada de São Paulo até a localidade de Pitanga, nas nascentes do Rio Tibagi, daí em diante assinala as localidades por elas atingidas. (ROMÁRIO MARTINS (em português) HISTÓRIA DO PARANÁ, P.110).

Segundo o historiador a reconstituição do itinerário incluiria entre tantas localidades, a de Campo do Tenente. Mais adiante, nesta ciranda secular, observamos que no ano de 1800, novamente Campo do Tenente é citado no Mapa da Capitania de São Paulo. Nesta época a região era um grande vazio demográfico, habitado quase que exclusivamente por povos indígenas.

Em 1816 João da Silva Machado investiu na tentativa de colonização da região e levou para Rio Negro cinquenta casais de açorianos, que não se fixaram, dispersando-se. Em 1829, chegaram à região da vizinha Rio Negro os primeiros imigrantes alemães. Estes fatores contribuíram decisivamente para o povoamento da imensa região, conseqüentemente ao povo Tenenteano, que começava a se organizar. Registros históricos nos dão a data de 1847, como sendo o ano da povoação de Campo do Tenente.

Dois fatores contribuíram para o progresso do lugar, a inauguração da estrada de ferro em 1894 e a chegada da energia elétrica, de forma gratuita, no ano de 1907. Este presente comunitário foi oferecido pelo major Henrique Stahlke, que instalou uma indústria no lugar, gerando energia elétrica, favorecendo a localidade.

Na Divisão Territorial de 1936, figurava Campo do Tenente como Distrito Administrativo e Judiciário do município de Rio Negro.

Em 25 de janeiro de 1961, pela Lei Estadual nº 4.338, sancionada pelo governador Moysés Lupion, foi criado o município de Campo do Tenente, com território desmembrado do município de Rio Negro. A instalação deu-se no dia 29 de outubro de 1961. O primeiro prefeito municipal foi Sr. Victor Bussmann.

A criação do município se deu a 25 de janeiro de 1961 pela lei no. 4.338 tendo sido instalado o município a 29 de outubro de 1961.

Na sequência apresenta-se um breve histórico da gestão dos prefeitos de nosso município.

Primeiro Prefeito – VICTOR BUSSMANN



Funcionário da agência dos correios de Campo do Tenente.

IN MEMORIAM

Destaque da Gestão

O gabinete do prefeito foi instalado numa sala cedida, na casa de madeira de propriedade da senhora Eleonora de mouro arruda, localizada na (hoje) Rua 29 de Outubro. Com a saída do trem a prefeitura foi transferida para a casa da estação que ficou como doação e também a permanência da ponte de ferro que faz ligação com o município da Lapa- méritos de negociações do prefeito com a rede viação Paraná Santa Catarina (RVPSC). Rede de energia elétrica, instalação da Escola normal de grau ginásial Henrique Stahlk (atual Colégio Victor Bussmann) e herdou o cemitério municipal do município de Rio Negro. Recebeu um caminhão basculante, usado, do governo do estado para auxiliar nos transportes necessários. O quadro de servidores era de quatro funcionários.



Estação ferroviária



Cemitério municipal do centro e cemitério do Rio Vermelho



Segundo Prefeito – MIGUEL KOMARCHESKI



Comerciante

IN MEMORIAM

Destaques da gestão

Construção do prédio da prefeitura e anexo uma sala para a Câmara de Vereadores na Avenida Presidente John Kennedy, atual Av. Miguel Komarchewski.



Terceiro Prefeito – GUNTHER URBAN

Professor

IN MEMORIAM

Destaque da Gestão

Esta gestão destacou-se pela produção do filme em Campo do Tenente: ninguém ficou em pé.

Quarto Prefeito – MIROSLAW KOMARCHEWSKIComerciante
(Seu Dico)

IN MEMORIAM

Nesta gestão destaca-se a construção da Escola Municipal da Serrinha.

O asfalto da Av. Presidente Kennedy- da BR116 até a prefeitura, dando início ao asfalto da BR427.



Primeira cancha poliesportiva do Colégio Estadual Victor Bussmann.



Maquinário: uma Patrola, um caminhão e uma caminhonete.

Quinto Prefeito – ROZEL DE SÁ RIBAS



Coletor da receita (impostos) em Campo do Tenente.

Destaque da Gestão

A complementação do asfalto da BR427- da prefeitura até a legendária cidade da Lapa (aí entra a importância da permanência da ponte de ferro na gestão de Victor Bussmann).



Concurso do Símbolo do Município (bandeira)



Construção da rede elétrica até a comunidade do Lageado.



Construção do Centro Social da Comunidade do Rio Vermelho.





Maquinário: uma patrula, um caminhão novo.

Sexto Prefeito – ELOY PASCHOAL BODANESI



Agropecuária.

IN MEMORIAM

Conquistas da gestão

Construção do Hospital São Luiz.



Conjunto Laís Bond



Casa do idoso- conjunto Laís Bond



Salão comunitário- conjunto Laís Bond



Escola Rio Vermelho



Quadra de esportes – Rua 29 de outubro



Reforma da Escola Rural Municipal de Lageado



Salas de Aula: Colégio Estadual Victor Bussmann.



Ponte de concreto na estrada do Buriti no riacho da fazenda Pirog.



Ponte de concreto na estrada do Buriti (sobre o riacho próximo ao tanque da serragem)



Ponte de concreto sobre o Rio Campo do Tenente na Rua André Valenga.



Escola Rural Municipal do Buriti.



Construção de escolas rurais nas comunidades de: Pau de Casca, Cascavel, Serrinha, Rodeio, Rio Vermelho km 75, Santana e no Trevo BR116.



Programa de eletrificação rural subsidiada pelo Município – Buriti, Pau de Casca, Cascavel.



Praça do Imigrante



Barracão - oficina e garagem.



Salas - obras, rodoviário, transportes e almoxarifado – Prefeitura Municipal de Campo do Tenente.



Pavimentação asfáltica na Rua André Valenga.



Pavimentação asfáltica: Rua Maria Brandão Tesserolli e Nascin Abdala Neme.



Maquinário: Uma patrula, um trator esteira, uma carregadeira e uma retroescavadeira. Três caminhões.

Sétimo Prefeito – HOMERO GREIN



Agropecuarista

IN MEMORIAM

Destaque da Gestão

Primeira quadra esportiva na Escola E. R. M. do Buriti. Na 2ª gestão do prefeito Reinaldo Afonso Pereira recebeu, em cima, nova cancha coberta.



Construção de três salas.



Conclusão do conjunto Laís Bond – Programa COHAPAR



Continuação do programa de eletrificação rural subsidiada pelo município – Capoeirinha, Rodeio, Santana.



Centralização da Educação. Cria o transporte escolar. Desativa as Escolas: Pau de Casca, Cascavel, Serrinha, Rodeio, Rio Vermelho km 75, do Trevo e Santana.



Transporte escolar- três Ônibus



Programa de readequação e ensaibramento de estradas rurais: Buriti, Pau de Casca e Cascavel com maquinários da prefeitura e da patrulha rodoviária do estado.

Maquinário: uma pá-carregadeira. Uma ambulância.

Oitavo Prefeito – CELSO WENSKI



Técnico agrícola, funcionário da EMATER-PR.

Pavimentação com pedra irregular



Pavimentação com pedra irregular das ruas: 9 de Outubro e Wenceslau Hubner



Início da Rua Pedro Amálio Ribas e a Rua Augustinho Tiburski Ribas



Construção do Ginásio de Esportes.



Construção da Casa de Passagem.



Ampliação de salas no CEMIC



Transporte escolar- três ônibus



Sala de atendimento odontológico.



Ampliação de uma sala na Escola do Rio Vermelho.



Implantação do conjunto Azaléia através da COHAPAR.



Instalação da rede de água nas comunidades de Buriti, Santana e Morrinho Alto.



Programa de calcário para produtor familiar com convênio com a secretaria da agricultura do estado.



Continuação do programa de eletrificação rural subsidiada pelo município, nas comunidades.



Continuação do programa de readequação e ensaibramento de estradas rurais: Serrinha, Capoeirinha e Santana com maquinários da prefeitura e da patrulha rodoviária do estado.

Maquinário: uma patrula, uma retroescavadeira, uma ambulância. Um trator de pneu com implementos agrícolas.

Nono Prefeito – REINALDO AFONSO PEREIRA

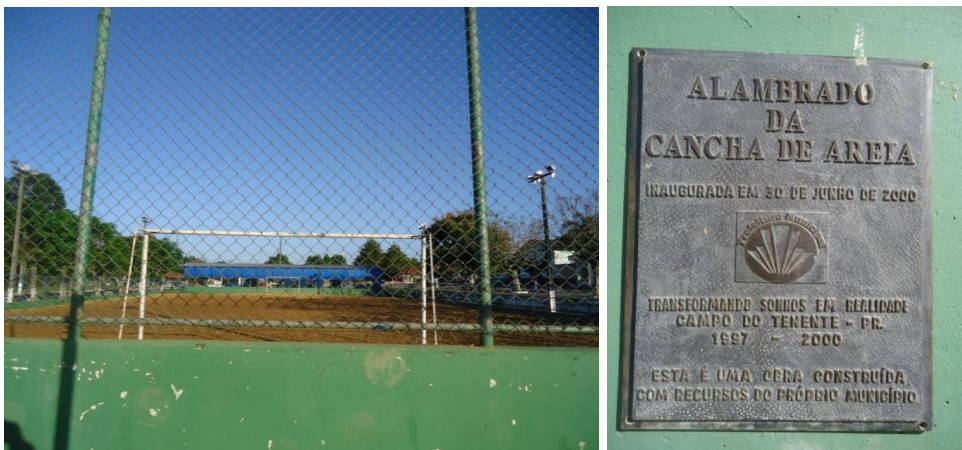


Agropecuária.

Conquistas da gestão:



Alambrado da cancha de areia



Centro de convivência



Construção do Centro Municipal de Educação Infantil Tia Estela com 3 salas.



Vila Rural



Conjunto araucária – programa COHAPAR



Reforma e instalação da Câmara de Vereadores.



Cozinha comunitária no CEMIC



Sede do Conselho Tutelar



Pavilhão de seis salas no Colégio Victor Bussmann.



Loteamento da Vila Esperança. Lotes adquiridos por famílias de baixa renda.



Barracão- almoxarifado, cozinha e garagem.



Pavimentação asfáltica



Construção do Projeto Piá



Construção do CMEI Pequenos Brilhantes



Conclusão das instalações da rede de água no Buriti e Santana.



Maquinário: um caminhão. Um trator de pneus com implementos agrícolas.

Décimo Prefeito – ADALBERTO BICUDO QUEVEDO

Empresário (indústria) Adalberto
Bicudo Quevedo
Gestão- 2001/2004

Conquistas da gestão

Construção do prédio da Escola Municipal Professor Gunther Urban.



Pavimentação asfáltica da Rua Augustinho Tiburski- Lageado



Pracinha triangular em frente à família Kotkowski com cancha de bocha.



Pracinha na esquina da Rua Alcides Mario Quege com Avenida Miguel Komarchewski.



Cancha de bocha em frente ao Clube Progresso Internacional.



Implantação de acostamento e construção de canteiros centrais na Av. Miguel Komarchewski com a esquina da Rua Olívio Belich até a Av. Gabriel Kaiss.



Represa construída na Av. Gabriel Kaiss – Lago do Cisne.

Devido os alagamentos foi aberto na segunda gestão do prefeito Celso Wenski a comporta do lago.



Terraplanagem do Centro de Eventos.



Maquinário: uma retroescavadeira, uma ambulância.

Décimo primeiro Prefeito – REINALDO AFONSO PEREIRA



Agropecuarista.

Gestão 2005/2008

Conquistas da gestão

Incubadora- industrial



Colégio Estadual Victor Bussmann- casa do permisionário.



Construção da cozinha na cancha de bocha, em frente ao clube progresso internacional.



Transporte escolar- três ônibus e um micro ônibus.



Barracão de recicláveis



Primeira sede do CRAS



Pavimentação asfáltica da Av. Gabriel Kaiss



Pavimentação asfáltica- Rua Jorge Alves de Barros.



Pavimentação asfáltica



Construção do portal do Cemitério Municipal



Capela do Cemitério



Casa de moradia do Cemitério Municipal



Construção do barracão no Cemitério Municipal- fábrica de lajotas



Construção da 2ª Quadra – Escola Rural Municipal Elfrido Fabrasil



Construção da Unidade de Saúde –Localidade de Buriti



Telefone público do Buriti com sinal através de antena.



Pedro Amalio Ribas – Centro Comunitário e Social



Conjunto de casas construídas para famílias de baixa renda. Rua Arthur Severino Bauer.



Quadra de areia na Av. Gabriel Kaiss.



Conjunto Moreira na Olívio Belich.



Área desapropriada da família Rachid



Rede de água na comunidade de Pau de Casca, recursos do SEAB e comunidade local.

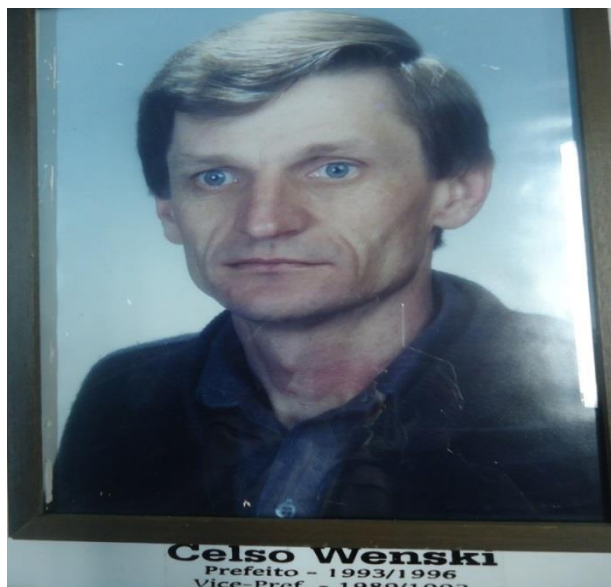


Começou a construção do salão comunitário do conjunto Azaléia



Maquinário: uma ambulância e um micro-ônibus da saúde. Dois tratores de pneu com implementos agrícolas

Décimo segundo Prefeito – CELSO WENSKI



Técnico agrícola funcionário da
EMATER- PR.

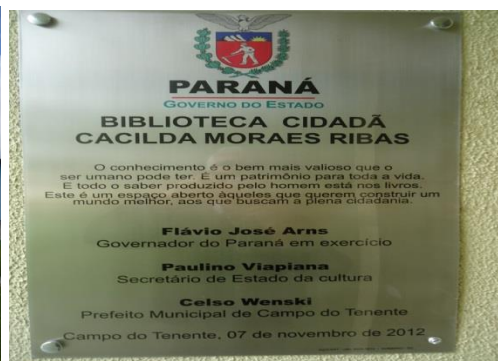
Gestão 2009/2012

Conquistas da gestão

Reforma do Hospital Municipal São Luiz



Construção da Biblioteca Cidadã Cacilda Moraes Ribas



Construção do CMEI Tia Sophia



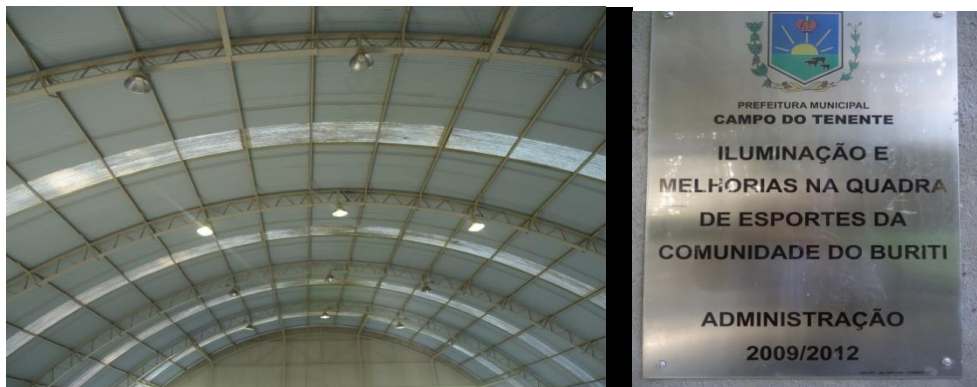
Construção da cozinha e ampliação – Escola Rural Municipal Elfrido Fabrasil



Cerca abrangendo toda a área – Escola, quadra coberta e posto de Saúde de Buriti.



Iluminação da quadra de esportes do Buriti.



Ampliação e melhoria do sistema de água do Buriti.



Transporte escolar- 3 ônibus e 3 micro ônibus.



Instalação do PAA do Banco do Brasil



Construção do centro de eventos



Ampliação da cozinha da cancha de bocha em frente ao Clube Progresso Internacional.



Conclusão do salão comunitário do conjunto Azaléia



Implantação da APAE.



Pavimentação asfáltica



Recuperação asfáltica



Pavimentação asfáltica de parte da Rua José Gadonski



Complementação da Rua Pedro Amálio Ribas.



Pavimentação asfáltica da Rua Rosel da Silva



Ciclovia na área industrial, com pavimentação asfáltica na Rua André Valenga.



Área desapropriada e loteada no divino – lotes vendidos á famílias sem casa própria por valor simbólico.



Construção de 21 casas, no Loteamento do Divino, com verba federal a fundo perdido.



Programa minha casa minha vida rural, a fundo perdido (gratuito) – 12 casas.



Construção da Escola Municipal João Paulo II



Ampliação de duas salas na Escola Rural Municipal de Lageado



Instalação do parque infantil na Praça do Imigrante



Construção do viveiro de mudas de árvores ao lado do cemitério municipal.



Instalação de rede de água nas comunidades: Serrinha, Cascavel e Capoeirinha.



Programa de eletrificação rural, diversas comunidades com mais de 100 ligações.



Programa de coleta de lixo que é lixo- terceirizado e destinado para o lixão de MAFRA- SC.

Programa de esgoto de fossas - terceirizado e destinado para a estação de tratamento da SANEPAR do município de RIO NEGRO- PR

Programa de calcário para produtor familiar com recursos da prefeitura.



Comportas foram abertas do lago do cisne por motivo dos alagamentos e colocadas novas galerias: uma no próprio lago e outra no mercado Komar, solicitação do Coordenador Operacional da Defesa Civil do Município – Vitor Leopoldo Werner.



Maquinário: uma patrula nova, uma carregadeira nova, uma retroescavadeira nova, um caminhão basculante, um caminhão pequeno de carroceria, escavadeira hidráulica (PC), uma ambulância. Um trator de pneu com implementos agrícolas. Um rolo compressor.

Décimo terceiro Prefeito – JORGE LUIZ QUEGE



Atividade empresarial
Gestão 2013/2016

Conquistas administrativas:

Construção de Posto de Saúde no Loteamento do Divino.



Troca de telhado na Escola Rural Municipal Oracelis Cordova Ribeiro.



Construção da nova sede do CRAS



Instalação do PAA – Caixa Econômica Federal.



Implantação da Lotérica ASSIS.



Construção do prédio de dois pisos para prefeitura



Duas academias ao ar livre



Construção de 40 casas, no Loteamento do Divino, a fundo perdido, destinadas a famílias de baixa renda.



Programa minha casa minha vida rural, a fundo perdido (gratuito) – 08 casas.



Conclusão da construção do Centro de Eventos.



Pavimentação asfáltica no conjunto Laís Bond, conjunto Azaléia e Araucária.



Quadra esportiva coberta na Escola Municipal Professor Gunther Urban.



Posto de Saúde Comunidade de Lageado



Transporte escolar- dois micro ônibus .



Programa de coleta de lixo que é lixo- e destinado para o lixão de MAFRA- SC.
Lixo reciclável- para o barracão de reciclagem.

Programa de esgoto de fossas- resíduos destinados para a estação de tratamento da SANEPAR do município de Rio Negro- PR. Tanque adquirido na gestão de Jorge Luiz Quege e o caminhão adquirido na segunda gestão de Celso Wenski.



Conclusão da rede de água na Comunidade de Cascavel.



Maquinário: uma patrola nova e uma retro escavadeira nova. Três caminhões grandes e um caminhão pequeno com carroceria. Uma ambulância e um micro-ônibus da saúde.

Concluindo este histórico, 15/05/2015, queremos relacionar Órgãos que desde o início do município, ou integraram, até hoje estão contribuindo no desenvolvimento do povo Tenenteano:

COPEL



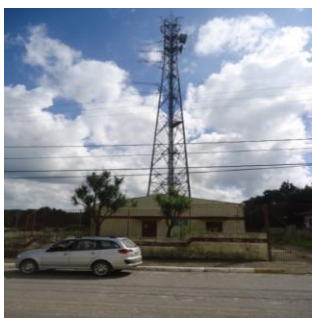
SANEPAR



EMBRATEL



OI



CLARO



TIM



Rede de Internet Elite Digital



Rádio comunitária Tenenteana FM 87.5



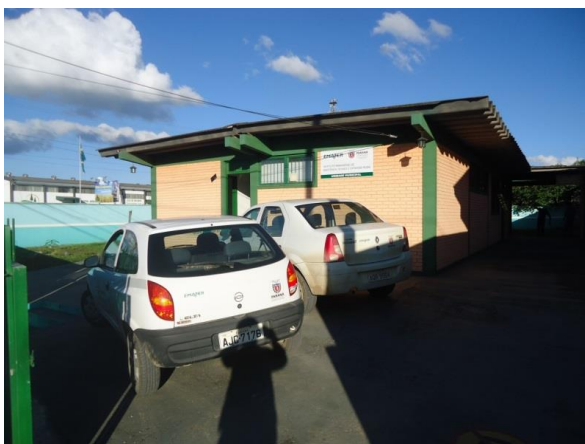
Destacamento Polícia militar



Cartório



EMATER



Pesquisa realizada no mês de maio de 2015 pelo Professor Vitor Leopoldo Werner, lecionou por 25 anos na Escola do Buriti e a 06 anos está no administrativo da Prefeitura na Secretaria de Desenvolvimento Econômico.



OBS: Todas as imagens utilizadas nesta Pesquisa Histórica, do Executivo Municipal de Campo do Tenente, são atuais (não sendo da referida época dos fatos relatados).

2.2 Significado do Nome:

Etimologia. Campo Origina-se do latim “campus” designando região de grande extensão de terra, que tem ou não árvores esparsas. (FT, ABHF).

Tenente Vem do latim “tenere”, pelo francês “tenant”, significando posto de hierarquia militar. (AGC, ABHF).

O nome Campo do Tenente é termo de origem geográfica, constando inclusive em mapas cartográficos de grande importância histórica. Segundo o IBGE, o termo ‘Tenente’ deve-se à existência de um acampamento militar (em tempos de Guerra dos Farrapos 1835/1845), sob o comando de um tenente, ficando o local, desde então, conhecido pela denominação ‘Campo do Tenente’.

O povoamento da localidade iniciou-se em 1847. Dois fatores contribuíram para o progresso do lugar: a inauguração da estrada de ferro em 1894 e a chegada da energia elétrica, de forma gratuita, no ano de 1907. Este presente comunitário foi oferecido pelo major Henrique Stahlke.

Segundo o pesquisador José Carlos Veiga Lopes, “...pesquisas dão conta que bem antes da Revolução Farroupilha a região já se chamava Campo do Tenente. No relatório da viagem do brigadeiro José Custódio de Sá e Faria, ele diz que no dia 17

de novembro de 1745 entraram no campo chamado do Tenente. Na relação de fazendas e sítios feita por Afonso Botelho, em 1772, encontramos no Campo do Tenente os sítios de Luís de Góis, Estevão de Lara e de João Pedroso de Moraes. Na lista de ordenanças de 1775 havia cerca de 35 famílias no bairro do Campo do Tenente. A criação do Distrito Judiciário se deu pelo Decreto 1.517, de 27/03/1913.”

2.3 Símbolos do Município

2.3.1 Brasão

O Brasão Municipal é composto pelas seguintes representações:

- Um escudo branco,
- Um ramo de soja do lado esquerdo,
- Um ramo de fumo do lado direito,
- Abaixo do escudo um entrelaçado de milho, representando a cultura mais importante da época,
- O sol representando o surgimento do município,
- Os raios do sol, representam os prefeitos eleitos até a data de criação da Bandeira – referência para o Brasão,
- A coroa no raio central representa o padroeiro da Cidade – Cristo Rei,
- O verde representa os campos e a riqueza da região,
- Os animais representam à pecuária, uma das economias do município,
- Na faixa em branco (uma das cores do município) a representação gráfica do nome do município.

Eis o Brasão:



Figura 4. Brasão do Município de Campo do Tenente.
 Fonte: acervo próprio da Prefeitura Municipal de Campo do Tenente.
 Acesso em 11 de maio de 2015.

2.3.2 Bandeira Municipal

Para com a elaboração da Bandeira Municipal, realizou-se na gestão do então prefeito, Senhor Rosel de Sá Ribas (1977-1983), um concurso para desenhar a bandeira do município. Segue abaixo descrito como se deu tal concurso:

Em 10 de junho de 1977, uma comissão escolheu e classificou em 1º lugar a sugestão do Professor Gunther Urban.

Sobre um fundo retangular azul, aparece no centro um escudo branco. Por isso azul e branco são as cores do município.

Do lado esquerdo do escudo, ramos de soja e do lado direito, ramos de fumo e abaixo do escudo entrelaçados de milho, uma vez que esta era a cultura mais importante da época.

Na parte interna do escudo, o verde representando as riquezas agropecuárias e os campos da região.

No desenho original não apareciam os animais, no entanto, estes foram introduzidos de modo a representar a pecuária do município.

No horizonte um grande sol e seus raios. O sol simboliza o surgimento do município e com ele a esperança de todos. Os raios estão simbolizando os cinco prefeitos que tinham sido eleitos até a época.

No alto do raio do meio está uma coroa que simboliza o Padroeiro da Comunidade – Cristo Rei.

Sob este escudo aparece uma faixa em branco onde está escrito o nome do município.

Eis a bandeira:



Figura 5. Bandeira do Município de Campo do Tenente.
Fonte: Acervo individual de Jesllen Krause.
Acesso em 12 de maio de 2015.

2.3.3 Hino Municipal

O Hino Municipal foi instituído por meio da Lei Orgânica de 21 de novembro de 2005, cuja letra foi escrita pelo Professor Gunther Urban e a música é de autoria de Acir Nereu Afonso Pereira.

Eis o Hino:

Do suor do trabalho do homem
A união deste povo surgiu
Suas matas com campos e flores
Uma estrada no meio se abriu
E plantando na terra a semente
Do futuro que vai germinar

Na certeza de ver o progresso
 Se espalhando por este lugar
 Com a história teu nome surgiu
 O exemplo heroico é nossa constante
 Derrubado o pinheiro a cidade nasceu
 Das mãos calejadas de filhos de pátria distante

(Estrilho)

E o orgulho de toda esta gente
 É a cidade de Campo do Tenente
 Tenenteano, tenenteano
 Tenha orgulho de sua cidade
 Tenenteano, tenenteano
 Que acredita em sua mocidade
 Terra boa, gente hospitaleira.
 Quem visita sabe que é verdade

O valor do homem do campo
 Que trabalha na terra aqui
 Certamente todos reconhecem
 Batem palmas pra eles assim

(Estrilho)...

3. ASPECTOS POPULACIONAIS

Entre 1991 e 2000, a população do município cresceu a uma taxa média anual de 2,13%. Na UF, esta taxa foi de 1,39%, enquanto no Brasil foi de 1,63%, no mesmo período. Na década, a taxa de urbanização do município passou de 38,98% para 54,48%. (Fonte: http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/3024, acesso em 12 de maio de 2015).

Entre 2000 e 2010, a população de Campo do Tenente cresceu a uma taxa média anual de 1,18%, enquanto no Brasil foi de 1,17%, no mesmo período. Nesta década, a taxa de urbanização do município passou de 54,48% para 58,86%. Em 2010 viviam, no município, 7.125 pessoas.

Gráfico 2. Evolução demográfica da população total de Campo do Tenente, período de 1.991 a 2.010

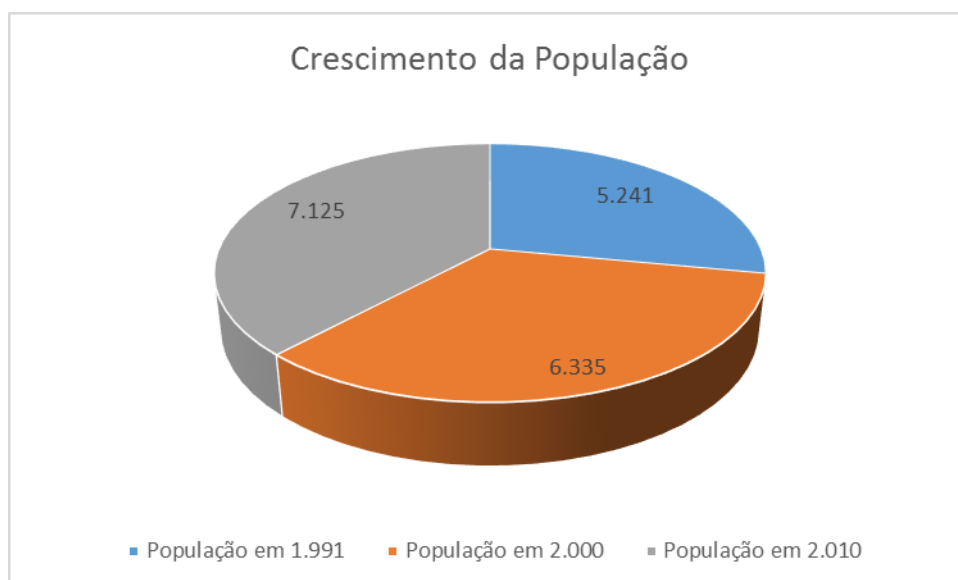


Gráfico 2. Crescimento da População Município

Atualmente, segundo os dados obtidos através do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, a população estimada para 2014 é de um total de 7.623 habitantes, porém para representação mediante o sexo dos habitantes, de acordo com o IBGE 2010, trazemos o gráfico abaixo, o qual nos retrata que mesmo em um percentual muito pequeno de apenas 01% a população masculina a qual representa o total de 50,60% é maior que a população feminina, cujo percentual de 49,40%:

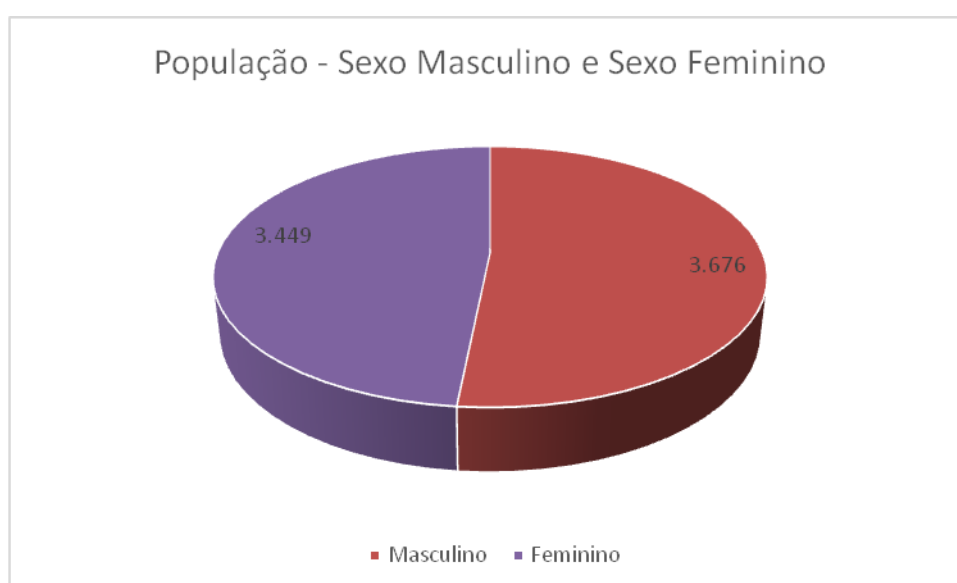


Gráfico 3. Classificação da População em Sexo Masculino e Sexo Feminino

Gráfico 4. População censitária de Campo do Tenente por faixa etária e sexo, 2010.

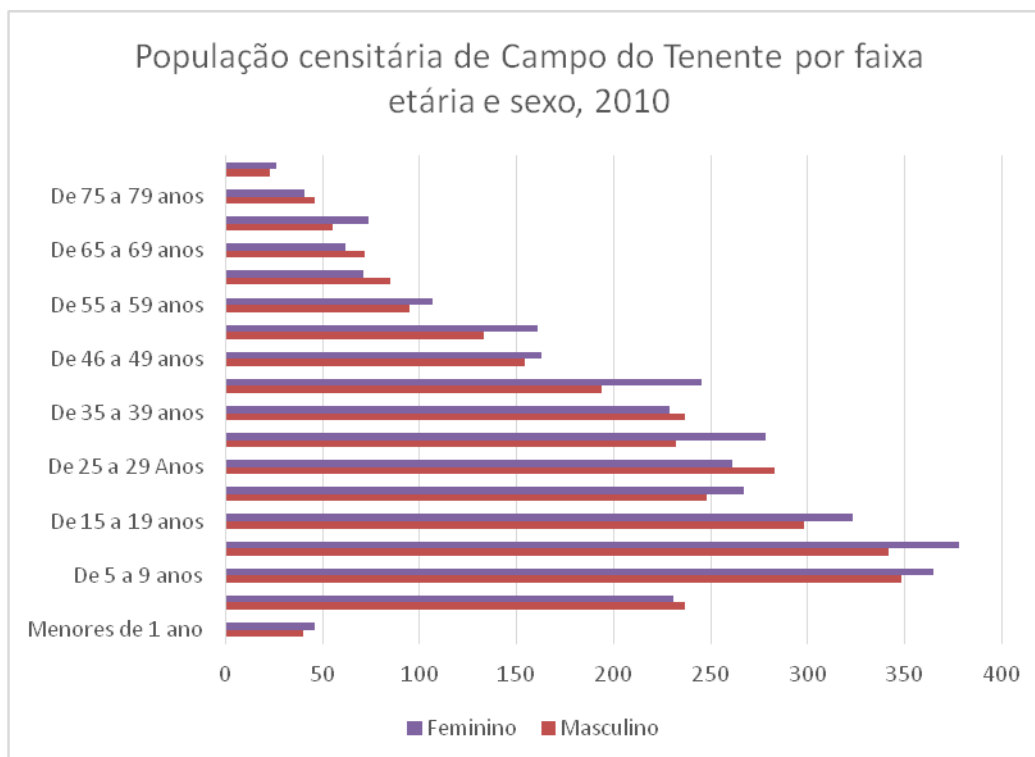


Gráfico 4. População Censitária em Sexo Masculino e Sexo Feminino

Fonte: Caderno Estatístico – IPARDES.

Na sequência, apresenta-se, segundo os dados do IBGE 2010, da população branca, preta, amarela, parda e indígena:

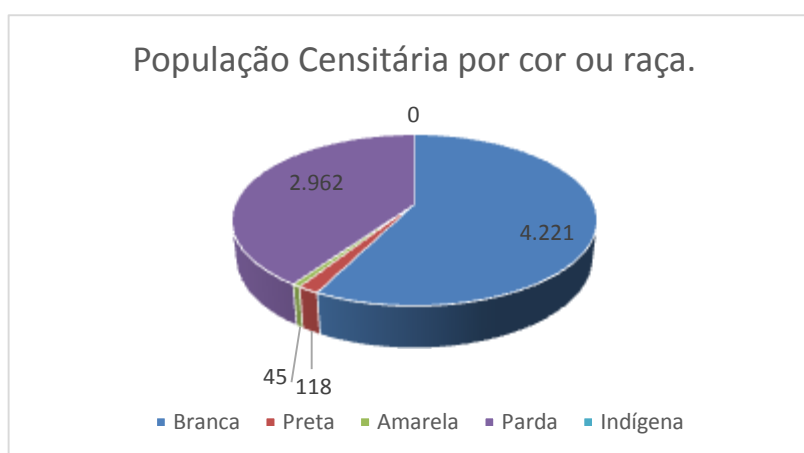


Gráfico 5. População por cor ou raça

Fonte: Dados IBGE - 2010.

4. ASPECTOS SÓCIOECONÔMICOS

A economia do Município segundo dados do IPARDES (2015), se baseia na horticultura, floricultura, agricultura, pecuária, aviário, produção florestal plantada e produção florestal nativa.

Atividades Econômicas	Estabelecimentos
Lavoura temporária	184
Horticultura e floricultura	34
Lavoura permanente	05
Pecuaria e criação de outros animais	62
Produção florestal de florestas plantadas	03
Producao florestal de florestas nativas	04

Relação dos produtos e produção, que fortalece a economia do município:

Produto	Produção (unidade de medida – tonelada)
Alho	14
Arroz	15
Batata-inglesa	17.205
Cebola	826
Feijão (em grão)	3.640
Fumo (em folhas)	1.176
Mandioca	400
Melancia	138
Milho (em grão)	12.838
Soja (em grão)	22.853
Tomate	60
Trigo	4.680
Caqui	45
Erva-mate	20
Maçã	9.793
Pêssego	120
Uva	12

Fonte: Dados IPARDES

Efetivo de Pecuária e Aves (2013)

Efetivos	Número
Rebanho de bovinos	3.733
Rebanho de equinos	400
Galináceos – Total	231.520
Galinhas (1)	20.00
Rebanho de ovinos	538
Rebanho de suínos – Total	2.760
Matrizes de suínos (1)	230
Rebanho de caprinos	150
Rebanho de ovinos tosquiados	538
Rebanho de vacas ordenhadas	200

Fonte: dados IPARDES

4.1 Índice Desenvolvimento Humano - IDH-M

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) - Campo do Tenente é 0,686, em 2010, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano: Médio (IDHM entre 0,600 e 0,699). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,806, seguida de Renda, com índice de 0,661, e de Educação, com índice de 0,606.

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes - Campo do Tenente – PR			
IDHM e componentes	1991	2000	2010
IDHM Educação	0,169	0,393	0,606
% de 18 anos ou mais com ensino fundamental completo	11,97	25,55	41,34
% de 5 a 6 anos frequentando a escola	17,54	66,43	89,16
% de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental	41,93	64,62	92,66

% de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo	13,65	37,00	71,40
% de 18 a 20 anos com ensino médio completo	6,81	26,76	40,20
IDHM Longevidade	0,654	0,737	0,806
Esperança de vida ao nascer (em anos)	64,26	69,19	73,34
IDHM Renda	0,508	0,574	0,661
Renda per capita (em R\$)	188,70	284,74	488,06

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – Campo do Tenente, PR

A evolução do IDH-M de 1991 a 2010, do município passou de 0,383, em 1991, para 0,686, em 2010, enquanto o IDHM da Unidade Federativa (UF) passou de 0,493 para 0,727. Isso implica em uma taxa de crescimento de 79,11% para o município e 47% para a UF; e em uma taxa de redução do hiato de desenvolvimento humano de 50,89% para o município e 53,85% para a UF. No município, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,437), seguida por Renda e por Longevidade. Na UF, por sua vez, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,358), seguida por Longevidade e por Renda

Data	Campo do Tenente	Município de maior IDHM no Brasil	Município de menor IDHM no Brasil	IDHM Brasil	IDHM Paraná
1991	0,383	0,697	0,120	0,493	0,507
2000	0,550	0,820	0,208	0,612	0,650
2010	0,686	0,862	0,418	0,727	0,749

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – Campo do Tenente, PR

Gráfico 6. Perfil da População quanto ao nível de instrução, 2010

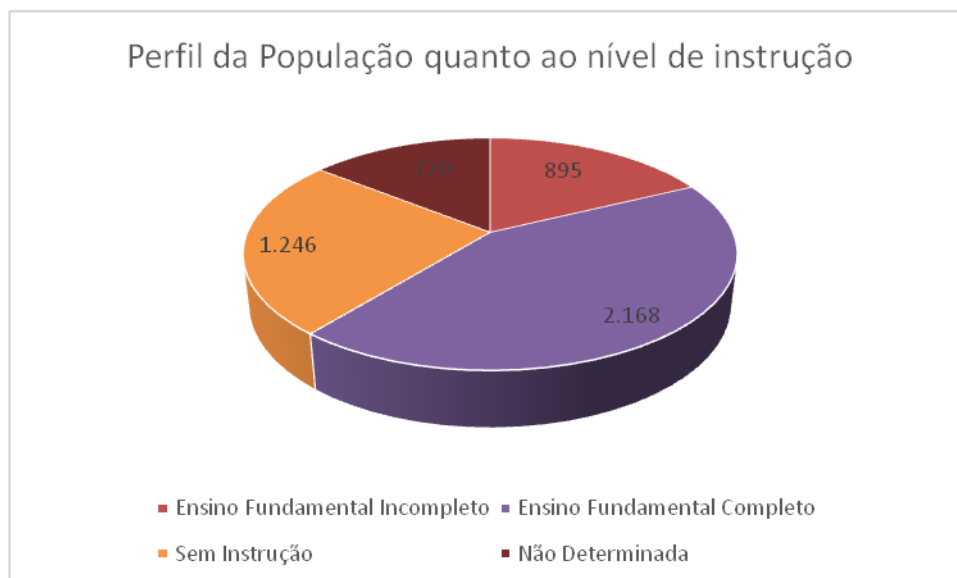


Gráfico 6. Perfil da População quanto ao nível de instrução.

Fonte: <http://www.deepask.com/goes?page=campo-do-tenente/PR-Escolaridade:-Veja-o-nivel-de-instrucao-da-populacao-do-seu-municipio>. Acesso em 13 de maio de 2015.

5. ASPECTOS TURÍSTICOS

Dotado de lindas paisagens, o município de Campo do Tenente, foi roteiro do “Caminho das Tropas”, antiga atividade econômica de transporte de bovinos, ligando o sul ao centro do país. Ao longo do seu território em contrastes com as imensas e planas áreas cultivadas, encontramos os casarões do início do século XIX e atrativos turísticos especialmente projetados para a pesca e lazer.

Nessa bucólica rural do município encontra-se edificado o “Mosteiro Trapista Nossa Senhora do Novo Mundo”, único templo brasileiro da Ordem Cisterciense da Estrita Observância (Monges Trapistas). Cercado de mata nativa, construído em estilo moderno, é dotado de hospedaria e procurado para retiro espiritual, se constituindo em ponto turístico – religioso, assim como a Igreja Matriz de Cristo Rei e a de São Sebastião. As capelas: do Morro de Sant’Ana e do Morrinho da Santa Cruz) são outros belos pontos turísticos, sua vista panorâmica e seu silêncio proporciona momentos de reflexão e paz. Somados a isso, a nova Casa Cultural DOM POLSKI – (Braspol), os casarões históricos, túnel da linha férrea do Pau – de – Casca; Ponte Férrea sobre o rio da Várzea, entre outros belos e imponentes pontos turísticos naturais.

Imagens de locais turísticos:



Elevação na localidade de Santana que possibilita uma incrível vista do município e arredores.



Construída por Henrique Stalke, em 1895, sendo a mola propulsora do progresso de Campo do Tenente.



Um aleijadinho, conhecido como “Nhô Márculo” promovia novenas num paiol de sua propriedade, em Louvor ao Divino Espírito Santo, de quem era devoto. Os donativos que obteve desta forma ele destinou para a construção da capela em 1902. Hoje, é promovida no mês de maio pela Casa Paroquial, a Tradicional Festa do Divino Espírito Santo.



Residência da Família Stalke



Sede da Braspol de Campo do Tenente- Casa da Cultura DOM POLSKI



Ponte que servia a linha férrea, hoje possibilita o tráfego pela PR 427 ligando Campo do Tenente à Lapa.



Igreja Matriz Cristo Rei – Paróquia localidade urbana



O atrativo possui uma altitude de aproximadamente 802 metros, sendo que no seu ápice há uma pequena capela, Igreja do Sant'Ana, onde são realizadas romarias e vias-sacras durante a Sexta-feira Santa.



Mosteiro Trapista Nossa Senhora do Novo Mundo,
<http://www.mosteirotrapista.org.br/>.



Mosteiro Trapista Nossa Senhora do Novo Mundo,
<http://www.mosteirotrapista.org.br/>.



Igreja São Sebastião - Construída no século XVII tornou-se época ponto de passagem dos tropeiros, sofreu um incêndio foi transferida de local e em 1887 foi reformada mantendo seu estilo rústico.

6. ASPECTOS EDUCACIONAIS:

A construção do Plano Municipal de Educação do Paraná (PME) obedece a um processo democrático, participativo e de elaboração coletiva que envolve segmentos educacionais e setores da sociedade. A participação de diferentes entidades e instituições propicia refletir sobre as metas e estratégias aprovadas na Lei n.º 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE). O PME será um marco na Educação de nosso município por estabelecer

mecanismos de planejamento educacional participativo com o propósito de garantir a democratização da gestão e a qualidade do ensino.

A Lei n.º 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE), em seu Art. 2.º define como diretrizes para a Educação Brasileira:

- I - erradicação do analfabetismo;
- II - universalização do atendimento escolar;
- III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;
- IV - melhoria da qualidade da educação;
- V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;
- VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;
- VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;
- VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;
- IX - valorização dos (as) profissionais da educação;
- X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Segundo orientações do PNE, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios devem, no prazo de um ano, construir ou adequar os seus respectivos Planos de Educação, de forma alinhada entre os entes federados, atuando em regime de colaboração com o propósito de atendimento às metas nacionais.

Com relação ao PME, instituiu-se, por meio da Portaria nº 094 de 17 de dezembro de 2014, a Comissão Coordenadora e Equipe Técnica, vinculado a Secretaria Municipal de Educação, composto por representantes titulares e suplentes de instituições governamentais e não governamentais representativas de segmentos educacionais e setores da sociedade civil envolvidos com educação. São atribuições da Comissão Coordenadora:

- a) Mobilizar a sociedade civil organizada para discussão dos problemas educacionais, tendo como referência o diagnóstico do município e as metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação;
- b) Organizar a consulta pública para debater as propostas do texto-base do PME organizado pela Equipe Técnica;
- c) Elaborar relatório com as proposições apresentadas por ocasião da consulta pública e encaminhá-lo à Equipe Técnica;
- d) Validar a versão final do documento – base.

Esse documento define as metas e estratégias necessárias para o atendimento às diferentes redes de ensino do município com o propósito de atender as demandas educacionais municipais por uma educação de qualidade, garantindo o acesso e permanência dos alunos na escola e a formação inicial e continuada dos profissionais da educação. Além disso, este documento propõe, dentre outras metas, a ampliação do financiamento público para a educação básica.

6.1 Breve Histórico da Educação

Em 1988, foi promulgada a atual Constituição que estabeleceu a Educação como princípio fundamental expresso no Art. 6.º – “São direitos sociais a educação, saúde, alimentação, o trabalho, (...)”. Como forma de garantir esse direito, o documento determina, por meio do Art. 22, inciso XXIV, a elaboração de uma nova lei de diretrizes educacionais.

Como resultado, em 1996 foi instituída a Lei n.º 9.394 que estabelece as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), e as competências da União, Estados, Municípios e Distrito Federal. Aos entes federados fica a responsabilidade de garantir os meios necessários para o acesso e permanência de todos à educação pública e gratuita (BRASIL, 2014a). Para garantir a plena execução dos direitos fundamentais estabelecido no Art. 6.º da Constituição de 1988, a Educação foi estruturada em planos decenais que deveriam considerar o contexto histórico e social a fim de estabelecer metas necessárias para a melhoria da qualidade da educação pública, fundamental ao pleno desenvolvimento social, econômico, político e cultural do país. Para tanto, estruturou-se o Art. 214 da Constituição, que institui o PNE, cujo objetivo é:

Articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas (BRASIL, 2014a, p. 15).

A Constituição Federal de 1988 definiu que na organização dos sistemas de ensino, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, estabeleceriam

formas de colaboração garantindo a universalização do ensino obrigatório. No Art. 208, inciso I, ficou determinado como dever do Estado garantir a efetivação da educação básica, sua obrigatoriedade e gratuidade às pessoas cuja faixa etária é de 4 a 17 anos de idade aos que não tiveram acesso na idade própria, deve-se garantir a educação por meio da Educação de Jovens e Adultos (EJA), fato que se reafirma no Art. 32 da LDB, além da estruturação do ensino fundamental de nove anos.

Conforme o artigo 69 da LDB em vigor, cabe à União organizar o Sistema Nacional de Educação (SNE) e garantir a aplicação anual mínima de 18% da receita de todos os impostos na educação pública, percentagem que se amplia para 25% nos estados, no Distrito Federal, e nos municípios.

Além de organizar o SNE, o PNE não se resume em apresentar as responsabilidades de cada um dos entes federados, nem o quanto cada um deve aplicar em Educação, visto que esse percentual está assegurado na Constituição Estadual, Art. 18, § 1 a 7. Para garantir um padrão de qualidade educacional, há a necessidade de estabelecer e fortalecer a interlocução entre o Sistema e o Plano.

No contexto internacional, em 1990, ocorreu na Tailândia a Conferência da Educação para Todos, da qual decorreu o Pacto pela Valorização do Magistério e a Qualidade da Educação, aprovado em 1994.

Em 2001, foi aprovado pela primeira vez um Plano Nacional de Educação pelo Congresso Nacional Brasileiro, cumprindo o previsto pela Constituição Federal de 1988, que “propunha a aplicação de 5,5% do PIB e [o projeto] da sociedade brasileira, 10% (...) a versão aprovada ficou em 7%, valor que acabou sendo vetado pelo presidente da República” (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2012, p. 182). Os mesmos autores apontam como objetivos:

- a) A elevação global do nível de escolaridade da população;
- b) A melhoria da qualidade de ensino em todos os níveis;
- c) A redução das desigualdades sociais e regionais no tocante ao acesso à escola pública e à permanência com sucesso nela;
- d) A democratização da gestão do ensino público nos estabelecimentos oficiais, obedecendo aos princípios da participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e da participação da comunidade escolar e local em conselhos escolares e equivalentes. (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2012, p. 183).

Em 2009 foi instituída a Conferência Nacional de Educação (CONAE), que teve entre suas funções realizar uma mobilização da educação brasileira com o objetivo de elaborar o novo PNE para o período de 2011 a 2020.

Em 2013, com o objeto de fomentar as discussões do PNE no estado, o Paraná adotou a mesma metodologia da CONAE realizando Conferências, para subsidiar o Plano por meio de debates e das contribuições oriundas dos espaços de discussões.

Em 2014, após quatro anos de debates e ajustes em relação ao PNE, com discussões envolvendo o Congresso Nacional, a Lei Federal n.º 13.005 instituiu o referido Plano composto por 14 artigos e um anexo com as 20 metas e estratégias nacionais a serem atingidas no período de dez anos a contar da data de publicação da Lei.

Assim, a partir das 20 metas e de suas estratégias, cabe ao município à elaboração de seu plano para atendimento dos propósitos estabelecidos no PNE.

A efetivação de ações concretas, delineadas nas metas e estratégias do PME, implicará no avanço educacional do município e na superação das desigualdades historicamente construídas, promovendo uma educação de qualidade para toda população Tenenteana.

Nesse sentido, para estabelecer as metas e estratégias do PME, será apresentada, a análise situacional da Educação do Município.

No município de Campo do Tenente desde sua emancipação política no ano 1961, o setor de Educação era denominado e dirigido por Departamento Municipal de Educação composto por sua diretoria. Após 52 anos, a Educação no município passa a ser dirigida pela Secretaria Municipal de Educação-SME que após a criação e aprovação da Lei nº 792 de 19 de dezembro de 2012, passa a adequar-se como Secretaria nas questões pedagógicas e administrativas, porém as de cunho financeiro são realizadas pela Secretaria de Finanças da Prefeitura Municipal. A Secretaria está instalada no prédio cedido pela Escola Municipal João Paulo II, localizada no endereço: Rua Elvio Luiz Bonamigo, Loteamento do Divino, Campo do Tenente – PR, CEP: 83870-000, Telefone (41) 3628-1363, e-mail: educampo2009@hotmail.com, mas a tendência é a construção de uma sede própria para a Secretaria.

Salienta-se que o município de Campo do Tenente, não possui Sistema de Ensino próprio, e, neste sentido, a Secretaria Municipal de Educação está sob a jurisdição do Núcleo Regional de Educação – Área Metropolitana Sul – Curitiba / PR, o qual realiza orientações pedagógicas e de documentação escolar referente ao bom andamento da educação como um todo.

Neste ano de 2015 a Secretaria Municipal de Educação está composta pela equipe gestora dispondo dos cargos de Secretária Municipal de Educação, duas Assessoras Pedagógicas responsáveis pelas atribuições junto a SME, uma Coordenadora Pedagógica da Educação Infantil que atende todas as Instituições que ofertam este segmento e uma Coordenadora Pedagógica dos Anos Iniciais que atende as Escolas do Campo (Rurais). Estes cargos são ocupados por profissionais efetivos do magistério porém com indicação do poder Executivo, mediante critérios estabelecidos na LEI 686/2010-Planos de cargos e salários. Um Psicólogo efetivo que desenvolve os trabalhos com os alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem, apoio pedagógico aos professores e treino de pais, onde atende no município o total de 44 pessoas, que seguem abaixo demonstradas no gráfico com relação ao sexo das mesmas. Uma Fonoaudióloga efetiva com atendimento aos alunos com dificuldade de linguagem. Uma Nutricionista responsável pela elaboração de cardápios, visitas as instituições e acompanhamento do estoque de alimentos, assegurando a qualidades dos produtos para o preparo de uma alimentação saudável.

Equipe da SME

Quantidade	Cargo	Atribuição	Vínculo	Atividade/ área de atuação
01	Secretaria (o) Municipal de Educação	Gestor Municipal	Indicação do Poder Executivo	Gestor Municipal/SME
02	Assessoria Pedagógica	Assessoria Pedagógica e Administrativa da SME	Efetivo com Indicação do Poder Executivo	SME

01	Coordenação Pedagógica da Educação Infantil	Coordenação Pedagógica	Efetivo com Indicação do Poder Executivo	SME, CMEIS e Escolas Municipais que ofertam Educação Infantil
01	Coordenação Pedagógica Anos Iniciais	Coordenação Pedagógica	Efetivo com Indicação do Poder Executivo	Escolas Municipais do Campo (Rurais)
01	Psicólogo	Atendimento e Acompanhamento Psicológico	Efetivo	SME, CMEIS, Escolas Municipais e Estaduais.
01	Fonoaudiólogo	Atendimento Fonoaudiólogo	Efetivo	Escolas Municipais, CMEIS e Filantrópicas.
01	Orientador Educacional	Orientação Educacional	Efetivo	SME
01	Nutricionista	Atendimento Nutricional	Efetivo	SME

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2015.

Gráfico de Atendimento Psicológico, de acordo com o sexo (masculino x feminino)

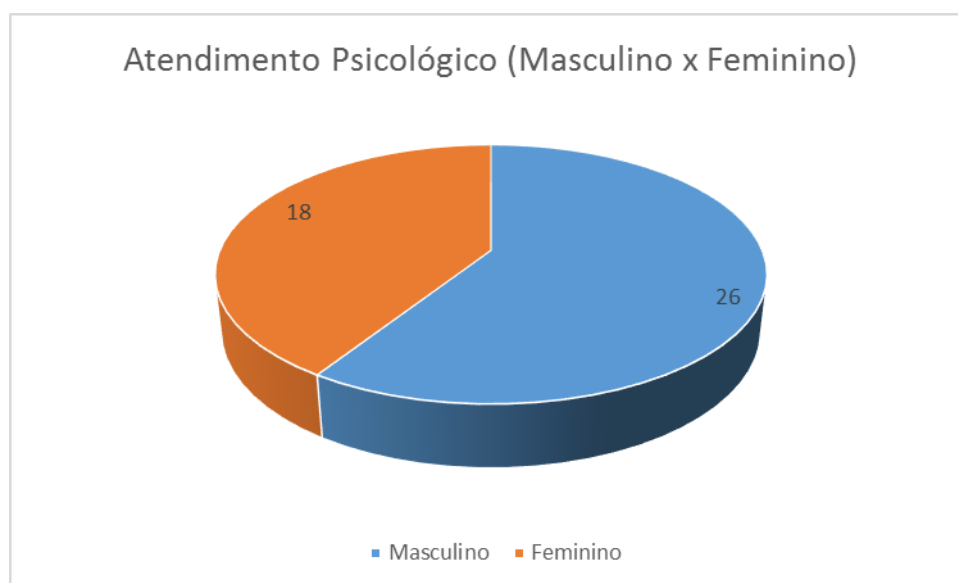


Gráfico 7: Atendimento Psicológico no Município de Campo do Tenente.

Gráfico de Atendimento Fonoaudiológico, de acordo com o sexo (masculino x feminino)

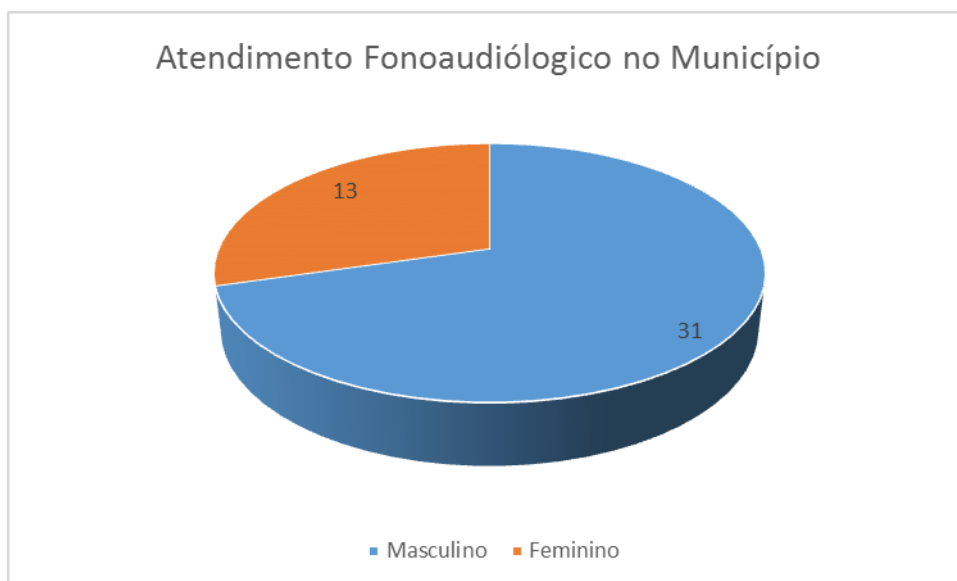


Gráfico 8: Atendimento Fonoaudiológico no Município de Campo do Tenente.

6.2 Redes de Ensino

Atualmente (2015) o município possui em sua rede, 11 Instituições de Ensino, das quais 08 pertencem a Rede Municipal, 02 a Rede Estadual e 01 Filantrópica.

Instituições de Ensino do Município, 2015.

Instituição	Rede de Ensino	Localização	Modalidade
CMEI Tia Sophia	Municipal	Localidade do Lageado (Rural)	Educação Infantil- Creche
CMEI Pequenos Brilhantes	Municipal	Urbana	Educação Infantil- Creche
CMEI Tia Estela	Municipal	Urbana	Educação Infantil- Pré Escola
Escola Municipal João Paulo II	Municipal	Urbana Loteamento do	Educação Infantil- Pré Escola e Ensino

		Divino	Fundamental – Anos Iniciais
Escola Municipal Professor Gunther Urban	Municipal	Urbana	Ensino Fundamental – Anos Inicial, Mais Educação e EJA
Escola Rural Municipal de Lageado	Municipal	Comunidade de Lageado (Rural)	Educação Infantil- Pré Escola e Ensino Fundamental – Anos Iniciais
Escola Rural Municipal Oracelis Cordova Ribeiro	Municipal	Comunidade de Espírito Santo (Rural)	Educação Infantil- Pré Escola e Ensino Fundamental – Anos Iniciais
Escola Municipal do Campo Elfrido Fabrasil	Municipal	Comunidade de Buriti (Rural)	Educação Infantil- Pré Escola e Ensino Fundamental – Anos Iniciais
Colégio Estadual Victor Bussmann	Estadual	Urbana	Ensino Fundamental – Anos Finais, Ensino Médio e Profissionalizante
Escola Estadual Alexandra Peichó	Estadual	Comunidade de Lageado (Rural)	Ensino Fundamental – Anos Final
Escola Homero Grein- Educação Infantil- Ensino Fundamental na Modalidade de Educação Especial	Filantrópica	Urbana	Educação Especial

Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Instituições de Ensino, 2015.

O gráfico abaixo representa a localização das Instituições de Ensino:

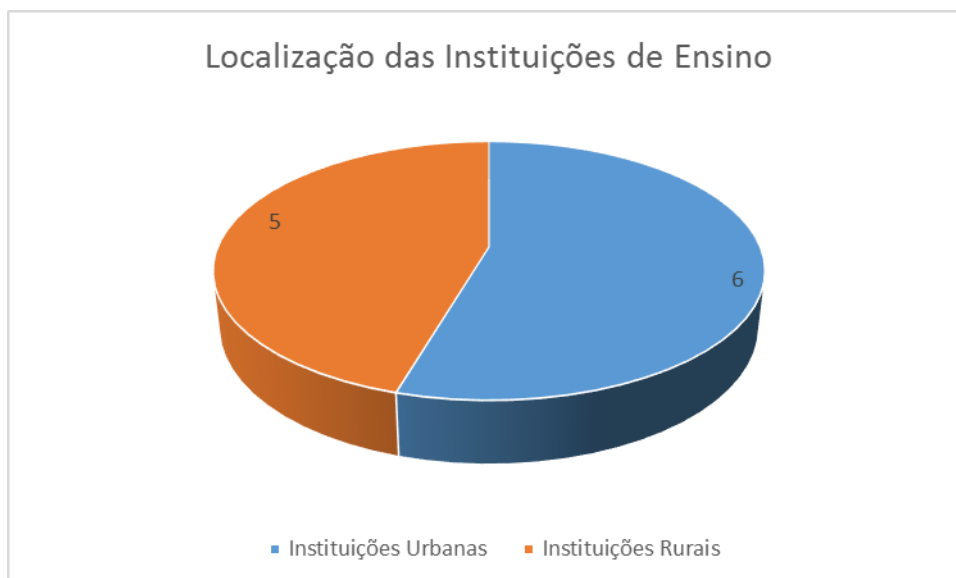


Gráfico 9. Localização das Instituições de Ensino – Município de Campo do Tenente.

O município atende os alunos de educação infantil e demais modalidades nas Instituições de Ensino com vistas à ampliação de oferta do ensino.

6.3 Atendimento

Instituição de Ensino	Total de alunos atendidos		Turno	Demanda a suprir (Lista de Espera)
	0 a 3 anos	4 a 5 anos		
CMEI Tia Sophia	37	(*)	Integral	18
CMEI Pequenos Brilhantes	61	(*)	Integral	
CMEI Tia Estela	(*)	64	Matutino e Vespertino	(*)

Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Instituições de Ensino, 2015.

(*): Não se aplica.

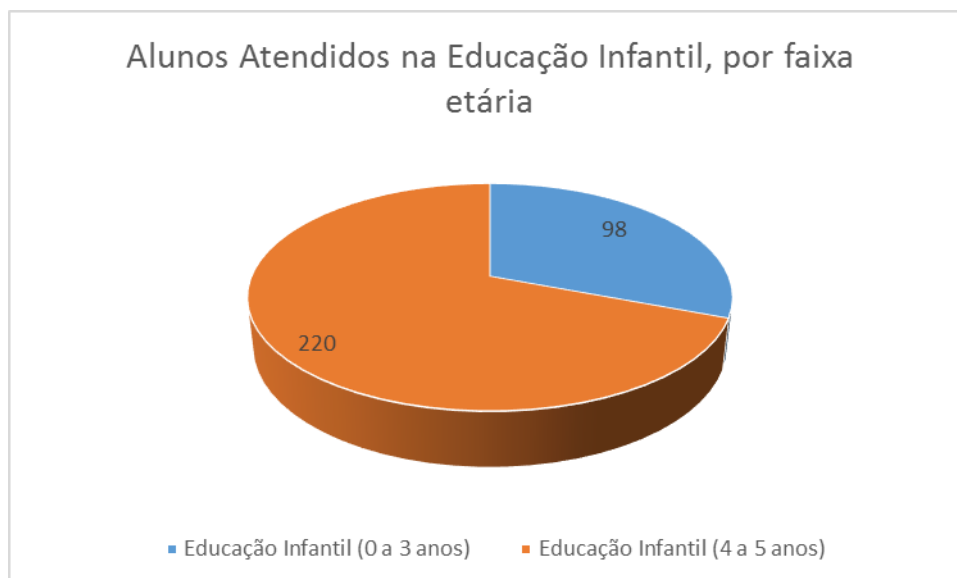


Gráfico 10: Alunos atendidos na Educação Infantil.

6.3.1 – Atendimento no ano de 2015.

No município há um total de 1.777 alunos matriculados.

Instituição de Ensino	Total de alunos atendidos		Turno
Escola Municipal João Paulo II	Educação Infantil	104	Matutino e Vespertino
	Anos Iniciais	204	Matutino e Vespertino
	Total	308	
Escola Rural Municipal de Lageado	Educação Infantil	18	Matutino
	Anos Iniciais	58	Matutino
	Total	76	
Escola Rural Municipal Oracelis Cordova Ribeiro	Educação Infantil	20	Vespertino
	Anos Iniciais	27	Vespertino

	Total	47	
Escola Municipal do Campo Elfrido Fabrasil	Educação Infantil	14	Vespertino
	Anos Iniciais	30	Vespertino
	Total	44	
Escola Municipal Professor Gunther Urban	Anos Iniciais	302	Matutino e Vespertino
	Programa Mais Educação	150 (computados na matrícula dos anos iniciais)	Vespertino
	EJA	03	Noturno
	Total	305	
Colégio Estadual Victor Bussmann	Anos finais	379	Vespertino
	Ensino Médio	270	Matutino e Vespertino
	Profissionalizante	75	Matutino
	Total	724	
Escola Estadual Alexandra Peichó	Anos finais	93	Vespertino
Escola Homero Grein- Educação Infantil- Ensino Fundamental na Modalidade de Educação Especial	Educação Especial	18	Vespertino

Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Instituições de Ensino, 2015.

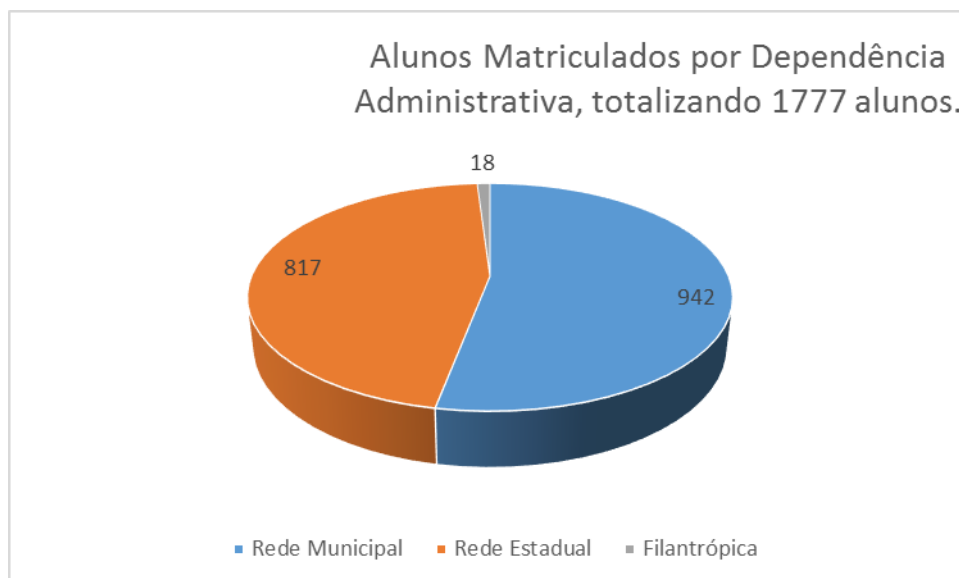


Gráfico 11: Alunos Matriculados por Dependência Administrativa.

6.4 Infraestrutura

De acordo com as informações obtidas das 11 Instituições de Ensino do município há déficit na infraestrutura, no que se apresenta, ainda faltam adequações nos espaços escolares.

Infraestrutura das Instituições de Ensino do município, 2015.

Infraestrutura	Superávit (suficiente)	Déficit (insuficiente)
Infraestrutura de equipamentos e mobiliário	06	05
Infraestrutura física	06	05
Infraestrutura de acessibilidade	04	07

Fonte: Instituições de Ensino, 2015.

6.5 Recursos Humanos

O quadro funcional que atuam nas Instituições de Ensino do município é composto por profissionais da Rede Municipal e Estadual, destacando que os atuantes na Escola Filantrópica são cedidos pela Rede Estadual. As instituições são compostas por Diretores 20h e 40h, Coordenadores Pedagógicos - Pedagogos 20h e 40h, Auxiliar de Direção e Corpo Docente- Professor 20h, Educador Infantil 40h e Orientador Educacional 40h.

Na Rede Municipal os profissionais são efetivos providos de concurso publico, e no caso de urgência em suprir vagas é realizado edital de professor substituto direcionado aos próprios docentes do quadro do magistério da Rede Municipal com carga horária efetiva de 20h semanais com a disponibilidade de mais 20 horas semanais. A Equipe Pedagógica, Diretor e Auxiliar de Direção precisam ser exercidos por profissionais efetivos por concurso público, providos nos cargos de Professor e ou Educador Infantil sendo indicados pelo poder executivo para assumir função pedagógica mediante critérios do Plano de Cargo e Salários. Referente à Documentação Escolar, a Rede Municipal possui uma pessoa concursada no cargo de auxiliar administrativo que recebe cursos e Orientações do Núcleo Regional de Educação- NRE-AmSul e realiza com muita responsabilidade as funções voltadas para a Documentação Escolar e gerencia o Sistema SEREWEB e outras atribuições de secretaria escolar de todas as Instituições de Ensino da Rede Municipal.

Na Rede Estadual, os profissionais são efetivos providos por concurso público e Contratados pelo processo seletivo PSS e conta com um profissional administrativo que cumpre com as funções de Documentador Escolar.

Na Escola Filantrópica os profissionais são efetivos providos por concurso público e Contratados pelo processo seletivo PSS da Rede Estadual.

6.5.1 Quadro Demonstrativo Recursos Humanos:

Rede Municipal – exercendo funções em sala de aula:

Educador Infantil (40 horas)	15 (sendo que 01 possui a atribuição de Auxiliar de Direção)
------------------------------	--

Professor (20 horas)	44 (sendo que 03 possui a atribuição de Auxiliar de Direção)
Professor em licença sem vencimentos (20 horas)	01 profissional
Professor em Substituição (20 horas)	06 profissionais

Rede Municipal – exercendo funções de suporte pedagógico:

Secretária Municipal de Educação	01 profissional (dois padrões de 20 horas)
Assessoria Pedagógica	02 profissionais (dois padrões de 20 horas cada)
Coordenação Pedagógica	02 profissionais (dois padrões de 20 horas cada) 01 profissional (um padrão de 20 horas) 02 profissionais (um padrão de 20 horas com jornada suplementar de 20 horas)
Direção	01 profissional (dois padrões de 20 horas) 01 profissional (um padrão de 20 horas com jornada suplementar de 20 horas)
Auxiliar de Direção	02 profissionais (Educadores Infantis de 40 horas)

Rede Estadual, exercendo as funções de suporte pedagógico e em sala de aula:

Cargo	Quantidade
-------	------------

Professor	59
Diretor	03
Vice diretor	01
Pedagogo	08

Na Rede Municipal e Estadual os profissionais possuem formação na área do magistério, e descreve-se abaixo a formação total que o profissional possui.

6.5.2 Formação Total dos Profissionais do Magistério (docentes e suporte pedagógico) do Município

Profissionais de Instituição/ Rede	Formação Concluída					
	Ens. Médio Regular	Magistério	Graduação Pedagogia	Graduação (outra)	Pós Graduação	Mestrado
Rede Municipal Total 78	07	71	65	07	33	(*)
Rede Estadual e Filantrópica Total 59	15	26	15	42	52	01
	Cont. 2					
	Secret.2					
	Tec agr. 1					

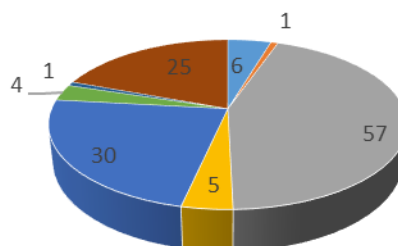
Fonte: Instituições de Ensino, 2015.

Legenda: Cont= contabilidade

Secret= Secretariado

Tec. agr= técnico agrícola

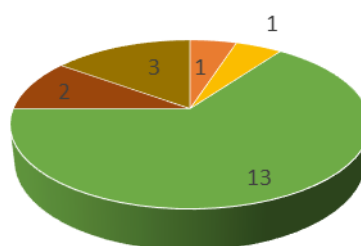
Formação total dos Profissionais da Rede Municipal de Ensino



- Ensino Médio Regular com Pedagogia
- Ensino Médio Regular + Cursando outra graduação + cursando Pós-graduação
- Magistério com Pedagogia
- Magistério com outra Graduação
- Magistério com Pedagogia + Pós-graduação (Lato Sensu)
- Magistério com outra graduação + Pós-graduação (Lato Sensu)
- Magistério + cursando Pedagogia
- Magistério + Pedagogia + cursando Pós-graduação

Gráfico 12: Formação total dos Profissionais da Rede Municipal de Ensino.
Fonte: Instituições de Ensino, 2015.

Formação Parcial dos Profissionais da Rede Municipal de Ensino.



- Cursando Pedagogia
- Cursando 2ª Graduação
- Cursando 2ª Pós-graduação (Lato Sensu)
- Cursando Pós-graduação
- Cursando outra graduação (≠ Pedagogia)

Gráfico 13: Formação Parcial dos Profissionais da Rede Municipal de Ensino
Fonte: Instituições de Ensino, 2015.

Funcionários de apoio da Rede Municipal:

Situação	Quantidade
Estatutário	28

Terceirizado	04
Estagiários	21

Cargo	Quantidade
Serviços gerais	12
Cozinheira	06
Servente	16
Auxiliar de Biblioteca	01
Auxiliar administrativo	01

Funcionários de apoio da Rede Estadual:

Situação	Quantidade
Estatutário	18
Terceirizado	02
PSS	02

Cargo	Quantidade
Agente educacional	15
Agente de apoio	02
Merendeira	01
Bibliotecária	01
Secretária escolar	01
Atendente	01
Motorista	01

Fonte: Instituições de Ensino – 2015.

6.5.3 FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E VALORIZAÇÃO DO MAGISTERIO

O Município desde o ano de 2010 possui o Plano de Carreira, Cargos e Remuneração dos Profissionais do Magistério instituído pela lei Municipal nº 686 de 08 de novembro de 2010 em consonância com a Lei do Piso Nacional incluso em seu artigo 55 onde prevê os cargos de professor com carga horária de 20h semanais

com atuação na Educação Infantil e ou no Ensino Fundamental anos iniciais e o de Educador Infantil com carga horária de 40h semanais com atuação exclusiva na Educação Infantil e Orientador Educacional-quadro em extinção com carga horária de 40h semanais.

A partir do ano de 2010, a carreira do profissional está organizada com uma tabela de vencimentos conforme os diferentes níveis de habilitação (classe-avanço vertical), titulação e avaliação de desempenho (referencia- avanço horizontal). A partir de 2010 a carreira do professor inicia na Classe C1 que corresponde à graduação em Pedagogia com vencimento de 0,56% do Piso Nacional, definida na tabela de vencimentos. A carreira do Educador Infantil inicia na classe A1 que corresponde com a formação em magistério com vencimento inicial da Lei do Piso Nacional.

As avaliações de desempenho mencionam assiduidade, disciplina, capacidade de iniciativa, produtividade, responsabilidade e ainda é preconizado à qualificação profissional e o exercício profissional e são realizadas semestralmente durante o estágio probatório de três anos e após concluir com êxito é automático a promoção de referência que equivale um percentual de 2% ao Educador Infantil e ao professor um percentual de 3%. Quando o profissional se torna efetivo após o estágio probatório as avaliações são realizadas anualmente no mês de novembro com duração de 2 anos e se concluídas com êxito as duas avaliações receberá promoção horizontal de referência num percentual de 3% em agosto do ano seguinte à segunda avaliação.

6.5.4 Tabela de cargos, classes e porcentagem de progressões.

Educador Infantil	Referencia	2,0%
	Classe A para B	5,0%
	Classe B para C	5,0%
	Classe C para D	10,0%
Classe A – Nível Médio - Magistério		
Classe B - Licenciatura Plena		
Classe C - Licenciatura Plena Pós- Graduação		
Classe D - Licenciatura Plena- Mestrado		

Professor	Referencia	3,0%
	Classe A para B	1,0%
	Classe B para C	12%
	Classe C para D	8%
	Classe D para E	15%
Classe A- Magistério 2º grau		
Classe B- Magistério 2º grau + Adicionais		
Classe C- Ensino Superior -Licenciatura Plena		
Classe D- Ensino Superior Pós- Graduação		
Classe E- Ensino Superior - Mestrado		

Orientador Educacional	Referencia	3,0%
	Classe A para C	12%
	Classe C para D	8%
	Classe D para E	15%
Classe C- Ensino Superior – Licenciatura Plena		
Classe D- Ensino Superior Pós- Graduação		
Classe E- Ensino Superior Mestrado		

Fonte: Lei Municipal nº 686/2010.

6.6 INDICADORES EDUCACIONAIS

Dados sobre o desempenho escolar dos alunos do município de Campo do Tenente, como taxa de evasão escolar, distorção idade-série que foram retiradas de informações aplicadas em questionário as Instituições de Ensino no ano de 2015.

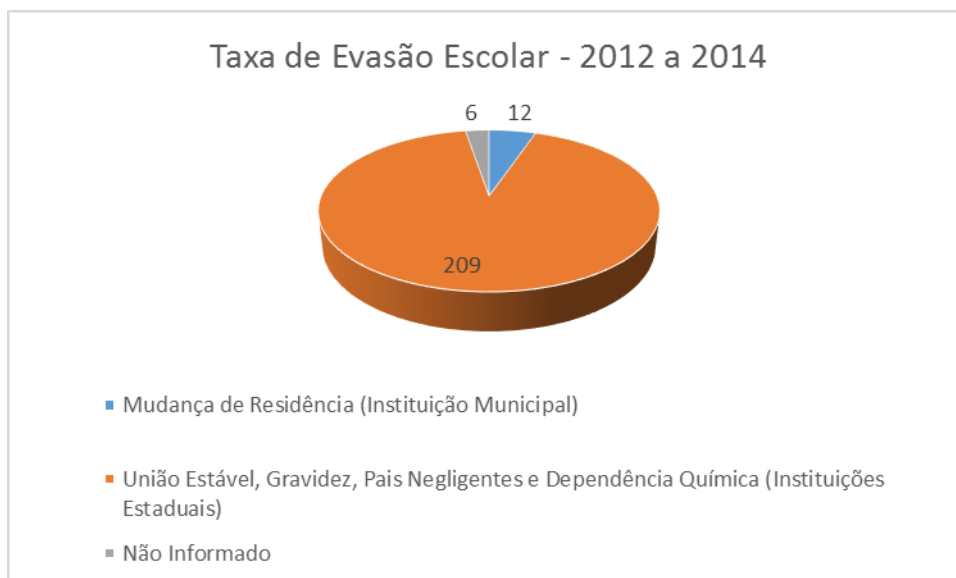


Gráfico 14: Taxa de Evasão Escolar – 2012 a 2014.
 Fonte: Instituições de Ensino, 2015.

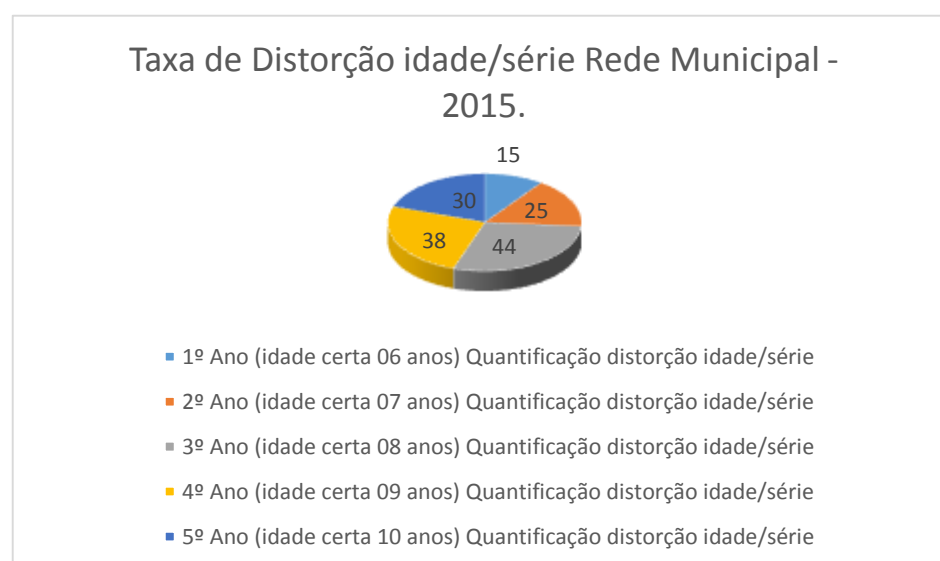


Gráfico 15: Taxa de Distorção idade/série Rede Municipal 2015.
 Fonte: Instituições de Ensino, 2015.

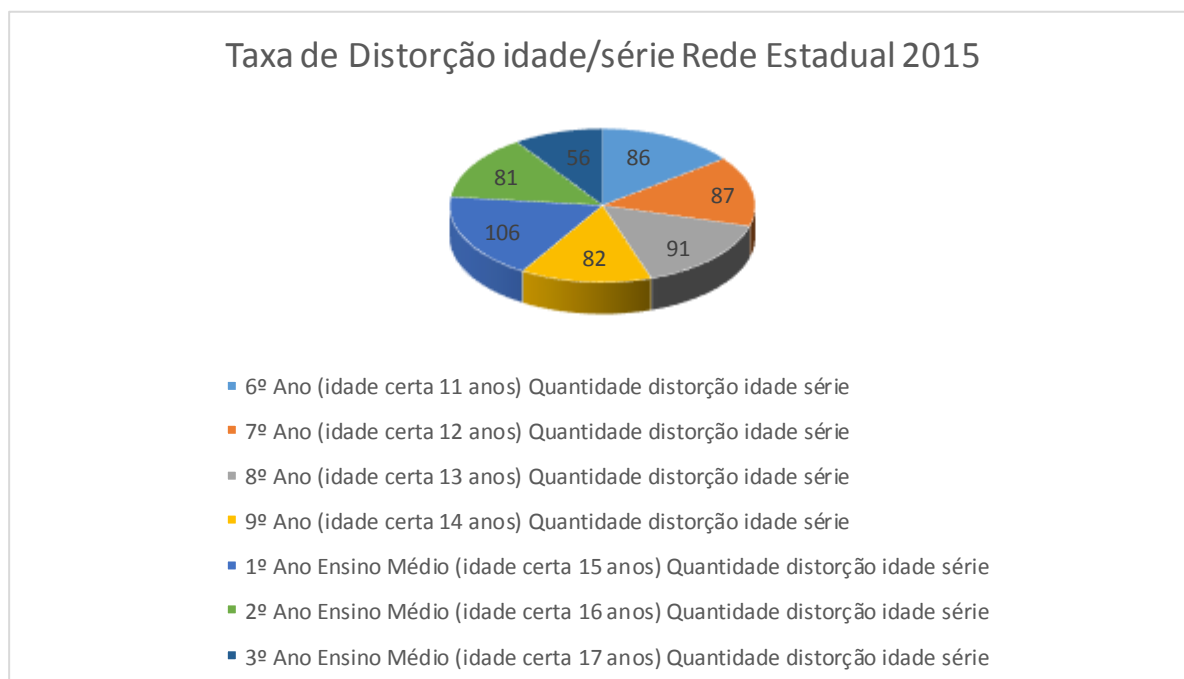


Gráfico: 16: Taxa de Distorção idade/série Rede Estadual 2015

Fonte: Instituições de Ensino, 2015.

6.7 ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica IDEB- foi criado pelo INEP/MEC e mede a qualidade da Educação Pública e é formado pelas notas do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e pela taxa média de aprovação percentual realizado a cada dois anos que avalia as habilidades essenciais dos alunos.

Das finalidades da educação, definida pelos princípios do direito de todos os cidadãos, valorização dos profissionais da educação, garantia de escola pública gratuita e de qualidade, é de grande importância para que sejam reconhecidas as dificuldades e definidos encaminhamentos na busca pela qualidade de aprendizagem, nesta perspectiva a rede municipal de Campo do Tenente apresentou progresso no último resultado do IDEB realizado em 2013, foram participantes para este resultado os alunos da Escola Municipal Professor Gunther Urban e da Escola Municipal João Paulo II, que teve sua primeira participação na última avaliação.

6.7.1 IDEB observados de 2009 a 2013 das Instituições de Ensino e metas projetadas do MEC.

Instituições de Ensino	IDEB Observado			Metas Projetadas						
	2009	2011	2013	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
E. M. Profº Gunther Urban	4.8	4.5	5.0	3.9	4.3	4.6	4.9	5.2	5.5	5.7
E. M. João Paulo II	-	-	4.5	-	-	-	4.8	5.1	5.3	5.6
E. E. Alexandra Peichó	4.5	4.2	4.9	-	4.7	4.9	5.2	5.5	5.7	6.0
C. E. Victor Bussmann	3.8	3.8	3.8	3.4	3.7	4.1	4.5	4.7	5.0	5.2

Fonte: INEP (consulta no site www.inep.gov.br, em abril 2015).

Siglas: E.M= Escola Municipal

Profº= Professor

E.E= Escola Estadual

C.E= Colégio Estadual

6.7.1.1 IDEB da Rede Municipal- 2009-2021

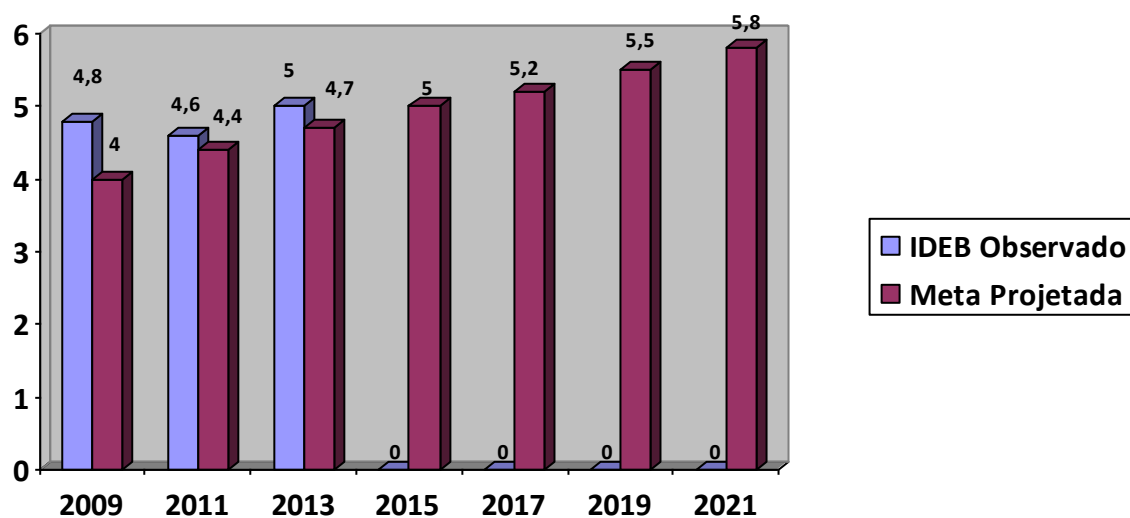


Gráfico 17: IDEB da Rede Municipal 2009-2021

6.7.1.2 IDEB da Rede Estadual- 2009-2021

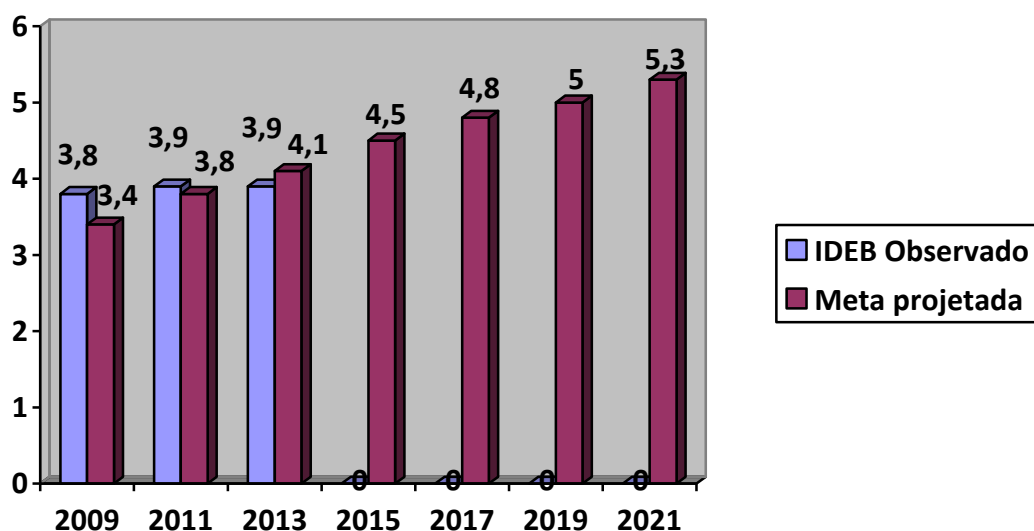


Gráfico 18: IDEB da Rede Estadual 2009-2021

O resultado do último IDEB obtido pelo município de Campo do Tenente em 2013 na Rede Municipal foi de 5.0 superando a meta projetada de 4.7. O resultado da Rede Estadual observado foi de 3.9 não atingindo a meta projetada de 4.1, no entanto há um déficit a ser superado.

Entre os avanços e as metas a serem alcançadas, vale lembrar que cada degrau percorrido, um esforço maior precisará ser feito para ultrapassar o seguinte, porque o caminho é sinuoso, com dificuldades encontradas a todo o momento, mas com esforço, dedicação e comprometimento de todos os envolvidos no processo educacional faz no dia a dia a diferença positiva no ensino aprendizagem para que seja alcançado o patamar ideal da média nacional.

No município, das quatro Instituições que participam das avaliações externas há três Instituições que estão correspondendo às metas projetadas pelo MEC, sendo que todas realizam o monitoramento, acompanhamento e avaliação de seu IDEB que podem ser observados nas estratégias seguintes:

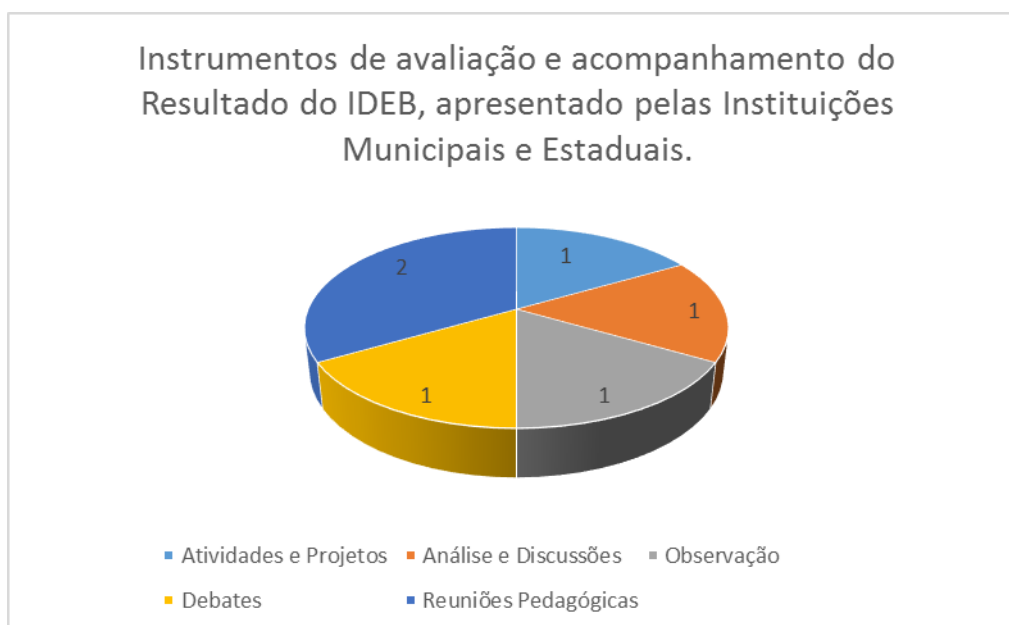


Gráfico 19: Instrumentos de Avaliação e Acompanhamento do Resultado do IDEB
Fonte: Instituições de Ensino, 2015.

A Instituição que não está correspondendo, pretende ampliar meios para alcançar a meta e fomentar a qualidade da educação por meio de planejamentos e formação dos professores.

Um elemento importantíssimo para ampliar e fomentar a qualidade da educação é a construção do currículo base para o planejamento diário, conforme a legislação.

6.8 Elaboração do Currículo no Município por modalidade ofertada em Instituições de Ensino:

Instituição	Modalidade	Currículo Escolar
CMEI Tia Sophia	Educação Infantil	<ul style="list-style-type: none"> Referencial Curricular Nacional RCN's Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil DCN's
CMEI Pequenos Brilhantes		
CMEI Tia Estela		
Escola Municipal João Paulo II	Educação Infantil e	<ul style="list-style-type: none"> Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil
Escola Rural Municipal de Lageado		
Escola Rural Municipal Oracelis Cordova		

Ribeiro	Anos Iniciais	DCN's <ul style="list-style-type: none"> • Diretrizes do PNAIC
Escola Municipal do Campo Elfrido Fabrasil		
Escola Municipal Professor Gunther Urban	Anos Iniciais	<ul style="list-style-type: none"> • Diretrizes do PNAIC
Colégio Estadual Victor Bussmann	Anos finais Ensino Médio, Profissionalizante	<ul style="list-style-type: none"> • Diretrizes da SEED
Escola Estadual Alexandra Peichó	Anos finais	<ul style="list-style-type: none"> • Diretrizes da SEED
Escola Homero Grein- Educação Infantil- Ensino Fundamental na Modalidade de Educação Especial	Educação Especial	<ul style="list-style-type: none"> • Diretrizes da Educação Especial- SEED

Fonte: Instituição de Ensino - 2015.

6.9 EDUCAÇÃO ESPECIAL

Atualmente podemos ter um novo olhar à educação especial, porque essa está tomando seu espaço na sociedade, embora não seja o ideal espaço, mas é possível ver a pessoa portadora de necessidade especial, como cidadão que está inserido na sociedade.

Houve grandes avanços nessa modalidade de educação e a maneira do próprio olhar em relação ao indivíduo especial, devido às políticas educacionais estarem voltadas para essa inovação, em que estão surgindo profissionais para promover uma educação com melhor ensino aprendizagem para atender essa clientela.

No Brasil desde 2007, há uma Política Nacional de Educação Especial na perspectiva na Educação inclusiva e que inclui outros tipos de alunos, além dos que apresentam deficiências.

Dentre os profissionais que trabalham ou atuam em educação especial estão professor, psicólogo, fisioterapeuta, Fonoaudiólogo, terapeuta ocupacional e psicopedagogo entre outros.

Sendo assim, houve um grande avanço na educação especial, sendo que hoje as pessoas especiais, têm seus direitos garantidos por várias leis, basta estar ciente delas, para dessa forma garantir seus direitos a acessibilidades.

Enfim a Educação Especial é de suma importância e visa garantir à aprendizagem as pessoas com necessidades especiais assegurando que as crianças possam ter acesso à formação e o direito de desabrocharem de modo a ser inseridas na vida adulta com maior facilidade.

7. FINANCIAMENTO E GESTÃO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

No ano de 2014, a Administração Municipal investiu 2.22% que representa o valor de R\$ 2.435.765,95 em Educação oriundos do PIB. Estes recursos provêm da arrecadação de todos os fundos municipais.

Este recurso é investido em manutenção das Escolas que ofertam Educação Básica.

O município por meio da Secretaria Municipal de Educação possui parceria com PAR Plano de Ações Articuladas que está vinculado ao Sistema Integrado de Planejamento, Orçamento e Finanças do Ministério da Educação (SIMEC) que é alimentado com dados do município e posteriormente análise do FNDE é liberado ações (obras e construções, reformas, mobiliário, transporte, formação,) para o município. O PAR é elaborado para um prazo de 4 anos, sendo que o último foi findado em 2014, e para nova versão de 2015 a 2018, ainda não foi liberado o sistema.

Entre os anos de 2014 a 2015 o município foi contemplado e recebeu, 2 micro-ônibus, 770 conjuntos de carteiras e cadeiras para alunos, 35 conjuntos de mesa e cadeira para professor e 5 conjuntos de mesa para cadeirante, e está em processo de construção de uma quadra escola coberta para a Escola Municipal Professor Gunther Urban.

8. ESTRUTURA DO ÓRGÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

A Secretaria Municipal de Educação de Campo do Tenente funciona no prédio cedido pela Escola Municipal João Paulo II, cujo endereço encontra-se citado anteriormente neste documento, com uma equipe formada por 10 profissionais contando com a dirigente de Educação – Secretária Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Turismo.

Tendo em vista a necessidade da Secretaria possuir prédio próprio, busca-se parceria para construção do mesmo via PAR e recursos próprios.

9. ÓRGÃOS COLEGIADOS

A participação dos segmentos da comunidade escolar nas decisões se dá em conjunto por meio das Instituições e de Órgãos Colegiados.

O município por meio da Secretaria Municipal de Educação e Instituições de Ensino possui órgãos colegiados voltados à gestão educacional como segue a seguir:

- Conselho Municipal de Educação- CME.
- Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB.
- Conselho Municipal de Alimentação Escolar.
- Conselho Municipal de Transporte Escolar.
- APAE- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais.
- Conselho Escolar.
- APMF- Associação de Pais Mestres e Funcionários.
- Grêmio Estudantil.
- Conselho Tutelar.

10. PROGRAMAS SUPLEMENTARES

As Instituições de Ensino têm os seguintes atendimentos dos programas suplementares:

- Programa Dinheiro Direto na Escola- PDDE
- Programa Nacional Biblioteca na Escola- PNBE

- Programa Nacional do Livro Didático- PNLD
- Programa Brasil Carinhoso.
- Programa Mais Educação
- Programa do PNAIC- Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa.
- Programa Fundo Rotativo

11. HISTÓRICO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO

11.1 CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL TIA SOPHIA



HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

A referida Instituição Escolar de Ensino Público, do Município de Campo do Tenente - Paraná trata-se de um convênio nº. 068/2002, protocolado sob nº 4.903.430-0, firmado entre o Governo de Estado, através da Secretaria de Estado da Criança e Instituto de Ação Social do Paraná-SECR/IASP e o Município de Campo do Tenente para a construção de uma creche padrão 90. Tem como

entidade mantenedora a Prefeitura Municipal de Campo do Tenente – Estado do Paraná Avenida Miguel Komarchewski, 900 – Centro Fone/Fax: 36281313, CEP. 83870-000 – Campo do Tenente – PR, CNPJ: 76.002.658/0001-02.

O CMEI Tia Sophia está localizado no interior Rua Augustinho Tiburski s/n.º Estrada de Lageado, telefone para contato 41 3628-1756, e contato eletrônico através do e-mail da SME: educampo2009@hotmail.com.

O nome do Centro Municipal de Educação Infantil Tia Sophia deu-se em homenagem a Sophia Campos Ribas nascida em 21 de setembro de 1918 na cidade de Mafra/SC e ficou órfã de pai aos 9 anos de idade. Estudava na época à noite a luz de lampião, mas com muito esforço e dedicação aos 13 anos concluiu a 5ª série do Ensino Complementar da época ofertado no Grupo Escolar de Rio Negro onde, admirada e amparada pela diretora Margarida Kirchner foi habilitada a lecionar como professora, pois demonstrava perfeito domínio da turma. Prestou exame sendo aprovada e nomeada para dar aulas na Escola Isolada da Roseira, Distrito de Rio Negro.

Na localidade da Roseira, interior de Rio Negro onde trabalhava, conheceu o Sr. Raul Ribas, o qual tornou-se seu esposo e desta união matrimonial nasceram 5 filhos: Marli, Nailor, Marleni, Nélcio e Nedmar.

Mais tarde, foi transferida para a colônia Mariental, Distrito do Município da Lapa/PR, com dificuldades conseguiu após algum tempo transferência para a cidade da Lapa lecionando na cidade de Lavrinha.

No ano de 1942, transferiu-se para Campo do Tenente, naquela época era Distrito de Rio Negro, tendo se destacado no Grupo Escolar Coronel Alfredo de Almeida.

Em 1950, para que os filhos continuassem seus estudos, mudou-se para Rio Negro, onde lecionou no grupo escolar General Rabelo do 2º Batalhão Ferroviário ou Batalhão Mauá.

No ano de 1960 retornou para Campo do Tenente, e continuou a lecionar no mesmo Grupo Escolar Coronel Alfredo de Almeida, hoje o Colégio Estadual Victor Bussmann. Durante todos os anos como educadora com seu exemplo e dedicação gerou bons frutos, entre professores e outros profissionais, inclusive foi professora de autoridades do Município de Campo do Tenente.

Atualmente a maioria de seus filhos continua residindo em nosso município e

com os bons ensinamentos que tiveram no berço familiar, continuam colhendo os bons frutos que a Senhora Sophia Campos Ribas, semeou no decorrer de sua vida como professora ou mesmo como moradora de nosso município.

Veio a falecer em 30 de outubro de 2008 com 90 anos, deixando exemplo de ensinamentos para futuros professores que viessem assumir a profissão.

Por mérito obteve esta homenagem e com certeza deu sua contribuição e auxiliou o desenvolvimento da Educação do Município.

11.2 CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL PEQUENOS BRILHANTES



HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

A referida Instituição Pública de Educação Infantil do Município de Campo do Tenente - Paraná é fruto do convênio entre o programa voluntário Paranaense – Programa Vale Creche e o Município.

O Centro Municipal de Educação Infantil Pequenos Brilhantes, localizado na Rua Olívio Beliche, 231, Município de Campo do Tenente – PR, originou-se a partir de convênio firmado entre o Programa do Voluntariado Paranaense – Programa

Vale Creche e o Município de Campo do Tenente, telefone (41) 3628-1241, utilizando o endereço eletrônico da SME: e-mail: educampo2009@hotmail.com, sendo inaugurado no mês de dezembro de 2000, sendo mantida pelo Município através do Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo, situado a Rua Elvio Luis Bonamigo s/nº-loteamento do Divino-Centro, Campo do Tenente PR, telefone nº 041 36281363.

A referida denominação foi fruto de um concurso promovido pela Comissão Municipal de Cultura e Secretaria Municipal de Educação, entre os alunos das primeiras a quartas series da rede municipal de ensino. O vencedor do concurso foi o aluno da 2ª série da Escola Municipal Professor Gunther Urban, J. C. R., residente no conjunto Azaleia, que recebeu como prêmio uma caderneta de poupança, no valor de um salário mínimo, depositada na agência local do Banestado.

Recomenda a lei de Diretrizes e Bases da Educação que as atuais creches, sejam denominadas de Centros de Educação Infantil.

11.3 CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO TIA ESTELA



HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

O Centro Municipal de Educação Tia Estela conta com uma área de 3.635,00 m² tendo como proprietário a Prefeitura Municipal de Campo do Tenente. Localizada na Rua Evaldo Oscar Mattege, nº 105. Telefone 41 3628 1602, utilizando o endereço eletrônico da SME: educampo2009@hotmail.com. O CMEI é mantido pela Prefeitura Municipal de Campo do Tenente localizada na Avenida Miguel Komarckewski, 900 – Centro.

A referida Instituição de Ensino foi criada pelo projeto de lei nº. 362/00 de 20 de março de 2000 recebendo o nome de Pré-escola Tia Estela através do projeto de lei nº. 001/00 do Poder Legislativo Municipal em homenagem a Maria Estela Reikdal Kotkowski. Tendo como justificativa do projeto: professora que sempre se dedicou pela educação, e sempre foi muito querida pelas crianças, ficando conhecida como Tia Estela. O CMEI foi inaugurado no dia 30 de junho de 2000. Através da resolução nº. 3295/05 a Secretaria de Estado de Educação do Paraná autorizou a alteração em razão da deliberação nº. 02/05 – CEE, o nome da Instituição de Ensino para Centro Municipal de Educação Infantil Tia Estela.

11.4 ESCOLA MUNICIPAL JOÃO PAULO II



HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

A Escola Municipal João Paulo II existe em Campo do Tenente, desde 21/04/1985, estava localizada anexa as instalações do antigo CEMIC (Centro de Estudos do Menor e Integração à Comunidade).

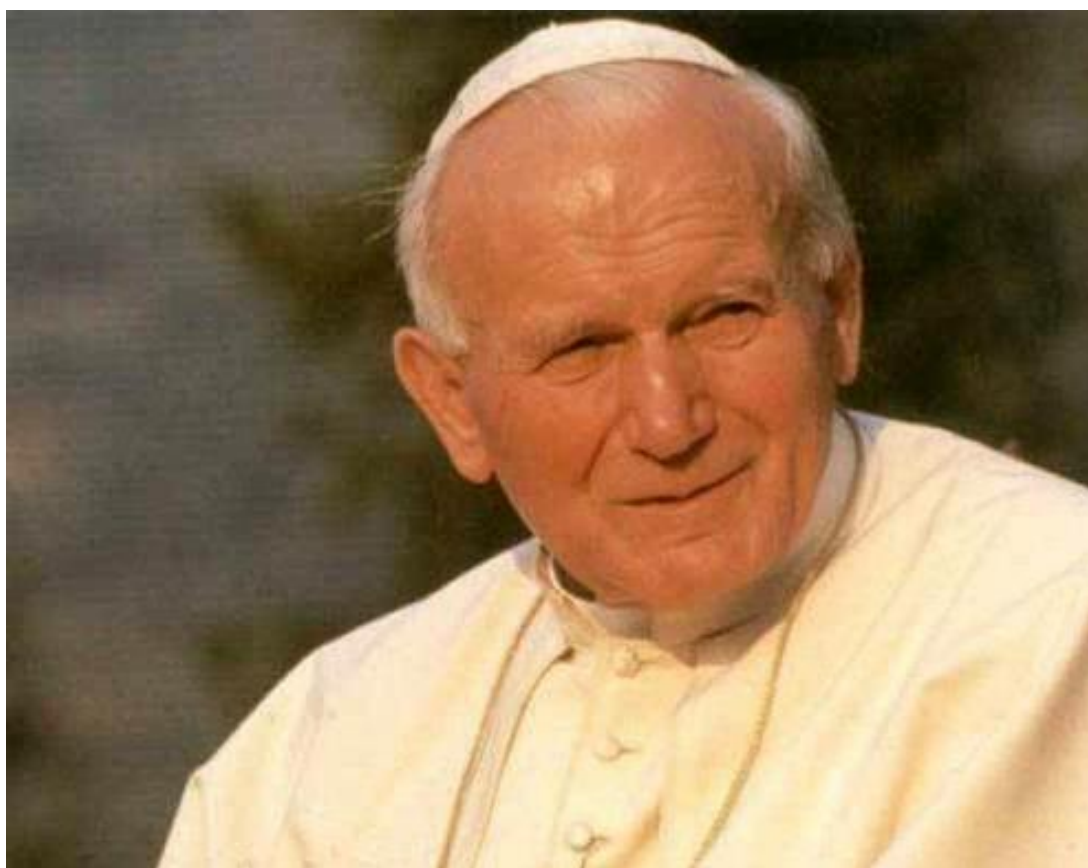
Com o crescimento do número de alunos que passaram a frequentar as aulas, sentiu-se a necessidade de se construir um prédio mais amplo dentro do Raio Escolar, possibilitando dar atendimento à comunidade do Divino, onde está a maioria das famílias.

Diante desse motivo no ano de 2009 o prefeito em exercício, desapropriou o terreno do Sr. OLYMPIO VIZENTIN, para a construção da nova escola, o terreno está sob a matrícula 18.068, no Registro de Imóveis- Comarca de Rio Negro-Paraná, com a metragem de 12.591,98m², e a área construída da escola de 2.681,29m².

No dia 07 de novembro de 2012 houve a Solenidade de Entrega da escola a comunidade com a presença do Excelentíssimo Governador em Exercício e Secretário de Estado de Educação o Senhor Flavio Arns, juntamente com o Excelentíssimo Prefeito Municipal de Campo do Tenente o Senhor Celso Wenski, Vereadores e Comunidade em geral.

A Escola Municipal João Paulo II, está situada à Rua Elvio Luiz Bonamigo nº 190- Loteamento do Divino- em Campo do Tenente- PR, e é mantida pela Prefeitura Municipal, pertencendo assim ao Sistema Municipal de Educação, fundamentada na constituição vigente, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96, e presta atendimento as crianças da Educação Infantil e Ensino Fundamental.

PATRONO DA ESCOLA



João Paulo II, conhecido como Karol Józef Wojtyła, nasceu em 18 de maio de 1920 na cidade de Wadowice (Cracóvia), na Polônia. Sua mãe chamava-se Emília e seu pai, Karol. Tinha um irmão 14 anos mais velho, Edmund, e uma irmã, Olga, que morreu com 6 anos de idade, por volta de 1914.

Em 13 de abril de 1929 a mãe, Emília, morreu, aos 45 anos. Sua saúde já estava frágil desde a morte da filha, Olga, e nos últimos anos, passava boa parte do

tempo na cama, cada vez mais triste e silenciosa. Depois da morte da "alma da casa", como o próprio Karol chamava a mãe, ele e o pai foram visitar o santuário da Virgem de Kalwaria, próximo a Wadowice. Foi nesta viagem de luto que nasceu a devoção a Nossa Senhora que vai marcar a vida do futuro Papa.

Em 5 de dezembro de 1932 Edmund, seu único irmão, médico recém-formado, morre de escarlatina.

Entre os anos de 1934 a 1938 Karol Józef Wojtyła participa como ator de muitas peças estudantis.

Em 22 de junho de 1938 foi admitido na Faculdade de Filosofia da Jagellonian University de Cracóvia. No verão desse mesmo ano ele e seu pai mudam para Cracóvia. Karol participa de um grupo de teatro experimental que trabalha em cima de monólogos e improvisações sobre a cultura e os valores heroicos dos poloneses. Ele ama a poesia, a literatura e as canções cheias de sofrimento e saudade tão típicas da Polônia.

Em 1939 início da Segunda Guerra Mundial, a Polônia é ocupada pelos alemães. Karol Józef Wojtyła entrar em conflito quase diário com o regime, ensina Luigi Accattoli. Lutas que iam do simples direito de realizar a procissão anual de Corpus Christi até o contato com os jovens e a construção de novas igrejas. Falando sobre sua posição política, em relação aos dois regimes que a Polônia viveu durante quase todo o século 20 (nazismo e comunismo) Karol diz: "Os dois sistemas totalitários que marcaram tragicamente o nosso século, eu os pude conhecer, por assim dizer, por dentro. É fácil, portanto, compreender a minha sensibilidade pela dignidade de cada pessoa humana e pelo respeito para com seus direitos, a começar pelo direito à vida".

Em setembro de 1958 é ordenado bispo e convidado a participar do Concílio Vaticano Segundo, realizado em Roma, em 1962. Uma das decisões históricas desse encontro foi retirar a culpa dos judeus em relação à morte de Cristo. Outra decisão polêmica do Concílio foi deixar claro que o cristianismo não tinha vindo para substituir o judaísmo e que as duas religiões eram distintas e independentes. Ambas as decisões eram bandeiras do bispo Karol.

Em 1963 o papa Paulo VI nomeia Karol arcebispo de Cracóvia. Torna-se cardeal em 1964. O cardeal Wojtyła não se manifestou contra o pogrom sangrento de 1968 (um terrível ataque aos judeus, promovido pelos comunistas), em compensação, foi o primeiro cardeal a visitar sinagogas.

Entre os anos de 1962 a 1978 Karol sai da Polônia umas 50 vezes para participar de congressos, fazer trabalhos para o concílio, peregrinações e outras atividades, incluindo uma célebre viagem à Alemanha, em 1978, que reconciliaria as duas igrejas, separadas desde a guerra. "Nós perdoamos e pedimos perdão", é o apelo para a tolerância do cardeal Wojtyla.

No dia 16 de outubro de 1978 o cardeal Karol Wojtyla é eleito sucessor do papa João Paulo I, recém-empossado (tinha sido eleito em agosto e falecido em setembro). Sua eleição foi marcada por dois fatos incomuns na história do papado: ele era um pastor e não um diplomata ou membro da hierarquia do Vaticano, e, principalmente, não era italiano. Quando lhe perguntaram, no final solene do conclave, se aceitava o cargo, o novo papa declarou: "Com obediência de fé em Cristo, meu Senhor e, confiando na Mãe de Cristo e da Igreja, não obstante as muitas dificuldades, eu aceito."

Foi o papa e líder mundial da Igreja Católica Apostólica Romana Soberano da Cidade do Vaticano de 16 de Outubro de 1978 até à sua morte.

Em 2 de abril de 2005, faleceu devido a sua saúde débil e o agravamento da doença de Parkinson. Em 19 de Dezembro de 2009 João Paulo II foi proclamado "Venerável" pelo seu sucessor papal, o Papa Bento XVI. Foi proclamado Beato em 1 de Maio de 2011 pelo Papa Bento XVI na Praça de São Pedro no Vaticano. Em 27 de abril de 2014, numa cerimônia inédita presidida pelo Papa Francisco, e com a presença do Papa Emérito Bento XVI, foi declarado Santo juntamente com o Papa João XXIII; sua festa litúrgica celebrar-se-á no dia 22 de outubro.

11.5 ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR GUNTHER URBAN



HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

A Escola Municipal “Professor Gunther Urban” - Ensino Fundamental Anos iniciais e EJA fase I, localiza-se na Rua Jorge Alves de Barros n.º 181, Centro – Campo do Tenente – PR – CEP –83870-000 Telefone: (41) 3628-1928 Fax: (41) 3628-1928, e-mail: escolaguntherurban@hotmail.com CNPJ: 01996231/0001-60

A entidade mantenedora é a Prefeitura Municipal de Campo do Tenente – Estado do Paraná situada na Avenida Miguel Komarchewski, 900 – Centro. Fone/Fax: (41) 36281313 CEP. 83870-000 – Campo do Tenente –PR CNPJ: 76.002.658/0001-02

Em 15 de novembro de 1.922 realizou a inauguração da casa Escolar “Coronel Alfredo de Almeida” construção de madeira contendo 02 salas de aula. Devido o crescimento de alunos, sentiu-se a necessidade de se construir um prédio mais amplo. Esta construção foi inaugurada no ano de 1.951 onde passou a chamar-se “Grupo Escolar Coronel Alfredo de Almeida”, contendo 06 salas de aula, sala de diretor, instalação sanitária e outras dependências, todas em alvenaria. Esta construção foi feita pela Companhia Copara, no governo do Senhor Moisés Lupion.

Em 1.961 criou-se no mesmo prédio acima citado a Escola Normal de Grau Ginásial Henrique Sthalke, tendo como primeiro Diretor o Professor Gunther Urban.

No dia 24 de maio de 1.991 através da Lei nº 177/91 fica denominada “Professor Gunther Urban” e com a Resolução 3081/91 fica autorizada para funcionamento, a Escola Pública Municipal, anexa a Escola Estadual “Victor Bussmann” sito a Rua Maria Clara Brandão Tesserolli, nº 98, sendo que nesta data, entra em vigor nossa Municipalização, onde fica como Entidade Mantenedora a prefeitura Municipal que encontrava-se no Governo Municipal o Senhor Homero Grein.

No ano de 2003, sob o governo do Prefeito Senhor Adalberto Bicudo Quevedo, realizou-se a obra do Prédio Próprio da Escola Municipal Professor Gunther Urban, a qual funciona no endereço Rua Jorge Alves de Barros Nº 181, centro, Campo do Tenente, sendo construída pela Construtora Ponte Alta – Curitiba/Paraná.

Em 2007 devido ao aumento da demanda foram construídas mais 4 salas de aula.

Em 2012 a Escola, aderiu ao Programa Mais Educação do Governo Federal, para funcionamento no ano de 2013 e em 2015 tem seu funcionamento em período integral atendendo 150 alunos.

11.6 ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO ELFRIDO FABRASIL



HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

A primeira escola desta localidade chamava-se Escola Rural Municipal De Buriti e iniciou-se numa serraria muito grande do Senhor Henrique Stalhke por volta de 1.932, era uma escola pequena e atendia principalmente os filhos dos empregados da serraria, a professora da época era a Senhora Ema Bortelmann de Oliveira.

Logo depois que a serraria faliu e parou de funcionar a escola passou para uma casa particular, da família Veiga muito influente na localidade. A construção da primeira escola em 1.940 teve doações de madeira pelo Senhor Alcindo de Oliveira, o terreno foi doado pelo Senhor Eugênio Francisco Alves e a construção foi realizada pela comunidade.

Iniciou suas atividades com quinze alunos e com a professoras Iara de Oliveira, em seguida a professora Maria Veiga, depois Rose Veiga e ainda Elisabete Maria Lopes. A escola feita de madeira com apenas uma sala de aula funcionou até 1.978, quando a mesma foi desmanchada e construída em alvenaria, com três salas na gestão do prefeito Rosel de Sá Ribas.

Quatro anos mais tarde foram construídas mais duas salas e uma cozinha, na gestão do prefeito Eloy Paschoal Bodanesi.

No ano de 2007 a Escola Rural Municipal De Buriti mudou sua nomenclatura para Escola Rural Municipal Elfrido Fabrasil conforme a Lei N.º 548, de março de

2007, homenageando um ilustre morador da comunidade na qual a escola está inserida.

Atualmente a Escola Rural Municipal Elfrido Fabrasil de Educação e anos iniciais do Ensino Fundamental está localizada no interior do município na localidade do Buriti a seis quilômetros da Avenida Miguel Komarchewski, área central da cidade.

Ressaltamos o fato de que esta Escola atende moradores das localidades de Pau de Casca, Serrinha e Cascavel.

PATRONO - ELFRIDO FABRASIL (a esquerda da foto)



Nascido na comunidade de Buriti na data de 04 de fevereiro de 1927. Filho de José Fabrasil e Joaquina Taborda. Frequentou a escola até a quarta série (primária) em Buriti junto à empresa Stalke (serraria estabelecida, hoje, denominado tanque da serragem). Professora Iara; 937/1940. Agricultor por excelência, serviu à Pátria (exército) em 1945 no estado de Rio de Janeiro – Brasil. Casou-se com Laura Fabrasil e criaram 13 filhos. Esteve nomeado pela segurança pública como inspetor de quartirão da comunidade de Buriti.

Na década de 60 contratou a professora, particular, Matilde Lourenço Machado, para lecionar para seus filhos e crianças de famílias vizinhas numa sala de sua própria moradia, distante a 3 km da sede da escola comunitária.

Com 42 anos de idade foi eleito vereador – na gestão do prefeito Gunther Urban: 1969 a 1973 e na gestão do prefeito Miroslaw Komarchewski: 1973 a 1977.

Na atual escola, anteriormente, denominada, Escola Rural Municipal de Buriti, o Senhor Elfrido Fabrasil ocupou o cargo de presidente da A.P.P. - Associação de Pais e Professores da data de 07 de setembro de 1983 até 15 de maio de 1994 e como vice-presidente até 14 de maio de 1995. Neste período a escolinha de madeira de uma sala passou a ser substituída em 1986, por duas salas, cozinha e dois banheiros de alvenaria – gestão Eloi Bodanesi. Em 1992 recebeu mais 3 salas de alvenaria e uma cancha de esportes - gestão Homero Grein.

Foi uma pessoa muito prestativa em relação às necessidades escolares. Não ia ao comércio sem chegar à escola e perguntar se teria algo a resolver para a escola ou para a comunidade como um todo. Especialmente em situação de doenças era um socorrista.

Faleceu na idade de 76 anos na data de 09 de maio de 2003 e foi sepultado no cemitério municipal Campo do Tenente- PR.

Em sua homenagem, em 2007, a escola passou a ser denominada: Escola Municipal Elfrido Fabrasil e em 2013 passou a ser escola Municipal do Campo Elfrido Fabrasil.(conforme resolução 41501/07 e 1070/13 da Secretária da Educação do Estado- SEED- Paraná)

Devido ser uma instituição localizada na área rural do município, sua forma de contato se dá através do telefone e e-mail da SME: (41) 3628-1363, e-mail: educampo2009@hotmail.com.

11.7 ESCOLA RURAL MUNICIPAL DE LAGEADO



HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

A Escola Rural Municipal de Lageado teve início de sua história no ano de 1945, onde funcionava no terreno que hoje está localizada a Igreja Católica da comunidade de Lageado. A primeira professora a atuar foi a Senhora Elisabete Lara.

Já em 1949 havia uma outra Escola no mesmo terreno, com apenas uma sala de aula e contava com duas professoras: Terezinha do Espírito Santo Lesniovies e Francisca Cordeiro Francisco. Nesta época só havia 1ª, 2ª e 3ª série, o lanche era feito pela empregada da professora Terezinha do Espírito Santo Lesniovies.

Em 1950 a Escola mudou para o terreno da professora Terezinha do Espírito Santo Lesniovies, pois a mesma lecionava para todas as turmas.

Em 1960 foi implantada à 4ª série, foi construída uma Escola pertencente ao Estado com o nome de Escola Rural Olavo Bilac, possuía 02 salas de aula, 01 cantina, 01 corredor no mesmo terreno onde funciona hoje a Escola Rural Municipal de Lageado, sendo o terreno doado pelo Senhor Augustinho Tiburski.

No ano de 1982, foi construída a atual Escola, inaugurada em outubro de 1982, no governo municipal do Senhor Rosel de Sá Ribas.

Em 1983 e 1988, foi completamente reformulada – administração do prefeito Eloy Paschoal Bodanesi. A escola possui 06 salas de aula, cozinha, 02 banheiros para alunos, 01 banheiro para funcionários, sala de direção, sala de biblioteca, 01 dispensa, entre outras dependências, relacionadas no decorrer desta Proposta. Atende atualmente a Educação Infantil e Ensino Fundamental (Anos Iniciais).

A escola está localizada no interior do município, a 08 km da Avenida Miguel Komarchewski – área central da cidade. Sua localidade possui alunos de moradores da zona rural com atividades agrícolas de subsistência.

Das 06 salas de aula, seu horário de atendimento é matutino. Os alunos frequentam até ao 5º ano e após passam a frequentar os anos finais do Ensino Fundamental, na Escola Estadual Alexandra Peichó, onde ocorre dualidade administrativa.

Ressaltamos o fato de que a Escola atende alunos moradores nas localidades de Morrinho Alto, Lageado, BR 116 e Campina.

Devido ser uma instituição localizada na área rural do município, sua forma de contato se dá através do telefone e e-mail da SME: (41) 3628-1363, e-mail: educampo2009@hotmail.com.

11.8 ESCOLA RURAL MUNICIPAL ORACELIS CORDOVA RIBEIRO



HISTÓRICO DA ESCOLA.

Esta escola foi criada em 1951, fundada no governo de Moisés Lupion, a qual ficou o nome do mesmo. Construída em madeira com dimensões de 9m por 8m, dom apenas uma sala e uma cantina com 8m por 3m.

Sua primeira professora foi A Senhora Oracelis Cordova ribeiro. O terreno para a construção da escola foi doado pelo Senhor Bernardino Alves da Silva.

Devido a grande demanda a escola foi reestruturada e nominada Escola Rural Municipal de Espírito Santo. Recebendo esse nome por estar construída no Distrito Rural Espírito Santo no município de Campo do Tenente.

No ano de 2008 a Câmara Municipal de Campo do Tenente aprovou e o prefeito municipal aprovou a Lei nº 599, onde a escola passa a denominada Escola Rural Oracelis Cordova Ribeiro, em homenagem a sua primeira professora. A escola atende alunos das comunidades de Santana, Capoeirinha e Rodeio.

Devido ser uma instituição localizada na área rural do município, sua forma de contato se dá através do telefone e e-mail da SME: (41) 3628-1363, e-mail: educampo2009@hotmail.com.

HISTÓRICO DO PATRONO

Oracelis Cordova Ribeiro, filha de Vidal Cordova e Adelina de Souza, natural de Lages-Santa Catarina, nascida em 04 de novembro de 1925, ainda jovem estabeleceu-se no Distrito de Espírito Santo, onde casou-se com José Ribeiro, filho de família de agricultores do local, o casal teve quatro filhos, José Ribeiro Júnior, Mariza Komarchewski, Irziliani Cordova Ribeiro e Rosana da Luz Bertagnoli.

Oracelis era chamada carinhosamente por Dona Teca ou Professora Teca, lecionou para os alunos de primeira a quarta série, nas décadas de 50, 60 e 70, só afastando-se com sua aposentadoria, concedia pelo Governo do Estado do Paraná.

Era uma pessoa bastante ativa, participava das atividades da comunidade local, estando sempre ligada às necessidades e funcionamento da igreja. Faleceu em 04 de agosto de 1995.

11.9 ESCOLA ESTADUAL ALEXANDRA PEICHÓ



HISTÓRICO DA ESCOLA

A Escola Estadual do Campo “Alexandra Peichó” – Ensino Fundamental de 6º ao 9º ano, localizada no distrito de Lageado, rua Augustinho Tiburski s/n, município de Campo do Tenente, Estado do Paraná, CEP: 83870000, tel: (041) 36281617, e e.mail: eealexandrapeicho@ibest.com.br. Autorizada pela Resolução nº 095/05 de 13 de janeiro de 2005 como: “Escola Estadual Terezinha do Espírito Santo Lesniovies”.

Recebeu a atual denominação em agosto do mesmo ano, tendo em vista que, de acordo com a legislação vigente, no Estado do Paraná não é permitido homenagens oficiais às pessoas vivas.

De acordo com a matrícula efetiva do ano de 2014 a Escola Estadual Alexandra Peichó, está com 93 alunos regularmente matriculados e frequentes sendo:

01 turma 6º ano “A”

01 turma 7º ano “A”

01 turma 8º ano “A”

01 turma 9º ano “A”

Turno de Funcionamento:

Turno matutino: das 08h00min às 12h00min – Escola Rural Municipal de Lageado, com Educação Infantil de 1º ao 5º ano, com disposição do espaço à Escola Estadual do Campo Alexandra Peichó para montagem de ambientes pedagógicos, e uma turma do Programa Atividade Complementar Contra turno Periódica.

Turno vespertino: das 12h50min às 17h25min, a Escola Estadual do Campo Alexandra Peichó, do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental, das séries finais.

A Escola Estadual do Campo “Alexandra Peichó” – Ensino Fundamental de 6º ao 9º ano, Autorizada pela Resolução nº 095/05 de 13 de janeiro de 2005 como: “Escola Estadual Terezinha do Espírito Santo Lesniovies”.

Recebeu a atual denominação em agosto do mesmo ano, tendo em vista que, de acordo com a legislação vigente, no Estado do Paraná não é permitido homenagens oficiais às pessoas vivas.

Portanto, o nome Alexandra Peichó, foi adotado posteriormente e eleito pela comunidade escolar, por meio de votação, em homenagem à ex-aluna Alexandra Peichó, que sonhava em ser professora e o qual foi interrompido por uma doença que levou-a ao óbito em seus 18 anos.

11.10 COLÉGIO ESTADUAL VICTOR BUSSMANN



IDENTIFICAÇÃO

Identificação do Estabelecimento de Ensino

Colégio Estadual Victor Bussmann Código: 0139

Ensino Fundamental, Médio e Profissional.

Endereço: Rua Maria Clara Brandão Tesserolli, n. 98.

Campo do Tenente Código: 0410

Dependência Administrativa Estadual

NRE AM-SUL

Entidade Mantenedora: Governo do Estado do Paraná

Ato de Autorização da Escola:

Decreto – 2897/80 de 09/09/80

Resolução – 3123/81 de 12/01/82

Ato de reconhecimento: Resolução n 3123 de 21/12/1981

Ato de Renovação do Reconhecimento do Colégio: Res. nº 5178/07 de 13/12/2007

Parecer do NREAMSUL de Aprovação do Regimento Escolar: 080/01 de 11/01/2001

HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

Em 15 de novembro de 1.922, realizou-se a inauguração da Casa Escolar “Coronel Alfredo de Almeida”, uma construção de madeira contendo 02 salas de aula.

Com o crescimento do número de alunos que passaram a frequentar as aulas, sentiu-se a necessidade de se construir um prédio mais amplo. Esta construção foi inaugurada em 1.950, quando passou a chamar-se “Grupo Escolar Coronel Alfredo de Almeida”, contando agora com 06 salas de aula, sala do diretor, instalação sanitária e outras dependências, todas em alvenaria. Esta construção foi feita pela Cia Copara. O município encontrava-se no governo do Senhor Manoel Ribas.

Em 1.961 criou-se no mesmo prédio acima, a Escola Normal de Grau Ginásial, tendo como primeiro Diretor o Professor Gunther Urban. A escola funciona até hoje como Colégio Estadual Victor Bussmann, Ensino Fundamental e Médio.

No dia 24 de maio de 1.991, através da Lei nº 177/91 foi denominada de Escola Municipal “Professor Gunther Urban”, a escola pública municipal que passou a funcionar no mesmo prédio do Colégio Estadual, até o ano de 2.003, ambas utilizando o endereço: Rua Maria Clara Brandão Tesserolli, nº 98.

Neste ano de 2015, o Colégio funciona com Ensino Fundamental de 6º ao 9º ano, Ensino Médio e Profissionalizante.

O Colégio atende a uma comunidade composta por famílias moradoras na área urbana do município e nas seguintes localidades: área urbana do município (73,5% do total dos educandos); dos 26,5% do total residentes na área rural do município, pertencem as seguintes localidades: Buriti, Pau de Casca, Cascavel; (6,5% dos educandos); Serrinha, Roseira, Morrinho Alto, Lageado; (5% dos educandos) Santana e Rio Vermelho; (8% dos educandos); Rodeio e Capoeirinha; (2% dos educandos); Rio da Várzea, Vila Rural 15% dos educandos.

11.11 ESCOLA HOMERO GREIN – EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL NA MODALIDADE EDUCAÇÃO ESPECIAL.



HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

Contando um pouco de nossa história, as pessoas com necessidades especiais do Município de Campo do Tenente, por muito tempo foram atendidas pelas Escolas Especiais dos municípios de Rio Negro - Paraná e Mafra – Santa

Catarina, para onde todos os dias eram transportados, o que causava um grande desconforto e transtornos, pois esses municípios ficam a 20 km e 30 km, distantes de nossa cidade. Com o aumento do número de pessoas com necessidades especiais buscando atendimento, surgiu a necessidade de criar uma escola especializada em nosso município.

Primeiramente instituiu-se a APAE (ano 2009) – A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais. Através da Associação, foi reunido várias autoridades locais e profissionais de diversas áreas para que pudessem discutir quais seriam os procedimentos para a criação de uma escola especial, bem como também, definir um local que atendesse os alunos.

Após diversas reuniões, foi recebida através da Concessão da Prefeitura Municipal as instalações da Escola Municipal João Paulo II, com área total de 17.222 m², uma área construída de 383 m², inaugurada em 26/10/1986, na gestão do Prefeito Municipal Eloy Paschoal Bodanesi. Nesse momento, cabe mencionar que a antiga escola havia recebido uma nova estrutura educacional no município, passando a realizar seu trabalho neste novo endereço.

Assim é que a APAE recebeu então um espaço escolar, para iniciar as atividades e que pudesse atender a sua clientela.

Para a escolha do nome da escola foi pedido sugestões; a comunidade e os pais participaram citando vários nomes. Após, foi feita uma votação democrática, onde foi escolhido o nome Homero Grein passando a escola denominar-se Escola Homero Grein – Educação Infantil e Ensino Fundamental na Modalidade Educação Especial.

Para iniciar o funcionamento da Escola, no ano letivo de 2012, houve algumas adaptações na estrutura física da escola.

A Escola Homero Grein – Educação Infantil e Ensino Fundamental na Modalidade Educação Especial de Campo do Tenente, pertence ao Movimento APAEANO espalhadas por todo país, tido como o maior movimento filantrópico do mundo e do Brasil sob a responsabilidade da Federação Nacional das APAES. Em nosso estado temos uma Federação e Delegacias Regionais que atuam como articuladoras visando garantir a unidade filosófica/educacional do movimento Apaeano. Qualificar o atendimento prestado á pessoa com necessidade educativa especial, favorecendo a sua inclusão, através da capacitação e do aperfeiçoamento técnico que atuam na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE).

A criação da Escola Homero Grein Educação Infantil e Ensino Fundamental – Modalidade Educação Especial representa firmar compromisso com a inclusão dos educandos com necessidades especiais e a nossa identidade como escola propiciadora de cidadania, ampliando nosso campo de atuação educacional especializada para fazermos parte do Sistema Nacional de Educação, trabalhando com Educação Infantil, Ensino Fundamental/Anos Iniciais, Educação de Jovens e Adultos na Modalidade de Educação Especial e Educação Profissional.

A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA ESCOLA HOMERO GREIN

A Educação Especial ofertada na Escola Homero Grein, segue os fundamentos estabelecidos pelo sistema de Educação do estado do Paraná, e atende pessoas que requerem adaptações em nível de currículo, de recursos, de metodologia e avaliação.

Por se tratarem de pessoas com deficiência intelectual e múltipla, os procedimentos metodológicos, estratégias de ensino, o ritmo e o tempo de aprendizagem são diferenciados em virtude do grau de comprometimento dos alunos.

Atualmente a escola conta com um espaço físico amplo e um quadro de profissionais qualificados e especializados, o que foi uma grande conquista educacional para o município de Campo do Tenente, visto que tem apenas 4 anos de existência.

A escola busca a articulações com as famílias dos alunos e a comunidade Tenenteana, para que dessa forma possa promover a verdadeira inclusão social.

O maior desafio da Escola Homero Grein, é tornar essas pessoas capazes de aprender, de se comunicar, de se expressar, para que possam ter sua cidadania garantida, suas preferências respeitadas além de poder atuar no meio social em que vivem.

A escola oferta as seguintes modalidades: Educação Infantil (Pré-escola); Ensino Fundamental (Anos iniciais); Educação de Jovens Adultos (Fase I);

Quanto aos principais serviços oferecidos da área da educação cabe destacar:

- A. Visita domiciliar;
- B. Atividade de integração na comunidade;
- C. Aula de arte;

- D. Aula jardinagem e horticultura;
- E. Aula de Educação física;
- F. Transporte;
- G. Alimentação Escolar;

DESCRIÇÃO DOS PROGRAMAS E SERVIÇOS OFERECIDOS DA ÁREA DA EDUCAÇÃO DA ESCOLA HOMERO GREIN

VISITA DOMICILIAR

O trabalho desenvolvido em domicílio é realizado em conjunto com o Setor de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Campo do Tenente com o objetivo de estender ao âmbito domiciliar o trabalho desenvolvido com o deficiente intelectual no processo de autonomia e independência nas atividades de vida diária adequando-se para a realidade peculiar de cada família.

Também são realizadas com visitas, a averiguação de possíveis sinais de maus tratos, negligência familiar e exposição a risco social e pessoal da pessoa com deficiência, sendo realizada intervenção imediata frente as demandas sociais existentes em parceria com Concelho Tutelar e Poder Judiciário garantido a integridade física e emocional do indivíduo.

ATIVIDADE DE INTEGRAÇÃO NA COMUNIDADE

Todas as atividades desenvolvidas na instituição têm como um dos principais objetivos a integração da pessoa com deficiência na sociedade. Para tanto, são desenvolvidas diversas ações que efetivam a participação da pessoa com deficiência na sociedade como: Participação em eventos comemorativos da comunidade, visitas de alunos da rede pública para atividades de integração nas instituições, passeios educativos, etc.

AULA DE ARTE

São desenvolvidas atividades que estimulam a criatividade, a autonomia nas escolhas, a coordenação motora e o relacionamento entre o grupo. Realizam diversos trabalhos com matérias recicláveis como: jornais, papelão, etc. também desenvolvem atividades de pinturas com tinta guache e trabalhos de colagens de figuras de revistas entre outras, sendo esta, uma forma de se expressarem.

AULA DE JARDINAGEM E HORTICULTURA

As atividades oferecidas aos usuários na aula de jardinagem e horticultura tem como foco capacitar os jovens para inclusão no trabalho, bem como, utilizar os recursos da natureza como auxílio no desenvolvimento de suas potencialidades. As atividades consistem em trabalhar as espécies de plantas, a preservação do meio ambiente e da água, a responsabilidade com a natureza, entre outras. Na prática aprendem a regar e a cuidar e cultivar diversas das espécies de verduras, legumes, temperos. Na jardinagem aprendem a cultivar flores.

AULA DE EDUCAÇÃO FÍSICA

As atividades esportivas ocupam cada vez mais, um lugar de destaque na vida das pessoas com deficiências intelectual e múltipla. É benéfica a participação nestas atividades aumentando a probabilidade de realização pessoal e de atitudes sociáveis. Atividades de lazer, esportes e cultura são importantes no processo de reabilitação para a vida na comunidade e no mundo. Também contribuem para a autonomia do indivíduo em escolher e planejar suas atividades.

SERVIÇO DE TRANSPORTE

A instituição oferece transporte adaptado com elevador aos alunos cadeirantes e demais alunos com mobilidade. Atualmente o transporte beneficia 21 alunos com Deficiência Intelectual e /ou Multiplica Deficiência.

ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

O programa de alimentação tem como finalidade suprir a necessidade básica, através de refeições balanceadas de acordo com as normas e regulamentos pelo setor de Merenda Escolar da Secretaria de Estado de Educação do Paraná.

ATIVIDADES PEDAGÓGICAS PARA EDUCAÇÃO INFANTIL: PRÉ-ESCOLAR

A Educação Infantil – Pré-Escolar atende crianças de 4 a 5 anos e 11 meses e tem como objetivo o desenvolvimento global e harmônico da criança sendo este de acordo com suas necessidades físicas, psicológicas e sociais.

Dessa forma, a Educação Pré-escolar da Escola Homero Grein - Educação Infantil e Ensino Fundamental na modalidade Educação Especial visa oferecer subsídios para alfabetização, trabalho atividades diversificadas relacionadas à

construção da imagem corporal, noção espaço-temporal, percepções (visual, auditiva, olfativa e tátil) linguagem funcional linguagem expressiva e receptiva), conceitos lógicos matemáticos, coordenação motora global e independência nas atividades de vida diária.

Sendo assim, a pré-escola tem como principal objetivo estimular todas as áreas do desenvolvimento, suprimindo suas defasagens, incentivando a criatividade, socialização e autonomia.

EDUCANDOS	PERIODICIDADE	CAPACIDADE DE ATENDIMENTO	ÁREA DE ATUAÇÃO	NÍVEL
Crianças de 4 a 5 anos e 11 meses com deficiências intelectual e múltipla.	5 dias por semana	Tarde: 10	Educação e Saúde.	Ed. Infantil (pré-escolar)

ATIVIDADES PEDAGÓGICAS PARA ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS

O Ensino fundamental – Anos Iniciais atende a educandos na faixa etária de 6 anos a 15 anos e 11 meses, cujo objetivo é a alfabetização e o letramento. Neste contexto as atividades propostas buscam ampliar as capacidades cognitivas, físicas, afetivas, interpessoais e culturais, oportunizando o aprimoramento dos conhecimentos significativos e necessários ao processo de aquisição e formação social.

Os conteúdos são trabalhados de maneira diferenciada com recursos didáticos adaptados que favoreçam a aprendizagem, socialização comportamentos adequados, priorizando estratégias lúdicas como: brincadeiras, jogos, atividades educativas sistematizadas, sempre respeitando as potencialidades de cada educando.

Com o objetivo de valorizar as produções dos educandos, são realizadas Mostras Culturais, previamente planejadas e elaboradas através de projetos interdisciplinares e contextualizados.

Durante o processo educativo o desenvolvimento e a aprendizagem dos educandos são analisados e avaliados de forma contínua, respeitando a individualidade de cada educando.

EDUCANDOS	PERIODICIDADE	CAPACIDADE DE ATENDIMENTO	ÁREA DE ATUAÇÃO	NÍVEL
Crianças de 6 a 15 anos e 11 meses com deficiências intelectual e múltipla.	5 dias por semana	Tarde: 10	Educação e Saúde.	Ensino Fundamental (anos iniciais)

ATIVIDADES PEDAGÓGICAS PARA:

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA FASE I

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL – FORMAÇÃO INICIAL

O programa Educação de Jovens e Adultos – Anos iniciais (Fase I), visa oferecer oportunidades educacionais aqueles que necessitam dar prosseguimento no seu projeto de formação acadêmica através de um processo que promova a pessoa despertando a consciência individual e coletiva para os valores de solidariedade, justiça, e equidade social, tendo a cidadania como meta destacada no projeto educacional.

Nestes termos a Escola Homero Grein – vem oferecendo o Programa de Educação Jovens e Adultos aos alunos acima de 16 anos de idade que apresentam condições de processo acadêmicos.

Sabendo que para a pessoa com deficiência intelectual as chances de emprego formal são dificultadas pela baixa escolarização vimos a necessidade de articulação entre a Educação Profissional e a EJA, dando flexibilidade entre as áreas.

Desta forma o professor regente da EJA e professor da Educação Profissional (Higiene e Beleza; Horta; Jardinagem, entre outras) fazem planejamento interdisciplinar e ambos contextualizam suas atividades evitando a fragmentação da proposta curricular.

A implementação da oferta dessa proposta vem trazendo resultados positivos nas atividades de iniciação dos alunos e alfabetização, contribuindo para o desenvolvimento global dos alunos, bem como ampliando as possibilidades e o envolvimento com as atividades laborais, gerando a valorização no contexto social e familiar, assumindo novos papéis na comunidade, visualizando atuação profissional e ser incluso no mercado de trabalho com sucesso.

EDUCANDOS	PERIODICIDADE	CAPACIDADE DE ATENDIMENTO	ÁREA DE ATUAÇÃO	NÍVEL
Alunos a partir de 16 anos com deficiências intelectual e múltipla.	5 dias por semana	Tarde: 12	Educação e Saúde.	EJA (Fase I) – Anos Iniciais

III – METAS E ESTRATÉGIAS

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CAMPO DO TENENTE-PR

Meta 1: Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para crianças de quatro a cinco anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma atender, no mínimo, 50% das crianças de até três anos até o final da vigência deste PME.

A educação infantil vem passando por uma grande mudança, hoje ela não é mais vista como assistencialista, mais sim como uma etapa para o desenvolvimento integral da criança, sendo um direito de todas frequentarem creches e pré-escolas. Com isso nos vemos diante de grandes desafios, como garantir a todas, não somente o acesso, mais um atendimento de qualidade.

Até o ano de 2016, todas as crianças de quatro e cinco anos deverão estar inseridas na educação infantil pré-escola. Para isso deverá ser realizada a ampliação de ofertas de vaga em creches, de forma que atenda 50% das crianças até três anos de idade, isto considerando a importância que a educação infantil exerce na vida da criança em todos os seus aspectos.

Uma das medidas importantes foi a aprovação da Emenda Constitucional nº 59/2009 que tornou obrigatória a educação para a faixa etária de 04 a 17 anos. Dados do IBGE em 2010 mostraram que o atendimento em creches atingia apenas 20% das crianças a nível nacional e 77,4% na pré-escola, sendo que em 2010 36,3% das crianças que frequentavam as creches faziam parte dos mais ricos da população (20%) e apenas 12% eram pobres.

Com toda a evolução da Educação Infantil, ainda são muitos os desafios para que todos possam ter acesso com qualidade nesta modalidade de ensino, cabendo ao município à responsabilidade da oferta.

Para que se possa atingir tal meta, precisamos de estratégias que venham de encontro a ajudar o acesso das crianças na Educação Infantil. Para o bom atendimento, estas devem estar interligadas a saúde e assistência social, todos em

prol do apoio a criança de até três anos de idade, no entanto, torna-se necessário o acompanhamento e monitoramento das crianças na educação infantil.

Compreender, conhecer e reconhecer o jeito particular das crianças serem e estarem no mundo é o grande desejo da educação infantil e de seus profissionais. Vale lembrar ainda que há uma necessidade de garantir a formação continuada a todos os profissionais de educação.

É importante lembrar a presença da estratégia voltada à formação inicial e continuada dos educadores para um bom desenvolvimento, aperfeiçoamento e avaliação das aprendizagens voltadas a esta modalidade. As formações continuadas das educadoras no município acontecem através das Reuniões Pedagógicas com estudos, cursos de capacitação, palestras, grupos de estudos e seminários.

O município possui atualmente, 2 CMEI- creches e atende 98 alunos com idades de 0 a 3 anos; possui 1 CMEI pré-escola e 4 Escolas que ofertam a pré-escola e atendem 220 alunos de 4 e 5 anos de idade.

A Educação Infantil possui parceria com dois programas: o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) que supre as necessidades de custeio dos CMEI's e Escolas, sua finalidade é prestar assistência financeira, em caráter suplementar, às escolas públicas da educação básica das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal e às escolas privadas de educação especial mantida por entidades sem fins lucrativos. O objetivo desses recursos é a melhoria da infraestrutura física e pedagógica, o reforço da autogestão escolar e a elevação dos índices de desempenho da educação básica. A transferência de recursos do PDDE às escolas independe de celebração de convênio, ou instrumento congênere, destinando-se a cobrir despesas de manutenção, custeio e promoção de acessibilidade, além de pequenos investimentos, podendo ser utilizados para: aquisição de material permanente, quando receberem recursos de capital; manutenção pedagógica da unidade escolar; aquisição de material de consumo necessário ao funcionamento da escola; avaliação de aprendizagem; implementação da proposta pedagógica; e, desenvolvimento de atividades educacionais diversas, e o Programa Brasil Carinhoso – apoio às creches, este programa é voltado para a primeira infância, o Programa Brasil Carinhoso tem o seu desenvolvimento integrado em várias vertentes e uma delas é expandir a quantidade de matrículas de crianças entre 0 e 48 meses, cujas famílias sejam beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF) em

creches públicas ou conveniadas. O apoio financeiro é devido aos municípios (e ao Distrito Federal) que informaram no Censo Escolar do ano anterior a quantidade de matrículas de crianças de zero a 48 meses, membros de famílias beneficiárias da Bolsa Família em creches públicas ou em instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos conveniadas com o poder público. O Programa consiste na transferência automática de recursos financeiros, sem necessidade de convênio ou outro instrumento, para custear despesas com manutenção e desenvolvimento da educação infantil, contribuir com as ações de cuidado integral, segurança alimentar e nutricional, garantir o acesso e a permanência da criança na educação infantil. O recurso transferido aos municípios e ao Distrito Federal é realizado em parcela única. O montante é calculado com base em 50% do valor anual mínimo por matrícula em creche pública ou conveniada, em período integral e parcial, definido para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB).

A organização do trabalho pedagógico da educação infantil no município segue as orientações expressas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.

As práticas pedagógicas que compõem a proposta curricular da Educação Infantil têm como eixo norteador as interações e a brincadeira e garante que as crianças tenham: conhecimento de si e do mundo por meio da ampliação de experiências sensoriais, expressivas, corporais que possibilitem movimentação ampla, expressão da individualidade e respeito pelos ritmos e desejos da criança, tenham a possibilidade de apreciação e interação com a linguagem oral e escrita, relações quantitativas, medidas, formas e orientações espaço temporais, situações que de aprendizagem mediadas para a elaboração da autonomia das crianças nas ações de cuidado pessoal, auto-organização, saúde e bem estar, incentive a curiosidade, a interação com a música, artes, dança, teatro, poesia, literatura, tradições culturais brasileiras e recursos tecnológicos.

A organização curricular segue os eixos norteadores do Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil: Identidade e Autonomia, Movimento, Música, Artes visuais, Linguagem Oral e Escrita, Natureza e Sociedade e Matemática, articulando os segmentos educacionais.

O município segue as Diretrizes Curriculares Nacionais Para a Educação Infantil que é obrigatória a matrícula na educação Infantil de crianças que completem 4 ou 5 anos até o dia 31 de março do ano em que ocorrer a matrícula.

“Art.6 É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula das crianças na educação infantil a partir dos 4 (quatro) anos de idade.” (LDB)

Para alcançar totalmente esta meta, propõe-se algumas estratégias:

- Ampliar a oferta de vagas na Educação Infantil- Creche e Pré-escola até o final da vigência deste PME.
- Expandir o atendimento da educação infantil, com a ampliação de salas, construção de novos Centros Municipais de Educação Infantil.
- Verificar com regularidade acerca da demanda de famílias por vagas em creches e pré-escolas anualmente.
- Implantar um prazo de até 10 anos de vigência deste PME em processo avaliação com vistas às melhorias da educação infantil, infraestrutura física, quadro de funcionários, gestão, recursos pedagógicos, etc.
- Incentivar a formação inicial dos educadores infantis, garantindo gradativamente, o atendimento por profissionais com formação superior em pedagogia.
- Dar continuidade a formação continuada aos educadores infantis.
- Proporcionar uma auxiliar para cada sala de crianças de 0 a 5 anos, composta por uma educadora e uma auxiliar, garantindo um atendimento de qualidade.
- Promover e desenvolver programas de orientação e apoio as famílias através de parcerias com Educação, Saúde e Assistência Social com objetivo no desenvolvimento integral das crianças.
- Ampliar o transporte escolar adequado à idade do aluno.
- Ampliar, construir e reestruturar as creches respeitando as normas de acessibilidade, bem como a aquisição de equipamentos, visando a melhoria da rede física das escolas públicas de Educação Infantil.
- Ampliar a aquisição de materiais didático pedagógicos, lúdicos e de literatura.

- Acompanhar e monitorar o acesso e a permanência das crianças de até três anos de idade na Educação Infantil.
- Implantar o acervo bibliográfico nos Centros Municipais de Educação Infantil, de forma a demonstrar a importância da Literatura na Educação Infantil até o final da vigência do PME.
- Construir espaços físicos para implantação de brinquedotecas e parquinhos nas creches até o sexto ano de vigência do PME.
- Construir refeitórios em creche e escolas que ofertam a modalidade de educação infantil até o fim da vigência do PME.
- Realizar até o final do ano de 2015, pesquisas junto a comunidade para levantamento de número de crianças que se encontram na faixa etária entre 4 e 5 anos de idade, não matriculados na Rede Municipal na Educação Infantil.
- Prover a Universalização para o atendimento total das crianças de 4 e 5 anos de idade pertencentes ao município no prazo máximo de 2 anos de vigência deste PME.

Meta 2: Universalizar o ensino fundamental de nove anos para toda a população de 6 a 14 anos e garantir que pelo menos 95% dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PME.

A ampliação e a obrigatoriedade do ensino fundamental é resultado de uma política educacional voltada à melhoria da qualidade e dos processos de escolarização, que teve como objetivo principal assegurar a todos um tempo mais prolongado de permanência na escola. De acordo com a LDB a jornada escolar no ensino fundamental: “[...] incluirá pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola” (BRASIL, 1996).

Esse procedimento teve suas raízes na Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96, a qual apontou a necessidade de um ensino fundamental obrigatório com nove anos de duração, iniciando aos seis anos de idade. Nos anos seguintes, essa premissa se tornou meta e, aos poucos, foi sendo implementada em algumas regiões do país. O marco legal foi estabelecido em fevereiro do ano de 2006, por meio da aprovação da Lei nº11.274. Vale ressaltar que a melhoria da

aprendizagem não resulta apenas no tempo de permanência na escola, mas do modo adequado da sua utilização, portando é preciso que os alunos sejam respeitados como sujeitos históricos.

Para ingresso no ensino fundamental de 9 anos com 6 anos de idade, o município segue a Lei de Diretrizes e Bases a Educação Nacional- LDB nº 9394/96, As Instituições de Ensino do município atendem neste ano de 2015 um total de 1090 alunos entre a faixa etária de 6 a 14 anos, que estão matriculados na rede Municipal e Estadual.

Nesse sentido, destacam-se algumas estratégias para efetivar a meta da universalização do ensino fundamental de nove anos:

- Universalizar o acesso ao ensino fundamental às crianças de seis a quatorze anos, no prazo de dez anos, a partir da aprovação do Plano Municipal de Educação, garantindo-lhes condições de acesso e permanência na escola, com implantação gradativa da escola de tempo integral com previsão de infraestrutura, alimentação, professores e funcionários em número suficiente.
- Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos beneficiários de programas de transferência de renda, bem como das situações de discriminação, preconceitos e violências na escola, visando o estabelecimento de condições adequadas para o sucesso escolar dos (as) alunos (as), em colaboração com as famílias e órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude com vistas de condições para o sucesso escolar dos alunos.
- Implementar e fortalecer uma Comissão Permanente de Acompanhamento da Rede de Apoio, promovendo a busca ativa de crianças e adolescentes fora da escola e acompanhar a permanência e a frequência escolar em parcerias com órgãos públicos, de Assistência Social, Secretaria da Saúde e de Proteção à Infância, Adolescência e a Juventude.
- Instituir durante a vigência deste PME, um programa de formação continuada para os professores do Ensino Fundamental considerando a turma (área) de atuação do profissional a fim de propor novas estratégias que venham considerar os interesses dos alunos para buscar o acesso e a permanência escolar.

- Constituir parcerias com o Governo Federal e uso de recursos próprios para garantir mobiliário, equipamentos e outros materiais pedagógicos acessíveis na escola de ensino fundamental, na perspectiva de tempo integral.
- Oportunizar a participação em atividades de incentivo aos estudantes e de estímulos a habilidades, inclusive mediante atividades que desenvolvam a colaboração, competições e concursos.
- Implantar laboratórios de informática e de ciências e acesso à internet, como instrumento avançado de pesquisa, informação e conhecimento, bem como, adquirir equipamentos multimídia, bibliotecas, videotecas, brinquedotecas e quadras cobertas até o final de vigência deste Plano.
- Apoio aos professores de classes com alunos portadores de necessidades educativas especiais, mediante oferta de assessoramento e suporte pedagógico e qualificação dos mesmos, além da disponibilização de auxiliares em turmas onde se fizer necessário.
- Manter a garantia da alimentação escolar equilibrada com os níveis calórico-proteicos mínimos por faixa etária conforme a legislação do FNDE.
- Prover o transporte escolar na zona rural, quando necessário, com a colaboração financeira da União e do Estado, de forma a garantir o acesso dos alunos às escolas.
- Proporcionar concurso publico para contratação de profissionais habilitados e qualificados, da área do magistério e professores e equipe dos funcionários que atuam nas áreas de administração escolar e da equipe dos funcionários que atuam na área de manutenção da infraestrutura escolar e preservação do meio ambiente, alimentação escolar, em número suficiente, para atuarem nos diversos segmentos, espaços/ambientes escolares, visando à qualificação do ensino.
- Trabalhar de maneira adequada, através de projetos a questão do preconceito, bullying e outras formas de discriminação e violência nas escolas, visando o sucesso escolar dos alunos.
- Desenvolver metodologias pedagógicas que articulem de maneira a combinar com a organização do tempo e das atividades didáticas entre a escola e a comunidade, bem como a educação especial e escolas de campo.
- Promover parcerias entre a escola, instituições e movimentos culturais a fim de

garantir a oferta de atividades culturais, tornando a escola um polo de difusão e criação cultural respeitando a sua diversidade.

- Criar mecanismos de acompanhamento individualizado dos (as) alunos (as) do ensino fundamental que apresentem dificuldades de aprendizagem.
- Disciplinar, em nível dos sistemas de ensino, a organização flexível do trabalho pedagógico, incluindo a adequação do calendário escolar de acordo com a realidade local, identidade cultural e condições climáticas da região.

Meta 3: Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos, elevar até o final do período de vigência deste PME, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85%.

Ampliar o número de alunos no Ensino Médio, sua permanência e conclusão final é um dos grandes desafios da educação pública no Brasil. Pretende-se através da Universalização, até 2016 uma taxa de 85% de matrículas. Para tanto, se faz necessário mudanças e melhorias que venham contribuir na concretização desses números tão esperados, ou seja, que alunos tenham acesso às vagas e nelas permaneçam durante os três anos previstos em lei, com uma educação de qualidade, flexível e diversificada.

O município possui apenas uma instituição – Colégio Estadual Victor Bussmann, que oferta a modalidade de Ensino Médio e atualmente atende 219 alunos matriculados da faixa etária de 15 a 17 anos e destes 172 cursam o ensino médio regular e 47 cursam o ensino profissionalizante magistério. Segundo censo 2010 há um número de 190 jovens nesta faixa etária fora da escola.

Para isso pretendemos desenvolver estratégias:

- Resgatar junto aos alunos a importância do aprendizado, e que a avaliação é o resultado do processo de aprendizagem (o que foi ensinado e aprendido).

- Ofertar mais vagas, com um ensino de qualidade que permita o acesso e permanência do aluno na escola.
- Resgatar o interesse e comprometimento dos alunos, utilizando metodologias diversificadas e satisfatórias na aquisição do conhecimento.
- _ Oferecer cursos preparatórios para o ENEM no espaço escolar (Ensino Médio Inovador) envolvendo toda a comunidade escolar.
- _ Realizar reuniões frequentes com os pais para conscientização do apoio familiar para o sucesso e permanência dos filhos na escola.
- _ Buscar parcerias para oferecer cursos profissionalizantes para alunos do Ensino Médio como incentivo ao 1º emprego.

Meta 4: Universalizar, para a população de 4 a 17 anos, o atendimento escolar aos alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, preferencialmente na rede regular de ensino, garantindo o atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais, classes, escolar ou serviços especializados, públicos ou comunitários, nas formas complementar ou suplementar, em escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

Sabe-se que a partir do século XIX, na Europa, surgem os primeiros movimentos em prol do atendimento aos portadores de necessidades especiais.

No Brasil, a inclusão social teve início na década de oitenta a partir de algumas experiências de inserção social de pessoas com deficiência. Dessa forma, surgem algumas transformações que vem sendo realizadas em todos os sistemas sociais como espaços urbanos, áreas de lazer, transportes, empresas, escolas, dentre outros, para tornar possível a participação plena e ativa, com igualdade de oportunidades, das pessoas com deficiência junto à população geral.

No contexto educacional, o processo de inclusão vem sendo amplamente difundido e propõe que os alunos com necessidades educacionais especiais sejam incluídos na rede regular de ensino em todos os seus níveis, como é assegurado por

Leis como: Constituição Federal de 88, Declaração de Salamanca, Lei de Diretrizes e Bases – LDB, Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA e a Lei 10436/02.

A inclusão como consequência de um ensino de qualidade para todos, necessita de mudanças em todo o contexto escolar, desde o espaço físico até os recursos humanos, a inclusão exige que a escola se prepare para receber a todos os alunos e não apenas os receba sem reconhecer e atender às suas especificidades.

Percebe-se então, uma visão diferente sobre o alunado em questão, visto que transfere para a sociedade a obrigação em ajustar-se frente às necessidades destes, isto por acreditar que as incapacidades não são características do indivíduo, mas sim da sociedade, que precisa adaptar-se a diversidade.

Com base no exposto, conclamamos a comunidade Tenenteana a buscar alternativas de melhoria na vida das crianças, adolescentes, jovens e adultos, portadores de necessidades especiais, por meio de ações no sentido de fortalecer aquilo que já ofertamos através de formação continuada e oferta de atendimento multiprofissional.

A educação especial é uma modalidade que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades da educação brasileira realizando o atendimento de educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

Dessa forma, o atendimento educacional especializado, instituído pela Constituição Federal/1988 e reafirmado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96, essa modalidade de ensino deve ser oferecida preferencialmente na rede regular, havendo, quando necessário, serviços de apoio especializado.

Nessa perspectiva de inclusão, a educação especial passa a integrar a proposta pedagógica das escolas regulares, promovendo o atendimento escolar e o atendimento educacional especializado de forma complementar ou suplementar aos estudantes com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento, com altas habilidades ou superdotação.

Vale ressaltar a necessidade, por parte dos sistemas de ensino, da garantia do acesso, participação e aprendizagem dos estudantes nas classes comuns e nos serviços da educação especial, nas escolas regulares, de forma transversal a todos os níveis, etapas e modalidades. Assim, deve-se assegurar a formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da

educação para a inclusão escolar; participação da família e da comunidade; acessibilidade urbanística, arquitetônica, nos mobiliários e equipamentos, nos transportes, na comunicação e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas.

Com o intuito de alcançar a meta estabelecida seguem algumas estratégias:

- Criar centros de produção de materiais, recursos e equipamentos adaptados, em todas as redes de ensino, em parceria com escolas especiais e instituições especializadas, a partir da vigência deste plano.
- Prover para as unidades escolares, de acordo com a demanda, profissionais (professor de educação especial/sala de recursos multifuncionais, professor de educação especial/colaborativo, agente educacional/educação especial, psicólogo educacional, fonoaudiólogo educacional, terapeuta ocupacional, profissionais para a Educação Física) para atender aos educandos com dependência nas atividades de vida diária e crianças com distúrbios severos de comportamento vinculados a transtornos globais do desenvolvimento.
- Incentivar a formação específica de professores para o atendimento educacional especializado para a inclusão escolar.
- Assegurar, em novas construções e ou reformas de prédios escolares, a acessibilidade e as normas técnicas nos termos da legislação, a partir do primeiro ano de vigência deste plano.
- Ampliar e disseminar o uso de equipamentos informatizados e de Tecnologia Assistiva para todas as crianças e adolescentes com deficiência, que necessitam de Comunicação Alternativa e Aumentativa.
- Estabelecer projetos de parceria, anualmente, com as universidades públicas e privadas, de forma a realizar estudos e pesquisas nas áreas das deficiências.
- Realizar projetos de extensão universitária, a partir da vigência deste plano, visando à inclusão de todas as crianças, adolescentes e adultos com deficiência na educação básica, pós-médio e superior.
- Fortalecer as salas de recursos multifuncionais para o atendimento educacional especializado.
- Implantar salas de recursos multifuncionais e fomentar a formação continuada dos professores para o atendimento educacional especializado complementar, nas escolas urbanas e rurais.

- Ampliar a oferta de o atendimento educacional especializado complementar aos estudantes matriculados na rede pública de ensino regular.
- Manter e aprofundar programa nacional de acessibilidade nas escolas públicas para adequação arquitetônica, oferta de transporte acessível, disponibilização de material didático acessível e recursos de tecnologia assistiva, e oferta da educação bilíngue em língua portuguesa e Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS.
- Fomentar a educação inclusiva, promovendo a articulação entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado complementar ofertado em salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em instituições especializadas.
- Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola por parte dos contemplados do benefício de prestação continuada, de maneira a garantir a ampliação do atendimento aos estudantes com deficiência na rede pública regular de ensino com comprometimento maior dos órgãos governamentais.
- Garantir o cumprimento dos dispositivos legais constantes na Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (ONU 2006), ratificada no Brasil pelos Decretos 186/2008 e 6949/2009, na Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC 2008) e nos marcos legais políticos e pedagógicos da educação inclusiva.
- Estabelecer parcerias com outras secretarias (saúde, esporte e lazer, assistência social) para o desenvolvimento de política pública aos jovens, adultos e idosos, público alvo da Educação Especial.
- Assegurar o transporte escolar acessível aos alunos com deficiência que tem o acesso e a frequência à escola impedidos por falta de transporte acessível.
- Sensibilizar os diversos segmentos da sociedade através de campanhas na rádio, para oportunizar reflexões a respeito dos direitos das pessoas com deficiência em todos os espaços sociais.

Meta 5: Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do terceiro ano do ensino fundamental.

Aos oito anos de idade, as crianças precisam ter a compreensão do funcionamento do sistema de escrita; o domínio das correspondências grafofônicas,

mesmo que dominem poucas convenções ortográficas irregulares e poucas regularidades que exijam conhecimentos morfológicos mais complexos; a fluência de leitura e o domínio de estratégias de compreensão e de produção de textos escritos.

A alfabetização é, sem dúvida, uma das prioridades nacionais no contexto atual, pois o professor alfabetizador tem a função de auxiliar na formação para o bom exercício da cidadania. Para exercer sua função de forma plena é preciso ter clareza do que ensina e como ensina. Para isso, não basta ser um reproduzidor de métodos que objetivem apenas o domínio de um código linguístico. É preciso ter clareza sobre qual concepção de alfabetização está subjacente à sua prática desta forma devemos garantir a alfabetização e o letramento de todas as crianças até, no máximo, aos oito anos de idade, dentro do ciclo de alfabetização, compreendido como um tempo sequencial de três anos letivos, que devem ser dedicados à inserção da criança na cultura escolar, à aprendizagem da leitura e da escrita, e à ampliação das capacidades de produção e compreensão de textos nas diferentes áreas de conhecimento.

O município aderiu o Programa Nacional pela Idade Certa- PNAIC- no ano de 2012 e já no ano seguinte em 2013 iniciaram-se as formações do Orientador de Estudo e Coordenador Local para a formação- capacitação dos docentes atuantes no ciclo de alfabetização do município. Foram formados 37 professores na área de Língua Portuguesa e em Matemática.

O programa do PNAIC traz sua matriz curricular baseado nos descritores que são utilizados nas Avaliações externas e o município está adequado a esta proposta. Além da formação as escolas recebem um acervo bibliográfico de literatura e jogos matemáticos para planejamento docente.

Para fortalecer esta meta seguem algumas estratégias.

- Promover e fortalecer ações, visando à integração entre escola, família e comunidade.
- Estruturar os processos pedagógicos de alfabetização nos anos iniciais do Ensino Fundamental articulados com estratégias desenvolvidas na pré-escola, com qualificação e valorização dos professores alfabetizadores e apoio pedagógico específico, a fim de garantir a alfabetização plena de todas as crianças.
- Garantir a aplicação de instrumentos de avaliação nacional periódicos e específicos para aferir a alfabetização das crianças, aplicados a cada ano, bem como fomentar o

Sistema de escrita e alfabética, implementando medidas pedagógicas para alfabetizar todos os alunos até o final do terceiro ano do ensino fundamental.

- Fomentar o desenvolvimento de tecnologias educacionais e de práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a alfabetização e favoreçam a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos alunos, consideradas as diversas abordagens metodológicas e sua efetividade, respeitando a diversidade cultural.
- Utilizar os instrumentos de avaliação nacional periódicos e específicos para aferir a alfabetização das crianças, aplicados a cada ano, bem como estimular os sistemas de ensino e as escolas a criarem os respectivos instrumentos de avaliação e monitoramento, implementando medidas pedagógicas para alfabetizar todos os alunos até o final do terceiro ano do ensino fundamental.
- Selecionar, certificar e divulgar tecnologias educacionais para a alfabetização de crianças, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas, devendo ser disponibilizadas, preferencialmente, como recursos educacionais abertos.
- Apoiar a alfabetização de crianças do campo, indígenas, quilombolas, faxinalenses e de populações itinerantes, com a produção de materiais didáticos específicos, e desenvolver instrumentos de acompanhamento que considerem o uso da língua materna pelas comunidades indígenas e a identidade cultural das comunidades quilombolas.
- Promover e estimular a formação inicial e continuada de professores (as) para a alfabetização de crianças, com o conhecimento de novas tecnologias educacionais e práticas pedagógicas inovadoras, estimulando a articulação entre programas de pós-graduação lato e stricto sensu.
- Implantação da biblioteca escolar; afim de contribuir ativamente na educação, colocando à disposição dos professores, alunos e demais interessados os materiais que pode oferecer.
- Implantação da Sala de Recursos Multifuncionais até o final de vigência deste PME.
- Disponibilizar materiais pedagógicos para auxiliar no desenvolvimento da aprendizagem.
- Planejar atividades que estimulem a sensibilidade e a consciência cultural e social;

Meta 6: Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% dos alunos da educação básica.

Falar em educação integral nos remete, além do atendimento em creches, ao programa Mais Educação que tem sido uma das principais ações do Governo Federal para ampliar a oferta de educação em tempo integral, por meio de uma ação intersetorial entre as políticas públicas educacionais e sociais, contribuindo para a diminuição das desigualdades educacionais e valorização da diversidade cultural brasileira. A parceria conta com o Ministério da Educação, do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, da Ciência e Tecnologia, do Esporte, do Meio Ambiente, da Cultura, da Defesa e também da Controladoria Geral da União.

No que diz respeito à educação em tempo integral, avançamos com o Decreto nº 7.083 de 27 de janeiro de 2010 que dispõe sobre o Programa Mais Educação, o qual amplia a jornada para sete horas diárias durante todo o ano letivo. Assim, o aluno permanece na escola ou em atividades escolares em outros espaços.

Aos alunos matriculados nessa modalidade de ensino é preciso propiciar múltiplas oportunidades de aprendizagem por meio do acesso à cultura, à arte, ao esporte, à ciência e à tecnologia, experimentação e investigação científica, lazer, cultura digital, educação econômica, comunicação, uso de medidas, meio ambiente, direitos humanos, práticas e prevenções aos agravos a saúde, promoção da saúde, alimentação saudável entre outras atividades por meio de planejamento com intenção pedagógica e sempre alinhadas a Proposta Pedagógica da escola. Por ser prática relativamente nova no País, programas em curso, como o Mais Educação, do Governo Federal, precisam de diagnóstico constante, em busca de evolução permanente. Estas atividades podem ou não ser realizadas dentro do espaço escolar, dependendo de sua estrutura, desde que haja um acompanhamento pedagógico em suas realizações. Levando-se em consideração que para a oferta de educação integral, não basta apenas o entendimento da jornada escolar, mas a preparação adequada, seja uma estrutura física, profissional, para que não seja simplesmente um depósito de alunos, mas que se possa integrar conhecimento e diversão junto com aprendizagem.

A Educação Integral, associada ao processo de escolarização, pressupõe a aprendizagem conectada à vida e ao universo de interesse e de possibilidades das crianças, adolescentes e jovens.

O ideal da Educação Integral traduz a compreensão do direito de aprender como inerente ao direito à vida, à saúde, à liberdade, ao respeito, à dignidade e à convivência familiar e comunitária e como condição para o próprio desenvolvimento de uma sociedade republicana e democrática. Por meio da Educação Integral, se reconhece as múltiplas dimensões do ser humano e as peculiaridades do desenvolvimento de crianças, adolescentes e jovens.

Vale lembrar, que a educação em tempo integral requer mais que somente a ampliação da jornada escolar diária, mas uma Proposta Pedagógica diferenciada, com a formação de seus agentes, infraestrutura e os meios para sua implantação.

Uma educação em tempo integral com qualidade visa o desenvolvimento envolvendo educadores, educando e comunidade escolar para contribuir e ampliar os tempos e os espaços de formação dos alunos completando pelos professores de permanência e aprendizagem, contribuindo para a diminuição das desigualdades educacionais e valorização da diversidade cultural Brasileira.

O município possui dois CMEI's Creche que ofertam educação integral com 98 alunos de 0 a 3 anos que permanecem 9 horas na creche.

A Escola Municipal Professor Gunther Urban aderiu no ano de 2012 para funcionamento em 2013 a Educação Integral por meio do Programa Mais Educação com 115 alunos matriculados e hoje em 2015 atende 150 alunos de varias idades de 1º ao 5º ano no Programa Mais Educação.

A estimativa para os próximos três anos, mais 5 escolas da Rede Municipal e Estadual desejam ofertar educação integral.

Nesse sentido, acredita-se que as principais estratégias para alcançar a meta estabelecida são:

- Estimular a cooperação entre União, estados e municípios.
- Trazer para a comunidade juntamente com outros órgãos o conhecimento de novas tecnologias.
- Construção e/ou ampliação de mais escolas e a aquisição de equipamentos para garantir a melhoria da infraestrutura das escolas já existentes.

- Disponibilizar ambiente adequado para a realização das atividades bem como equipamentos e alimentação.
- Promover, em parceria com os ministérios e secretarias federais participantes, a formação e valorização dos profissionais da educação.
- Ampliar a aquisição de materiais pedagógicos.
- Valorizar a cultura através de parcerias com programas educacionais de todas as esferas governamentais.
- Ampliar progressivamente a oferta de Educação integral nas escolas.
- Manter nas escolas de tempo integral, para todas as crianças e jovens matriculadas, um mínimo de 03 refeições adequadas e definidas por nutricionista.
- Realizar o monitoramento das tarefas escolares pela equipe pedagógica.
- Desenvolver práticas de esportes, atividades artísticas e culturais, associadas às ações socioeducativas e em parceria com a Secretaria de Saúde.
- Garantir a participação das famílias, da comunidade nas atividades e formar parcerias para estudos e pesquisas fomentando a geração de conhecimentos e tecnologias sociais.

Meta 7: Fomentar a qualidade da educação básica em todas etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias para o IDEB:

IDEB	1º ano	3º ano	5º ano	7º ano	10º ano
Anos Iniciais do Ensino Fundamental	4,9	5,2	5,5	5,7	6,0
Anos Finais do Ensino Fundamental	4,4	4,7	5,0	5,2	5,5
Ensino Médio	3,9	4,3	4,7	5,0	5,2

Na última década a melhoria da qualidade de ensino em todas as etapas e modalidades se tornou prioritária através da aprendizagem com eficácia nos resultados apresentados e melhorias no fluxo escolar.

Elevar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades de ensino é uma das questões centrais nas últimas décadas, tendo em vista a garantia do direito à educação, a melhoria da qualidade de vida da população e a produção de maior equidade e desenvolvimento econômico-social do país. Portanto, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), indicador criado pelo INEP, a partir dos dados do Censo, SAEB e Prova Brasil, considerando o fluxo escolar e o desempenho nos exames, é um instrumento de avaliação que faz o acompanhamento da evolução da educação com o objetivo de estabelecer o padrão de qualidade que o Ministério da Educação definiu como meta a ser definida. Isso se torna um grande desafio para as políticas públicas, sociais e educacionais e para o conjunto de agentes institucionais e individuais que atuam no campo da educação.

Esta é a meta do PME que se refere de forma mais direta à qualidade da Educação. No entanto, coloca como objetivo de qualidade as metas do IDEB, indicador composto pelas notas em Língua Portuguesa e em Matemática, da Provinha Brasil, da Prova Brasil e pelo Fluxo Escolar.

Embora o IDEB tenha um papel fundamental ao dar notoriedade e objetividade à discussão sobre Educação no Brasil, a capacidade do indicador de diagnosticar a qualidade da Educação nas escolas e redes de ensino é limitada. No Observatório é possível acompanhar as análises, estudos e indicadores auxiliares da meta para que se tenha uma visão mais ampla do que uma Educação de qualidade envolve.

Com o IDEB, ampliam-se as possibilidades de mobilização da sociedade em favor da educação, uma vez que o índice é comparável nacionalmente e expressa em valores os resultados mais importantes da educação: aprendizagem e fluxo. A combinação de ambos tem também o mérito de equilibrar as duas dimensões: se um sistema de ensino reter seus alunos para obter resultados de melhor qualidade no SAEB ou Prova Brasil, o fator fluxo será alterado, indicando a necessidade de melhoria do sistema. Se, ao contrário, o sistema apressar a aprovação do aluno sem qualidade, o resultado das avaliações indicará igualmente a necessidade de melhoria do sistema. O IDEB vai de zero a dez.

O IDEB também é importante por ser condutor de política pública em prol da qualidade da educação. É a ferramenta para acompanhamento das metas de qualidade do PDE para a educação básica. O Plano de Desenvolvimento da Educação estabelece, como meta, que em 2022 o IDEB do Brasil seja 6,0 – média que corresponde a um sistema educacional de qualidade comparável a dos países desenvolvidos.

Atualmente a rede municipal se encontra no resultado 5.0, ultrapassando a projeção de 4.7. A rede estadual está na busca do alcance de sua projeção.

Pensando nesse ensino de qualidade buscamos as principais estratégias para alcançar tal meta:

- Induzir processo contínuo de auto-avaliação das escolas, por meio da constituição de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando - se a elaboração de planejamento estratégico e a melhoria contínua da qualidade educacional;
- Estabelecer e implantar diretrizes pedagógicas para a educação básica, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos (as) alunos (as) para cada ano de escolaridade.
- Assegurar que, no quinto ano de vigência deste PME, pelo menos 70% dos alunos do Ensino Fundamental tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento intitulados no currículo.
- Estabelecer políticas de estímulo às escolas no desempenho no IDEB, de modo a valorizar o mérito do corpo docente, da direção e da comunidade escolar.
- Mobilizar as famílias e setores da sociedade civil, articulando a educação formal com experiências de educação popular e cidadã, com os propósitos de que a educação seja assumida como responsabilidade de todos e de ampliar o controle social sobre o cumprimento das políticas públicas educacionais.
- Promover a articulação dos programas da área da educação, de âmbito local e nacional, com os de outras áreas, como saúde, trabalho e emprego, assistência social, esporte e cultura, possibilitando a criação de rede de apoio integral às famílias, como condição para a melhoria da qualidade educacional, por meio de articulação do Município com o Estado.

- Universalizar, mediante articulação entre os órgãos responsáveis pelas áreas da saúde e da educação, o atendimento aos estudantes da rede escolar pública de educação básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde.
- Estabelecer ações efetivas especificadamente e voltadas para a promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde e à integridade física, mental e emocional dos profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade educacional, por meio de ações das Secretarias Estadual e Municipal de Educação.
- Promover, com especial ênfase, em consonância com as diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura, a formação de leitores e a capacitação de professores, bibliotecários e agentes da comunidade para atuar como mediadores da leitura, de acordo com a especificidade das diferentes etapas do desenvolvimento e da aprendizagem, sob responsabilidade das Secretarias Estadual e Municipal de Educação.
- Garantir, no âmbito de cada sistema de ensino, infraestrutura e política de recursos humanos e materiais que viabilizem o apoio necessário para atingir as metas previstas para o IDEB.
- Desenvolver pesquisas de modelos alternativos de atendimento escolar para a população do campo que considerem as especificidades locais e as boas práticas nacionais e internacionais.
- Implantar acesso à rede de computadores em banda larga de alta velocidade e triplicar, até o final da década, a relação computador/aluno (a) nas escolas, promovendo a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação.
- Viabilizar em atividade de contra turno o reforço escolar.
- Realizar recuperação bimestral e acompanhamento pedagógico.
- Prover equipamentos e recursos tecnológicos digitais para a utilização pedagógica no ambiente escolar a todas as escolas, criando, inclusive, mecanismos para implementação das condições necessárias para a universalização das bibliotecas nas instituições educacionais, com acesso a redes digitais de computadores, inclusive a internet.
- Focar na aprendizagem, com a definição de resultados concretos a serem alcançados.

- Combater à evasão escolar a partir do acompanhamento individual do aluno com baixa frequência.
- Fomentar e Apoiar os conselhos escolares, envolvendo as famílias dos educandos.
- Instituir programa próprio ou em regime de colaboração para formação inicial e continuada de profissionais da educação.
- Planejar estratégias efetivas a fim de ampliar a participação concreta de pais de alunos na aprendizagem, permanência e organização da escola.
- Desenvolver ações que conscientizem os alunos sobre a importância dos estudos; se fazer cumprir com o disposto no Regimento Interno em todos os segmentos, planejar ações no início do ano para que os resultados sejam positivos no decorrer do ano letivo.

META 8: Elevar a escolaridade média da população de 18 a 29 anos, de modo a alcançar no mínimo 12 anos de estudo, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% mais pobres e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Esta meta, além de traçar um objetivo claro em relação ao número de anos de escolaridade da população, explicita a urgência do País em reduzir as desigualdades entre ricos e pobres, entre brancos e negros, entre a cidade e o campo. Entretanto, a conquista dessa meta não pode se restringir ao atingimento do número. Para reduzir, de fato, a desigualdade, é preciso que a Educação oferecida à toda população adquira os mesmos (e melhores) padrões de qualidade.

Para isso traçamos algumas estratégias:

- Participar de programas ofertados pela União ou Estado, para correção de fluxo, recuperação e progressão parcial, priorizando estudantes com defasagem idade/série, considerando as especificidades dos segmentos populacionais mais carentes.
- Fomentar programas de educação de jovens e adultos para os segmentos populacionais considerados, que estejam fora da escola e com defasagem idade - série, associados a outras estratégias que garantam a continuidade da escolarização, após a alfabetização inicial.
- Buscar parceria com as áreas de saúde e assistência social, o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola específica para os segmentos populacionais considerados, identificar motivos de abandono e colaborar com o Estado e o Município para a garantia de frequência e apoio à aprendizagem, de maneira a estimular a ampliação do atendimento desses (as) estudantes na rede pública regular de ensino.
- Ofertar formação continuada para os profissionais de educação.
- Fomentar a frequência em turmas na modalidade de Educação de Jovens e Adultos.
- Ofertar gratuitamente cursos profissionalizantes.
- Realizar acompanhamento pedagógico individualizado.
- Buscar parcerias com Instituições no Curso técnico remunerado (bolsa auxílio).
- Estimular a oferta do ensino fundamental, em especial, nos anos finais para populações do campo, indígenas, faxinalenses e quilombolas em suas próprias comunidades.

Meta 9: Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5% até 2015 e, até o final da vigência deste PME, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional.

A escolarização da população brasileira teve avanços significativos, mas ainda a taxa do analfabetismo entre jovens e adultos são elevadas e ainda maiores pelos que passaram pela escolarização e tem a condição de analfabetos funcionais. Com base nessa realidade o PME estabeleceu dentre suas metas, elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5% e erradicar o

analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional até o fim da vigência do Plano, para que se alcance esta meta às estratégias do município são elaboradas segundo dados do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social- IPARDES e IBGE 2010 com total de 5.637 pessoas do sexo masculino e feminino acima de 15 anos que estão na taxa de analfabetismo num percentual de 9,06% perfazendo aproximadamente o total de 510 pessoas nesta faixa etária que são analfabetas.

Hoje o município possui duas Escolas que ofertam a modalidade de Educação de Jovens e Adultos, com 17 alunos acima de 15 anos de idade. Visto a importância de ampliar esta oferta, duas Escolas que ainda não possuem têm intenção de ofertar esta modalidade nos próximos três anos. O município faz parte do Programa Brasil Alfabetizado e do programa Nacional do Livro Didático para Alfabetização de Jovens e Adultos.

Para esta meta destacamos as estratégias:

- Manter e ampliar a oferta de alfabetização na Rede Estadual e Municipal através da modalidade Educação de Jovens e Adultos assegurando o acesso e permanência.
- Realizar periodicamente, chamada pública regular para educação de jovens e adultos com ampla divulgação e formas de busca efetiva em regime de colaboração para incluir esta população que se encontra fora da escola com objetivo de superar o analfabetismo absoluto e funcional.
- Garantir a ampla divulgação da oferta de vagas através de diversos meios de comunicação disponíveis, bem como articulações com segmentos da sociedade.
- Prover sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação equipe pedagógica as Escolas com a modalidade de Educação de Jovens e Adultos de forma a fornecer suporte necessário para recepção e acompanhamento, visando a conclusão dos educandos em seu processo de alfabetização e letramento.
- Garantir a oferta gratuita de Educação de Jovens e Adultos, fortalecendo o compromisso com a universalização da alfabetização como política de Estado e Município que implica viabilizar a continuidade dos estudos a todos que não tiveram acesso a escolarização em idade própria.

- Promover formação continuada específica de professores para atendimento aos educandos da EJA, por se tratar de clientela entre jovens e adultos.
- Promover formação de professores sobre atendimento educacional especializado para educandos da EJA com necessidades educacionais especiais.
- Implantar, programas de capacitação para a população jovem e adulta, direcionados para as pessoas com baixos níveis de escolarização formal, articulando os sistemas de ensino, rede federal de educação profissional e tecnológica, organizações e sociedade civil, entes federativos que favoreçam a efetiva inclusão tecnológica e produtiva dessa população.
- Garantir por meio de ações da Secretaria Municipal de Educação que os alunos acima de 15 anos que frequentam Educação de Jovens e Adultos da rede municipal de ensino, tenham acesso e uso de equipamentos culturais, esportivos, de lazer e sobretudo dos equipamentos de informática e internet para realização de atividade intra e extraclasse.
- Desenvolver ações de atendimento por meio de programas suplementares de transporte, alimentação e saúde, voltados a jovens e adultos em articulação com a área de saúde e outros.
- Promover avaliações de alfabetização por meio de exames específicos, que permitam aferir o grau de analfabetismo de jovens e adultos com mais de 15 anos de idade matriculados.
- Incentivar funcionários públicos municipais para elevar o nível de sua escolaridade.
- Estabelecer estratégias preventivas á evasão dos alunos da Educação de Jovens e Adultos e reverter o processo de evasão.
- Assegurar a qualidade de oferta da Educação de Jovens e Adultos, com espaços, materiais pedagógicos adequados as características desta modalidade de ensino de incentivo a leitura aos alunos e professores de Educação de Jovens e Adultos.
- Promover articulação intersetorial entre órgãos públicos e políticas públicas de saúde, assistência social em parceria com as famílias a fim de desenvolver ações voltadas à continuidade do atendimento escolar, na Educação de Jovens e Adultos, das pessoas com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento com idade superior à faixa etária de escolarização obrigatória, de forma a assegurar a atenção integral ao longo da vida.
- Estabelecer mecanismos e incentivos que integrem os segmentos empregadores, públicos e privados, e os sistemas de ensino, para promover a compatibilização da

jornada de trabalho dos empregados e das empregadas com a oferta das ações de alfabetização e de educação de jovens e adultos.

Meta 10: Oferecer, no mínimo, 25% das matrículas de educação de jovens e adultos na forma integrada à educação profissional, nos ensinos fundamental e médio.

Segundo dados do Censo Escolar da Educação Básica, necessita-se urgentemente de ações que viabilizem a ampliação de vagas na educação de jovens e adultos atendendo suas reais necessidades nessa modalidade de ensino. Para tanto, é necessário que junto a educação de jovens e adultos integre-se a formação profissional. Por isso sugere-se um currículo integrado que realmente favoreça este público alvo em sua permanência e aprendizagem.

Como estratégias podemos elencar:

- Oferecer vagas da Educação Profissional no município, com ampla divulgação envolvendo vários segmentos da comunidade.
- Promover ações efetivas que promovam o acesso e permanência do jovem e adultos na escola (espaço disponível, material didático apropriado, profissionais capacitados, currículo integrado e diferenciado e descentralização, ir ao encontro do público-alvo).
- Oferecer a profissionalização através de cursos em parcerias com outras entidades.
- Ser proativo na aquisição de recursos e na busca de parcerias externas para melhorias deste segmento educacional, através das parceiras não governamentais.
- Articular com entidades privadas de serviço social a oferta de educação profissional técnica, de forma concomitante ao ensino ofertado na rede escolar pública, para os segmentos populacionais considerados.

Meta 11: Triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% da expansão no segmento público.

No caso brasileiro, a educação profissional é uma das modalidades da educação, definida no art. 39 da LDB, que deve se integrar “às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia”, conduzindo “ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva”. Já o art. 40 afirma que deve ser desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada.

A educação profissional, no entanto, é historicamente demarcada pela divisão social do trabalho, que na prática sempre justificou a existência de duas redes de ensino médio, uma de educação geral destinada a um pequeno grupo privilegiado e outra profissional para os trabalhadores. A sua origem remonta à separação entre a propriedade dos meios de produção e a propriedade do trabalho, ou seja, a lógica de que alguns pensam, planejam, e outros executam.

Assim, ao se pensar nesta meta em triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% da expansão no segmento público, há de se levar em conta a superação dessa dualidade. É necessário considerar ainda que a construção de uma proposta para atendimento educacional daqueles que vivem do trabalho precisa ser pautada numa educação de qualidade, não podendo ser voltada para uma educação dual em que a formação geral está descolada da educação profissional.

Em busca desta meta seguem - se as estratégias:

- Buscar novas parcerias com os estabelecimentos públicos e privados, ofertando à comunidade maior opção de cursos técnicos.
- Viabilizar cursos técnicos de acordo com a realidade e necessidade do Município e sua comunidade.
- Buscar acervos e parcerias com Instituições para conceder bolsa auxílio para alunos de baixa renda.
- Realizar o acompanhamento pedagógico individual.

Meta 12- Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurando a qualidade da oferta e expansão para, pelos menos, 40% das matrículas, no segmento público.

A produção de pesquisa e conhecimento constitui um dos mais importantes indicadores de desenvolvimento de um país. O Ensino Superior tem papel fundamental nesse processo de produção. É no Ensino Superior que a produção do conhecimento nas diversas áreas do saber, a formação profissional e o aprendizado permanente se conjugam para a construção de uma sociedade mais igualitária, por um lado, e, por outro, mais competitiva em relação aos outros grandes centros de produção de conhecimento mundiais.

Assim, cabe ao poder público contribuir, na medida de suas atribuições legais, para a melhoria da qualidade e oferta do Ensino Superior, observando as especificidades e necessidades locais e buscando garantir essa oferta a todas as camadas da população, em especial aos jovens em idade de 18 a 24 anos. O Ensino Superior deve se constituir, principalmente, pelas universidades, que exercem as funções que lhe foram atribuídas pela Constituição: ensino, pesquisa e extensão.

Nessa perspectiva citamos algumas estratégias:

- Valorizar o estágio dos cursos de licenciatura, visando o trabalho sistemático de conexão entre a formação acadêmica dos/as graduandos/as e as demandas da educação básica por meio de parcerias com Instituições de Ensino Superior.
- Assegurar mecanismos para incentivar os alunos de escolas públicas a continuarem os estudos em nível superior, divulgando, em parceria com instituições de Educação Superior, dados sobre seleção, cursos e carreiras.
- Elaborar campanhas para qualificação em educação superior direcionadas a população que não estuda.
- Divulgar os programas do governo federal de financiamento do ensino superior, como PROUNI, FIES nas escolas de ensino médio.

- Aderir a programas e ações de incentivo à mobilidade estudantil e docente em cursos de graduação e pós-graduação, em âmbito nacional e internacional, tendo em vista o enriquecimento da formação de nível superior;
- Estimular Instituições Privadas de Ensino Superior, com reconhecida qualidade, a instalarem campus no Município, com a oferta de novos cursos.

Meta 13: Elevar a qualidade da educação superior pela proporção de mestres e doutorados do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo no total, no mínimo 35% (trinta e cinco por cento) de doutores.

A qualidade da educação superior está diretamente associada à titulação do corpo docente, sobretudo em cursos de mestrado e doutorado, além da infraestrutura, laboratórios, projeto de curso, gestão acadêmica, dentre outros aspectos. Daí a importância de estabelecer programas de apoio ao processo de titulação do seu corpo docente, tendo em vista melhorar a qualidade dos cursos ofertados, fortalecer a pesquisa e pós-graduação na instituição, inclusive potencializando a oferta de novos cursos e programas, bem como a mobilidade docente e discente.

Atualmente o município possui em conjunto com as Instituições Estaduais um total de 127 docentes em efetivo exercício em sala sendo que destes, apenas 01 profissional possui a formação em nível de mestrado. Na rede municipal o déficit é de um profissional que não possui graduação na área em que atua. Na rede estadual e filantrópica cada profissional possui graduação em sua área de atuação.

Afim de superar esta meta, estabelece as seguintes estratégias:

- Proporcionar a participação dos professores, através da Secretaria Municipal, em Seminários, Fóruns ou Conselhos Específicos e outros cursos.
- Articular ações com a finalidade de fomentar a formação de parceria entre instituições públicas e privadas de Educação Superior e o município.
- Incentivar os profissionais da educação na sua formação profissional em nível de graduação referente à sua área de atuação.

- Estimular formação dos professores em nível de pós-graduação.
- Instigar o corpo docente a cursar mestrado e doutorado.
- Garantir a valorização na carreira profissional mediante sua formação em curso de mestrado e doutorado estabelecendo esta garantia na Lei Municipal nº 686/2010, do Plano de Carreira e Cargos e Remuneração dos Profissionais.

Meta 14: Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 (sessenta mil) mestres e 25.000 (vinte e cinco mil) doutores.

A sociedade em que estamos inseridos se mostra a cada dia uma sociedade mais competitiva, principalmente diante do mercado de trabalho, onde o diferencial está exatamente diante da formação educacional de cada indivíduo. No entanto, o município de Campo do Tenente, por ser um município de pequeno porte, não possui ainda instituição que ofereça Ensino Superior e como consequência não possui instituição que ofereça esta formação. Assim buscar estratégias para alcançar estas metas é um grande desafio.

O município não possui profissionais com formação em nível de pós-graduação stricto sensu. A rede estadual possui um profissional com formação em nível de mestrado na área da educação.

Para alcançar esta meta elenca-se as estratégias:

- Incentivar a continuação dos estudos voltados para com a questão de formação em mestres e doutores, através da pós-graduação na modalidade stricto sensu.
- Buscar parcerias para implantar um polo de ensino que ofereça este segmento educacional: pós-graduação stricto sensu, até o sexto ano de implantação deste Plano.
- Promover esta formação através da concessão de bolsas de estudos de modo a incentivar a busca por esta formação educacional para os professores da rede municipal de ensino, até o nono ano de implantação deste Plano.

Meta 15: Garantir, em regime de colaboração entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, no prazo de um ano de vigência deste PME, política nacional de formação e valorização dos profissionais da educação, assegurado que todos os professores da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

A valorização dos profissionais da educação é um elemento essencial para a melhoria da qualidade da educação. Mas para garantir uma educação de qualidade, bem como desenvolver um trabalho pedagógico consistente é indispensável fortalecer uma política de formação inicial e específica de nível superior na área em que atuam.

Tendo em vista que a qualificação dos profissionais da educação é hoje um dos maiores desafios da educação brasileira, a formação destes profissionais deve ser fortalecida, principalmente, mediante parcerias com instituições de ensino superior.

O município possui o Plano de Carreira que garante valorização mediante a formação e desempenho.

A rede municipal possui 65 professores e Educadores Infantis da área da educação que são graduados em Pedagogia e 07 possuem formação em outra graduação. No entanto ressalta-se que o município possui uma educadora infantil cursando pedagogia e outras 03 professoras que estão cursando outra graduação. Ressalta-se que temos ainda 13 professoras cursando a segunda pós-graduação, 01 cursando segunda graduação e 02 cursando pós-graduação.

E para com a rede estadual, seus 59 professores possuem graduação na área em que atuam.

Para atingir esta meta propõe-se as estratégias:

- Valorizar, nos concursos e processos seletivos, a formação acadêmica de nível superior voltada ao conhecimento e reflexão das demandas da rede pública de educação básica, em especial, ao nível educacional pretendido.
- Incentivar, de acordo com os critérios estabelecidos no Plano de Cargos e Carreira e Salários – PCCS a participação em cursos e programas de formação na área de

atuação, aos integrantes do quadro do magistério que não possuem a titulação especificada no caput da presente meta.

- Consolidar e ampliar parcerias com as instituições, a fim de oferecer formação inicial e continuada para docentes de acordo com a necessidade observada na rede.
- Buscar parcerias com as instituições que possam sediar cursos de formação inicial e continuada oferecidos por Plataforma eletrônica promovendo a divulgação que organiza a oferta de matrículas em cursos de formação inicial e continuada de profissionais da educação, bem como para divulgar e atualizar seus currículos.

Meta 16: Formar, em nível de pós-graduação, 50% dos professores da Educação Básica, até o último ano de vigência deste PME, e garantir a todos os profissionais da Educação Básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

Em busca da qualidade em educação, faz-se necessário a qualificação dos profissionais da educação que ministram aulas e fazem parte de equipes e gestão pedagógicas. É mediante a valorização e aprimoramento de formação inicial e continuada bem como o aperfeiçoamento permanente dos professores em sua área de atuação que será provido os avanços do campo educacional.

O município possui um total de 127 professores, e 27 profissionais da equipe de suporte pedagógico da rede municipal, estadual e filantrópica e destes 85 profissionais tem formação em pós graduação lato sensu na área de atuação e são amparados pelo Plano de Carreira, Cargos e Salários. (Dados coletados através de aplicação de questionário elaborado pela equipe pedagógica da Secretaria Municipal de Educação nas Instituições Educacionais da Rede Municipal, Estadual e Filantrópica), e 27 professores encontram-se cursando pós-graduação lato sensu.

Visando esta formação propõe-se as estratégias:

- Realizar, em regime de colaboração, o planejamento estratégico para dimensionamento da demanda por formação continuada e fomentar a oferta por

parte de Instituições Públicas de Educação Superior de forma articulada a política de formação ofertada pelo município.

- Ofertar formação continuada a todos os profissionais da educação que atuam na rede municipal.
- Buscar parcerias para oferta de pós graduação lato sensu através de convênios ou parceria com Instituições de Ensino Superior.
- Criar uma política municipal de apoio e incentivo a cultura através da disponibilização para os profissionais da educação através de livros didáticos, paradidáticos, de literatura, dicionários e outros materiais.
- Ofertar bolsas de estudo para cursos de pós graduação lato sensu e stricto sensu na área da educação.
- Viabilizar mecanismos para subsidiar os professores no planejamento das aulas disponibilizando suporte didático-pedagógico e material complementar.

Meta 17: valorizar os profissionais do magistério das redes públicas de educação básica, a fim de equiparar o rendimento médio aos dos demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PME.

O município possui aprovado e sancionado pelo poder executivo, a Lei nº 686/2010, que dispõe sobre o Plano de Cargos e Salários dos Profissionais da Área da Educação, sendo que neste, contém uma tabela de vencimentos condizente para com a formação educacional (avanço vertical) e para com relação à formação continuada e avaliação de desempenho (avanço horizontal) o que nos coloca em um degrau a maior diante da implantação desta meta. Sendo assim necessária apenas a readequação desta valorização.

Para atingir esta meta, seguem as estratégias:

- Valorizar os profissionais do magistério da rede municipal de educação, através da revisão salarial, tendo como valor inicial, o valor disposto na Lei nº 11. 738/2008, a qual dispõe sobre o Piso Nacional dos Professores.
- Efetivar a política pública de reposição anual do índice referente ao Piso Nacional dos Professores.
- Efetivar o trabalho da Comissão Permanente de Acompanhamento realizando estudos e pesquisa, determinada na Lei Municipal nº 686/2010, a fim de discutir a equiparação salarial dos profissionais da área da educação da rede municipal de ensino.
- Analisar o uso de parcelas de recursos da complementação da União ao FUNDEB para o pagamento integral do Piso Salarial dos Profissionais da Educação.

Meta 18: Assegurar, no prazo de dois anos, a existência de planos de carreira para os profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de carreira dos profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do art. 206, VIII, da Constituição Federal.

Tendo por objetivo garantir a educação como um direito fundamental, universal e inalienável, superando o desafio de universalização do acesso e garantia da permanência, desenvolvimento e aprendizagem dos educandos; e assegurar qualidade em todos os níveis e modalidades da educação básica: é necessário tornar a carreira do magistério atrativa e viável. A carreira do magistério deve se tornar uma opção profissional que atraia pessoas interessadas na formação em cursos de licenciatura, nas diferentes áreas do saber, de modo a aumentar a procura por cursos dessa natureza e suprir as demandas por esses profissionais qualificados, tanto para a educação básica como para a educação superior.

Também é necessário tornar o magistério viável do ponto de vista salarial para aqueles que se interessam pela profissão. Em muitos casos o fator financeiro é decisivo para a escolha ou não da profissão, bem como para sua evasão quando da oportunidade de melhor remuneração em função com qualificação equivalente.

Nesse sentido, é necessário valorizá-la, torná-la tão atrativa e viável como as demais áreas profissionais tidas como estratégicas para o desenvolvimento social e econômico da sociedade, uma vez que, segundo o art. 205 da Constituição Federal, de 1988, trata-se de valorização de uma atividade que faz parte do “pleno desenvolvimento da pessoa”, seu preparo para o exercício, sua qualificação para o trabalho, assim, o Município de Campo do Tenente, através da premissa da valorização dos profissionais no ano de 2010 implantou a Lei nº 686/2010, a qual dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Profissionais da Educação do município, o qual contempla a progressão vertical, que condiz a habilitação e a progressão horizontal que condiz para com a avaliação de desempenho de modo que se possa realmente valorizar a estes profissionais.

Ressalta-se neste momento que a referida Lei (nº 686/2010) compreende a todos os requisitos necessários para com a composição de um Plano de Carreira.

Para efetivação desta meta, destaca-se as estratégias:

- Readequar o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Profissionais do Magistério da Educação Pública Municipal, lei nº 686/2010, no prazo de 1 ano de vigência do PME.
- Revisar periodicamente o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Profissionais do Magistério da Educação Pública Municipal Lei nº 686/2010 sob a responsabilidade da Comissão Permanente de Acompanhamento e Gestão do Plano de Carreira com a finalidade de orientar e operacionalizar.
- Prever, nos planos de carreira dos (as) profissionais da educação do Município e licenças remuneradas e incentivos para qualificação profissional, inclusive em nível de mestrado e doutorado.
- Assegurar, na rede pública de Educação Básica um sistema de avaliação dos (as) profissionais em estágio probatório a fim de fundamentar a decisão pela efetivação no cargo em consonância com as normativas da Rede Estadual.
- Equiparar a tabela de vencimentos dos profissionais da Educação referente a avanços verticais e horizontais anualmente conforme a Lei nº 11.738/2008 que fixa o Piso Salarial Profissional Nacional para os Profissionais do Magistério Público da Educação Básica incluso no artigo 55 da Lei nº 686/2010 do Plano de Carreira Municipal.
- Conceder os reajustes dos vencimentos estabelecidos pela Lei nº 11.738/2008.

Meta 19: Assegurar condições, no prazo de dois anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.

A gestão democrática da educação nas instituições e sistemas de ensino é um dos princípios constitucionais garantidos pela Constituição Federal/1988 e pela Lei de Diretrizes e Bases Da Educação Nacional 9394/96. Nesse sentido, dois outros princípios devem ser considerados, a saber: a participação dos profissionais da educação na elaboração da Proposta Pedagógica da escola e a participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares e outros órgãos.

Nessa perspectiva, é fundamental aprimorar as formas de participação e de efetivação dos processos de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira, bem como aprimorar os processos de prestação de contas e controle social.

A gestão democrática deve ser compreendida como uma ferramenta a serviço da melhoria da qualidade de ensino, a partir da qual se estabeleçam procedimentos para organizar e utilizar os recursos necessários para dar suporte às ações pedagógicas.

Vivemos, hoje, vários desafios no exercício da gestão educacional, posto que esta se fundamentasse em uma visão sistêmica, aberta e dinâmica, que valoriza a contradição, o conflito e a transformação.

Os princípios que norteiam a Gestão Democrática são:

- **Descentralização**: A administração, as decisões, as ações devem ser elaboradas e executadas de forma não hierarquizada.
- **Participação**: Todos os envolvidos no cotidiano escolar devem participar da gestão: professores, estudantes, funcionários, pais ou responsáveis, pessoas que participam de projetos na escola, e toda a comunidade ao redor da escola.
- **Transparência**: Qualquer decisão e ação tomada ou implantada na escola tem que ser de conhecimento de todos.

Tal meta demanda que a escola invista cada vez mais na gestão participativa trazendo, para a escola não apenas o aluno, mas todo o elemento humano que a constitui, onde destacamos a participação dos pais, estudantes, funcionários, professores, bem como a comunidade em geral na discussão e elaboração e implementação do Planos de Educação, da Proposta Pedagógica (PP) da escola, assim como a efetivação da autonomia dessas instituições em articulação com os sistemas de ensino a fim de que compartilhem responsabilidades, estabeleçam objetivos de forma conjunta e sejam acionadores de uma nova proposta de realidade escolar, mais adequada às exigências da sociedade de informação, do conhecimento e da aprendizagem, isso significa que deve haver um conhecimento da realidade para que se possa indicar as prioridades para ser tomadas as decisões, definir programas e ações, avaliar os objetivos, elaboração e implementação da PP, assegurar que os programas e ações do Ministério da Educação sejam destinados ao Município de maneira efetiva e eficaz.

A gestão democrática da educação é um importante princípio que contribui para o aprendizado e o efetivo exercício da participação coletiva nas questões referentes ao decorrer das atividades escolares.

As Instituições de Ensino podem contar com os órgãos colegiados como o Conselho Escolar, APMF, Grêmio Estudantil onde atuam através de reuniões, sugestões, conversas, elaboração da PP na gestão.

Algumas estratégias que se direcionam à melhoria e democratização dos processos de organização e gestão dos sistemas de ensino e instituições educativas são:

- Criar condições para a participação dos profissionais da educação e da comunidade escolar na construção e implementação da Proposta Pedagógica, do Currículo da Escola, Regimento Escolar e Plano de Gestão.
- Organizar o tempo e espaço escolar para o trabalho pedagógico e práticas docentes.
- Envolver e articular todos os segmentos da comunidade escolar, objetivando a promoção da autonomia da escola com a participação da comunidade em suas dimensões, otimizando a melhoria da qualidade do ensino.

- Promover Reuniões periódicas com as Instâncias Colegiadas, oferecendo suporte para atuação efetiva no âmbito escolar para levantar as necessidades, os desejos e os anseios dos diversos segmentos que a compõe.
- Dirigir e orientar ações, envolvendo o potencial e o esforço da comunidade escolar na solução de seus problemas com apoio do Conselho Escolar, APMF, Grêmio Estudantil entre outros.
- Promover o protagonismo infanto-juvenil e estimular a criação do Grêmio Estudantil, apoiando os projetos estudantis.
- Obter, aplicar, controlar e prestar contas de recursos financeiros necessários ao desempenho das ações educativas.
- Fiscalizar as gestões administrativa, pedagógica e financeira da instituição de ensino.
- Viabilizar a formação continuada para Instâncias Colegiadas em cursos oferecidos pelas esferas governamentais.
- Envolver ainda mais a participação dos conselheiros no dia a dia na escola.
- Desenvolver programas de formação de diretores e gestores escolares
- Implementar e fortalecer o Conselho do FUNDEB e CAE, a fim de garantir a sua efetividade.
- Estimular a constituição e o fortalecimento de conselhos escolares e conselhos municipais de educação, como instrumentos de participação e fiscalização na gestão escolar e educacional, inclusive por meio de programas de formação de conselheiros, assegurando-se condições de funcionamento autônomo;
- Assegurar condições, durante a vigência do plano, para a efetivação da gestão democrática nas escolas da rede municipal, promovendo o fortalecimento dos conselhos do FUNDEB, CAE e Conselho Municipal de Educação, considerando a descentralização de recursos e ampliação dos mecanismos de autonomia financeira e administrativa, a participação de comunidade escolar na elaboração da PP e transparência das ações efetuadas nas escolas.
- Estimular a participação e a consulta de profissionais da educação, alunos (as) e seus familiares na formulação das propostas pedagógicas, currículos escolares,

planos de gestão escolar e regimentos escolares, assegurando a participação dos pais na avaliação da Instituição de Ensino.

- Construir mecanismos de avaliação interna e externa para a educação básica em parceria com o sistema municipal, propiciando a participação de todos os segmentos da comunidade escolar, com a finalidade de levantar subsídios para a promoção de melhorias e auxiliar a escola nas questões administrativas, pedagógicas e financeiras, considerando as diretrizes curriculares nacionais em cada etapa e modalidade.
- Ampliar os programas de apoio e formação aos conselheiros do FUNDEB, Conselho de Alimentação Escolar e demais Conselhos municipais, recursos financeiros, espaço físico adequado, equipamentos, meio de transporte.
- Desenvolver políticas de formação de equipes diretivas, qualificando sua atuação na dimensão político pedagógica, administrativa e financeira, promovendo encontros semestrais e sempre que necessário.
- Assegurar em lei específica a observância de critérios técnicos de mérito e desempenho para a escolha de direção de instituição educacional, garantindo a participação da comunidade escolar.
- Realizar levantamento das instituições de ensino em funcionamento no sistema de ensino, buscando credenciar e autorizar frequentemente todas, durante a vigência do PME.
- Fortalecer ações conjuntas, garantindo o acesso e permanência do aluno na escola, inclusive realizando o recenseamento e a chamada pública na educação obrigatória, conforme legislação vigente.
- Incentivar aos professores, com capacitações que contribuam em sua formação profissional, cobrando qualidade nos serviços prestados, buscando unificar todos os segmentos da escola (gestão democrática).

Meta 20: Ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% do Produto Interno Bruto (PIB) do país no quinto ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% do PIB final do decênio.

O financiamento da educação é fundamental para garantir acesso, permanência e processos de organização e gestão direcionados à efetivação de educação pública de qualidade no país.

A Constituição Federal de 1988, no art. 212, dispõe que a União aplicará, anualmente, nunca menos de 18%; e os estados, o Distrito Federal e os municípios, 25%, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino. Prevê, ainda, que a educação básica terá como fonte adicional de financiamento a contribuição social do salário educação, recolhida pelas empresas na forma da lei.

Nesse sentido, a vinculação de recursos financeiros para a educação, a ampliação dos percentuais do PIB para a educação nacional, bem como a definição do custo aluno-qualidade, o acompanhamento e o controle social da gestão e uso dos recursos, entre outros, são passos imprescindíveis para a melhoria do acesso, permanência e aprendizagem significativa dos estudantes. Ou seja, a garantia de financiamento adequado das políticas educacionais é base e alicerce para a efetivação do Sistema Nacional de Educação e, por conseguinte, para o alcance das metas e estratégias do PNE com vistas à garantia de educação em todos os níveis, etapas e modalidades e para superação das desigualdades regionais.

Financiamento da educação, os recursos vinculados (percentuais mínimos que a União, Estados, Distrito Federal e Municípios devem investir em educação) e subvinculados, como é o caso do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), bem como a garantia de novos recursos permanentes e estáveis são fundamentais para a melhoria da educação nacional.

Os cálculos do (Produto Interno Bruto) PIB são feitos e divulgados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), um órgão do governo que tem a missão institucional de retratar o Brasil com informações necessárias ao conhecimento da sua realidade e ao exercício da cidadania.

O PIB é um dos principais indicadores do potencial da economia de um país. Ele revela o valor e toda a riqueza (bens, produtos e serviços) produzida por um país em um determinado período, PIB per capita ou renda per capita - (a soma das riquezas dividida pelo número de habitantes).

No ano de 2014, a Administração Municipal investiu 2.22% que representa o valor de R\$ 2.435.765,95 em Educação oriundos do PIB.

Para alcançar tal meta, destacam-se as estratégias:

- Acompanhar e desenvolver legislações previstas no PNE que tratam do investimento público na educação, definindo o Custo Aluno-Qualidade (CAQ) como parâmetro de referência para dotação orçamentária do Estado do Paraná e do financiamento da Educação Básica.
- Promover a avaliação dos percentuais de investimento e custeio em Educação a cada três anos, devendo estes ser revistos pelo Legislativo e Executivo, caso se avalie necessário, para atender as necessidades financeiras do cumprimento das metas do PME.
- Incentivar a comunidade escolar a realizar consulta aos portais de transparência das receitas e despesas do total de recursos destinados à Educação no âmbito do Paraná e acompanhar a efetiva fiscalização da aplicação desses recursos por meio dos Conselhos Cívicos, do Ministério Público e do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

V. AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

A implantação com sucesso, do Plano Municipal de Educação - PME no Município de Campo do Tenente PR, depende, não somente da mobilização e vontade política das forças sociais e institucionais, mas também de mecanismos e instrumentos de acompanhamento e avaliação nas diversas ações a serem desenvolvidas no ensino, durante os dez anos de sua vigência. Desempenharão, um papel essencial o Poder Legislativo, o Poder Judiciário e a Sociedade Civil Organizada. Assim, sob uma ótica ampla e abrangente, o conjunto das instituições envolvidas, sejam elas governamentais ou não, assumirá o compromisso de acompanhar e avaliar sugerindo, sempre que necessário, as intervenções para correção ou adaptação.

Para que a sociedade possa acompanhar a execução e a avaliação do PME, serão realizadas, de dois em dois anos, encontros com o objetivo de promover balanços dos resultados alcançados, garantindo o princípio da participação e o exercício da democracia. É fundamental que a avaliação seja efetivamente realizada, de forma periódica e contínua e que o acompanhamento seja voltado à análise de aspectos qualitativos e quantitativos do desempenho do PME, tendo em vista a melhoria e o desenvolvimento do mesmo.

Além da avaliação técnica, realizada periodicamente, poderão ser feitas avaliações contínuas, com a participação das Comissões de Elaboração do PME com a Sociedade Civil Organizada, por meio de conferências, audiências, encontros e reuniões, organizadas pelo Grupo de Avaliação e Acompanhamento.

Os instrumentos de avaliação, instituídos como o SAEB Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, o ENEM Exame Nacional do Ensino Médio, o Censo Escolar e os dados do IBGE, são subsídios e informações necessárias ao acompanhamento e à avaliação do PME, os quais devem ser analisados e utilizados como meio de verificar se as prioridades, metas e objetivos propostos no PME estão sendo atingidos, bem como se as mudanças necessárias estão sendo implementadas.

O Plano Municipal de Educação, abrange a atuação de diferentes segmentos da comunidade atuando em uma rede interligada que possa atender crianças, adolescentes, jovens, adultos e seus familiares, visando minimizar problemas sociais

e educacionais que permitam o acesso e permanência destes nas instituições de ensino, em um processo contínuo de escolarização que possa fortalecer seu crescimento pessoal e desenvolvimento de sua cidadania.

Sendo assim, é fundamental que cada órgão, Instituições de Ensino, Conselho Tutelar, Assistência Social Municipal, Secretarias Municipais de Saúde e Educação, possam atuar conhecendo as metas e planejando ações cotidianas que venham de encontro a essas necessidades. E, nesta perspectiva, deve haver uma avaliação institucional permanente, mensal, trimestral, semestral, de acordo com as possibilidades e interesses de cada órgão, onde todos os membros possam analisar e refletir sobre os avanços e pontos a melhorar para atender as metas estabelecidas.

É fundamental que, em âmbito municipal sejam realizados encontros, onde os representantes de cada segmento municipal envolvidos nesta rede de apoio e cuidado aos cidadãos para atendimento às metas do Plano Municipal, possam expor os resultados de suas avaliações institucionais, apontando avanços e sugerindo pontos a serem debatidos pelo grupo para que, através de parcerias, entre elas das escolas municipais e colégios estaduais no momento da transição do 5º para o 6º ano do ensino Fundamental, para que venham a redefinir ações que possam ampliar a abrangência no atendimento as metas.

Para que se consiga atender aos cidadãos, é necessária mobilização de toda comunidade, através de uma atuação efetiva de todos os órgãos que possam estabelecer prioridades e exigências legais, buscando possibilitar os benefícios e cobrar os deveres dos cidadãos, principalmente ao que se refere ao dever das famílias em viabilizar o acesso e permanência de seus filhos às instituições de ensino. A negligência das famílias é um ponto fundamental a ser combatido e as ações voltadas a sanar este aspecto negativo que vem se intensificando ao longo dos anos, deve estar em pauta em todos os momentos de avaliação nas instituições e na reunião destas. Além disso deve haver por parte da equipe escolar o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência das crianças desde a educação infantil.

O “acompanhamento e avaliação”, na estrutura do Plano Municipal de Educação - PME, são processuais, visto a necessidade de ocorrerem permanentemente, ao longo de todo o processo de implementação do PME. As atividades de acompanhamento e avaliativas devem ser feitas com a finalidade de

garantir o cumprimento das metas estabelecidas e voltadas para a sociedade, quando foi enfocada a educação que se deseja para o Município de Campo do Tenente para os próximos 10 (dez) anos. Como o Plano é decenal, poderão haver mudanças da realidade educacional local, levando à necessidade de se adotar medidas corretivas ou proceder a algumas adaptações àquelas já elencadas. Será necessário mobilizar o Poder Público, Privado e outros, para que se articulem, a fim de que determinadas metas sejam alcançadas.

Referências:

ASPECTOS POPULACIONAIS – CAMPO DO TENENTE. Disponível em: http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/3024. Acesso em 11 de maio de 2015.

BRASIL. ABICALIL, Carlos. *Sistema Nacional de Educação: Legislação Educacional Brasileira*. Brasília: MEC, 2014a.

_____. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Senado, 1998.

_____. **Emenda Constitucional Nº 59**, de 11 de novembro de 2009. Acrescenta § 3º ao art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para reduzir, anualmente, a partir do exercício de 2009, o percentual da Desvinculação das Receitas da União incidente sobre os recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino de que trata o art. 212 da Constituição Federal, dá nova redação aos incisos I e VII do art. 208, de forma a prever a obrigatoriedade do ensino de quatro a dezessete anos e ampliar a abrangência dos programas suplementares para todas as etapas da educação básica, e dá nova redação ao § 4º do art. 211 e ao § 3º do art. 212 e ao **caput** do art. 214, com a inserção neste dispositivo de inciso VI.

_____. **Lei n.º 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, n. 248, 23 dez. 1996.

_____. **Lei n.º 13.005**, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências.

_____. **Lei n.º 792**, de 19 de dezembro de 2012. Reforma a estrutura organizacional do Poder Executivo do Município de Campo do Tenente e dá outras providências.

_____. **Lei n.º 8.069**, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.

_____. **Lei n.º 11.274**, de 06 de fevereiro de 2006. Altera a redação dos arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e

bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade.

_____. **Lei n.º 10.436, de 24 de abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências

_____. **Lei Municipal n.º 686,** de 08 de novembro de 2010. Dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública Municipal de Campo do Tenente, Estado do Paraná.

_____. **Portaria Municipal n.º 94,** de 17 de dezembro de 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil / Secretaria de Educação Básica. – Brasília : MEC, SEB, 2010.

_____. Ministério da Educação. Decreto nº 7.083, de 27 de Janeiro de 2010.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Estado Paraná. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 06 de abril. 2015.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep. **Educação Básica.** Censo Escolar. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/>>. Acesso em: 13 de abril. 2015.

INSTITUTO Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – Ipardes. **Indicadores.** Econômicos. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/>>. Acesso em: 20 de abril. 2015.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização.** 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012. (Docência em Formação)

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Conferência Nacional de Educação – Conae.** Brasília, DF: MEC, 2010.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. ***Planejando a Próxima Década***. Conhecendo as 20 Metas do Plano Municipal de Educação. Brasília, DF: 2014.

OLIVEIRA, Dalila de Andrade. ***Gestão Democrática da Educação: Desafios Contemporâneos***. 7ª edição. Petrópolis, RJ. Editora Vozes.